

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE GOIÁS

1975

REVISTA
DO INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO
DE GOIÁS

3

**REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE GOIÁS**

Nº 3



REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

Nº 3

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Ano 1

Nº 3 — 1975

(Nova Fase)

Goiânia.

irreg.

981 (05)



**REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE GOIÁS**

Nº 3

MARÇO 1975

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

Presidente: Prof. Colemar Natal e Silva

Diretor da Revista Prof. Luiz Gonzaga de Faria

Coordenador da Revista: Ático Vilas Boas da Mota

Aceitamos permutas com publicações de cunho cultural

Rua 82 nº 455 — Centro
Caixa Postal 1.002
(74.010) Goiânia — Goiás — Brasil

ÍNDICE

A Revolução de 1902 e a integração do Acre na comunidade brasileira	9
A oportunidade de uma justa homenagem	39
Francisco Ferreira dos Santos Azevedo	45
Três estudos antropológicos	55
O Instituto Histórico ministra curso de alto nível sobre empolgante temário goiano	81
A real situação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás retratada em memorandum pelo seu presidente	91
Pela pesquisa	97
O povo já consagrou a data de 24 de outubro	111
Comemoração da instalação dos cursos jurídicos no Estado de Goiás	115

A REVOLUÇÃO DE 1902

E A INTEGRAÇÃO DO ACRE NA COMUNIDADE BRASILEIRA

Basileu Toledo França

Conferência realizada no auditório do centro administrativo, a convite do Governador do Estado de Goiás, no dia 29/11/73

1. ANTECEDENTES

“Há alguma coisa extra terrestre naquela natureza anfíbia, misto de águas e de terras, que se oculta, completamente nivelada na sua própria grandeza. E sente-se bem que ela permaneceria para sempre impenetrável se não se desentranhasse em preciosos produtos adquiridos de pronto sem a constância e a continuidade das culturas.

As gentes que o povoam talham-se-lhe pela braveza. Não a cultivam aformoseando-a; domam-na. O cearense, o paraibano, os sertanejos nordestinos em geral, ali estacionam cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto. E as suas alamas simples a um tempo ingênuas e heróicas, disciplinadas pelos revezes garante-lhes, mais que os organismos robustos, o triunfo na campanha formidável.”

São palavras de Euclides da Cunha, em seu livro *À MARGEM DA HISTÓRIA*, que nos fazem lembrar o que foi a epopéia dos brasileiros, nessa, agora, não tão longínqua região do Acre.

Esse território realmente deveria ser brasileiro, quer por sua localização geográfica, quer por sua ocupação por nossos irmãos do norte e nordeste, desde os primeiros decênios do século 19, quando nem Brasil, Bolívia ou Peru tinham interesse econômico ou de qualquer outra natureza pela região.

O tratado de Madri de 1750 e o de Sto. Idelfonso de 1777, estabeleceram as fronteiras da América Espanhola com o Brasil,

porém, dado o desconhecimento quase total da região, da área do ponto de vista geográfico ou astronômico, essa delimitação foi feita sem rigor científico, até que se soubesse com segurança a localização das linhas geodésicas e das nascentes dos rios.

As primeiras notícias que se tem de pessoas perambulando por aquelas paragens foi do índio aculturado Manuel Urbano da Encarnação, em 1861, que subiu o rio Acre até o Xapuri. Grande prático de rio, ele deu o seu recado. Outro elemento não menos importante chamava-se João da Cunha Correia, que subiu mais tarde o Juruá chegando ao Taraucá. Novas expedições continuaram entrando pela Hiléia desconhecida e hostil e outras terras foram exploradas como o Alto Purus, na faixa compreendida entre os rios Acre e o Iaco, principalmente a missão oficial de João Caquetá. Em 1866, Chandless, na sua viagem re esturo, visitou a região e aludiu a moradores da beira de barrancos, guias, tripulantes de canoas, pescadores, vendedores de produtos extraídos da floresta, entre os quais o latex, cuja procura era ainra escassa. Todas , pessoas de fala portuguesa.

Mesmo assim, em 1867, Brasil e Bolívia concertaram um tratado estabelecendo a fronteira entre os dois países, porque, já nessa época, brasileiros ultrapassavam os limites antigos, indo se estabelecer na margem esquerda dos rios Mamoré e Guaporé. Naturalmente, naquele trabalho árduo de coleta do látex e outros produtos da selva, como a castanha, o guaraná, madeiras e peles, o caboclo se infiltrava nos locais mais acessíveis em que essas riquezas naturais eram de melhor qualidade e mais facilmente alcançadas.

Na verdade fazia-se necessária uma delimitação dos territórios e foi então concluído o Tratado de Ayacucho, pelo qual a nossa fronteira deslocou-se para o paralelo de 10º e 20', correndo a linha divisória da confluência dos rios Beni e Mamoré às nascentes do rio Javari. O que norteou a redação do tratado foi, de modo geral, o **uti possidetis**, que em Direito Internacional corresponde ao conhecido usocapião.

Os estadistas do Império agiram com precaução na forma e no conteúdo desse acordo. O artigo n. 5, por exemplo, em que se previa a modificação das linhas divisórias, como aliás aconteceu anos depois, dizia o seguinte: "Se para o fim de fixar, de um a outro ponto, limites que sejam naturais e convenientes a uma e outra nação, parecer vantajosa a troca de territórios, poderá esta ter lugar, abrindo-se para isto novas negociações".

A partir da assinatura do Tratado de Ayacucho, cada país procurou resolver os seus problemas de outra ordem, deixando de se preocupar em verdade com o que se passava no distante território.

Os brasileiros do Acre continuaram a labuta árdua para sobreviver e criar alguma coisa de seu, nessa região que para eles era, indiscutivelmente, o prolongamento da terra natal.

Com o mercado da borracha num crescendo fantástico do ano de 1870 em diante, ondas e ondas de imigrantes passaram a procurar os distantes rincões, que pareciam ter-se transformado no legendário El Dorado. A primeira leva de nordestinos cearenses, organizada em caráter econômico e agenciada por João Gabriel Carvalho e Melo, viajou a bordo do Anajás, navio da Companhia de Navegação do Rio Amazonas. Eram trabalhadores que saíram de Uruburetama, que o sertanista desembarcou na confluência do rio Acre, em uma terra firme a que ele chamou também de Anajás. Aí os nordestinos se transmudaram em seringueiros. Estava criado em 1877 o primeiro seringal do Acre.

Naquele ano a seca impiedosa que assolou o nordeste, principalmente o Ceará, tangeu para o Amazonas milhares de retirantes que com suas famílias, mulheres, crianças e velhos, iam se estabelecendo em pequenos núcleos populacionais, ínfimos claros abertos na floresta densa pelo machado que derrubando árvores construía lares. A paisagem modificava-se, aquelas plagas de fronteiras desérticas passaram a ser fronteiras vivas, palpitantes para onde o governo do Amazonas estendeu a sua jurisdição. Funcionários do fisco, comandantes de forças e intendentes, todos eram brasileiros. Não havia bolivianos nem peruanos nesse empreendimento gigantesco, porém obscuro.

Certa ocasião em 1890, um general boliviano, mais tarde presidente do seu país, Juan Manuel Pando, tendo sido exilado percorria essas paragens e observou o progresso, representado pelo borbórinho das gentes e dos negócios que por ali se realizavam, pelo movimento dos vapores subindo e descendo o rio Acre, rumo a Manaus. Imediatamente, ele alertou as autoridades do seu país. Só então o governo boliviano, através da Chancelaria, passou a reclamar do Brasil a efetiva demarcação das áreas fronteiriças. O general Pando conseguiu também que a Bolívia implantasse, em um local a que denominaram Puerto Alonso, uma aduana e foi nomeado para dirigi-la o dr. José Paravicini. Ambos, Pando e Paravicini, batalharam para que o Tratado de Ayacucho fosse cumprido integralmente. A essa altura, porém, o documento já se tornara obsoleto. Vinte e oito anos tinham se passado e a situação do Acre era bem outra. Mesmo assim, o governo brasileiro, então republicano, acedeu aos pedidos da Bolívia e enviou para o local uma missão com o objetivo de efetivar a colocação dos marcos. Percebeu-se contudo que as nascentes do Javari ficavam acima do paralelo de 10º e 20º. Novas confabulações e demarches entre os plenipotenciários de

ambos os países e ficou resolvido, enfim, que uma linha partindo do Javari alcançaria o Madeira no mesmo paralelo da confluência do Beni-Mamoré e completaria o limite entre os dois países. Seria uma linha oblíqua.

Em 1895, partiu para o local o coronel Gregório Taumaturgo de Azevedo, com a missão de resolver em definitivo o problema. Mas em meio ao seu trabalho verificou com surpresa que, se assim procedesse, milhares de brasileiros ficariam fora do Brasil, além das nossas fronteiras. Suspendeu toda a ação e, após apresentar um relatório minucioso ao governo, demitiu-se do cargo por não encontrar eco para as reivindicações que defendia.

Na verdade, tanto o Império como a República consideravam boliviano o território do Acre, a ponto de em 1900 na Câmara dos Deputados o ex-ministro Dionísio de Cerqueira afirmar: “Devo lhe dizer com a máxima franqueza, sr. presidente, que estou ligado a esta questão do Acre, questão que não existe, porque ela só pode existir entre os governos e para eles ela não existe, esta questão, que só é questão lá fora”.

É certo que o problema não existia até 1867, ano do Tratado de Ayacucho, porquanto ele apenas se esboçou no Império, mas no fim do século, de 1880 em diante, foi crescendo como bola de neve que se despenca das montanhas. A partir de 1890 aquele documento histórico não poderia ter mais a interpretação tradicional que teimavam em lhe dar. Portanto, havia sim uma questão do Acre, uma seríssima questão que envolvia a vida de mais de 18 mil homens, que se sentiam brasileiros como nós nas raízes, nos costumes e na fala. Era a revolução irredentista que se delineava. Os brasileiros rejeitavam a soberania boliviana. Urgia que se tomassem medidas drásticas que salvaguardassem a luta, os sacrifícios e as realizações daqueles homens.

O governo com as missões diplomáticas, acordos e tratados não poderia por si só resolver o problema que se agravava na região a cada dia. Os acreanos desesperados, abandonados à sua sorte, pegaram em armas e acabaram por expulsar o substituto de José Paravicini, sr. Moisés Santivañez, que se viu obrigado a partir com destino a Manaus.

O fato ocorreu assim: um grupo de seringueiros saiu de Caquetá e Bom Destino, chefiado por José de Carvalho, que assumiu pessoalmente toda a responsabilidade do movimento. Chegando a Puerto Alonso, ele procurou avistar-se com o representante boliviano e proferiu durante um diálogo caloroso, as seguintes palavras: “Venho aqui encarregado de uma grave missão! Venho em nome do povo deste rio e em nome do povo bra-

sileiro, intimar V. Exa. para abandonar este lugar, porque não toleramos mais o governo boliviano que V. Exa. representa!”

Depois disto a alegria passou a reinar em Puerto Alonso. Alegria passageira porém, cujo brilho foi empanado por uma grave epidemia de béri-béri e impaludismo, que em pouco tempo ceifou muitas vidas preciosas. O próprio José de Carvalho, atacado seriamente precisou seguir doente para Manaus, deixando atrás de si uma simples expectativa de libertação do Acre.

Enquanto tais fatos se verificavam no território, nas cidades de Belém e Manaus o problema tomava novos aspectos através de uma intriga internacional, que imprimiu rumos nunca esperados na política acreana. Entrou em cena Luís Galvez Rodrigues Arias. Nessa ocasião ele se encontrava em Belém como repórter do jornal “Província do Pará”, quando ficou a par, por meio de contatos casuais, de um negócio vultoso que estava se esboçando sigilosamente entre plenipotenciários bolivianos e agentes ianques no sentido de se aliarem para a exploração do território do Acre. Luís Galvez, de posse de tantas e tão importantes informações, julgou-se na obrigação de confiá-las a autoridade competente, segundo suas próprias palavras: “De posse de tamanhas revelações que tanto afetavam o Brasil, minha pátria adotiva, que sempre procurei honrar, não duvidei em denunciá-las a quem de direito competia.” Imediatamente procurou avistar-se com o governador do Pará, sr. Pais de Carvalho.

No jornal “Província do Pará” Luís Galvez manifestou seu ponto de vista sobre essas negociações, com o título “Caso sensacional” e alguns dias mais tarde o periódico “Comércio de Manaus” estampava as mesmas notícias, agora mais detalhadas.

É lógico que o conhecimento da maquinação entre a Bolívia e agentes norte-americanos teve o efeito de uma bomba nas praças de Belém e Manaus. Nos jornais, cafés, ruas e reuniões sociais era este o prato do dia.

De maneira diferente pensavam os jornais do Rio de Janeiro, como a “Gazeta”, o “Jornal do Comércio” e outros que em suas páginas criticavam o governador Pais de Carvalho por alarmar a população com notícias ainda não comprovadas. O grande Rui Barbosa, entretanto, argutamente entreviu a veracidade da questão e em artigo publicado na “Imprensa” procurou alertar o país, lembrando a política de absorção adotada pelos Estados Unidos nos casos de Havaí e Cuba.

Do Pará, Luís Galvez dirigiu-se para o centro principal do problema que já então começava a apaixonar a opinião pública brasileira. Ele contava com a proteção do governador do Amazonas, sr. Eduardo Ribeiro, e passou a ser taquígrafo da Assembléia Legislativa. Ali conquistou desde logo a simpatia de quan-

tos se relacionavam com ele, pelos modos cavalheirescos e, segundo o cônsul Rodrigues Lira “Luís Galvez era o tipo do aventureiro ilustre, incapaz de meter-se em pequenas empresas, prejudicar os pobres e os desvalidos; o seu magnânimo coração socorreu a muito necessitado, e quando metia a mão na algibeira para socorrer alguém dava tudo o que ali encontrava.”

Segundo o jornal **El Diário** de Buenos Aires, Luís Galvez Rodrigues Arias era natural de Cádiz na Espanha. Descendente de família distinta cujo chefe ocupou na magistratura espanhola um cargo elevado. Estudou em Madri e não tendo conseguido ingressar na carreira das armas, entrou por concurso na função de auxiliar do Banco de Espanha. Fez vida social, frequentou as rodas madrilenhas envolvendo-se em casos amorosos, o que lhe valeu uma transferência para San Sebastián e mais tarde para Ávila. Alguns anos depois deixou a sua terra natal, fixando-se por pouco tempo na Argentina e de lá mudou-se para o Rio de Janeiro. Da capital do Brasil, Galvez, que era um autêntico aventureiro, empolgou-se com o rush da amazônia e para lá se dirigiu “Tal como um cavaleiro andante — nos diz Leandro Tocantins em seu livro *Formação Histórica do Acre* — à semelhança do personagem de Cervantes saiu pelo mundo, expondo-se a todos os perigos e agravos para cobrar-se “eterno nome e fama.”

Além de taquígrafo, Luís Galvez tornou-se também repórter do “Jornal do Comércio”. Através de um amigo que o pôs em contato com o governador do estado dr. Ramalho Júnior, pessoa sabidamente favorável ao Acre brasileiro, Galvez informou a essa autoridade o que se passava nos bastidores da política em Belém. Na ocasião o território acreano contribuía para os cofres do Amazonas com 2 milhões de quilos de látex, no valor de 3 mil réis cada. O estado nadava em ouro e o tesouro amazonense atendia pontualmente todos os seus pagamentos. Com amplas possibilidades financeiras não seria difícil consolidar uma posição já conquistada pelos acreanos de João de Carvalho, ao expulsarem de Puerto Alonso o representante boliviano Moisés Santiveñez.

Portanto, a par do **affaire** Bolívia-Estados Unidos o sr. Ramalho Júnior deliberou com o secretário do governo enviar uma missão ao Acre. A chefia coube a Luís Galvez que viajou para lá sob o pretexto de explorar os seringais do Purus, mas na realidade ia tomar pulso da situação e sendo possível assenhorear-se do governo. O cavaleiro andante contratou uma companhia teatral que se exhibia em Manaus e assim partiu a bandeira, composta de 20 seringueiros e 202 volumes, sendo 2 de armas e munições, no vapor Cidade do Pará. Galvez em seus depoimentos e notas garante que todas as despesas correram por sua conta e

risco, sem o auxílio ou contribuição de patriotas e autoridades. Mas na verdade, nos diz J. Ferreira Sobrinho no livro "As quatro insurreições acreanas", o auxílio veio de muito mais alto, partiu do governador do Amazonas no apoio moral e na importância de 400 contos de réis.

Chegado às mangens do rio Acre, no seringal S. Jerônimo, distante alguns quilômetros de Puerto Alonso, Luís Galvez reuniu-se a vários seringalistas patriotas e após troca de idéias a insurreição foi marcada para o dia 14 de julho de 1899. Ainda o romantismo de Luís Galvez, 14 de julho, queda da Bastilha lembrando **Liberdade, Igualdade, Fraternidade**.

A idéia da proclamação do Acre Independente parece ter partido mesmo de Luís Galvez Rodrigues Arias com o propósito de mais tarde, como ele afirmou em várias cartas e documentos, anexá-lo à República Brasileira.

Tal proclamação se deu de maneira simples, porém com a sua fala inteligente e expressiva, com a sua vivência em ambientes internacionais, Galvez empolgou o povo nas sessões que se realizaram em Puerto Alonso. Referia-se ora às leis "dracônicas", "à cobrança de impostos opressivos", "à transformação de cidadãos brasileiros e bolivianos sem consulta prévia de nossa vontade", ou então entusiasmava o auditório falando em "nossa idolatrada pátria", "a generosa e humanitária nação brasileira". Referiu-se ainda ao movimento de heroicos acreanos que haviam deposto poucos meses atrás as autoridades bolivianas e esta foi a lembrança que tocou mais fundo o coração daquela gente humilde e simples, mas que sentia sua a terra em que pisavam. Para finalizar ele declarou: "Impõe-se a independência destes territórios! Que elejam seu governo entre os cidadãos que trabalham o seu solo e exploram suas riquezas! É pois chegado o momento de proclamarmos nossos indiscutíveis direitos de cidadãos livres!" Quando terminou, aplaudidíssimo e aos vivas, foi aclamado o primeiro presidente da República que surgia.

O auspicioso acontecimento espalhou-se pelos seringais, barracões e povoados com a rapidez que era permitida pelo transporte da região: a montaria, isto é a canoa do caboclo amazonense.

Para o presidente do Brasil, sr. Manuel Ferraz de Campos Sales, foi enviada uma comunicação com todo cuidado e tato: "... Brasileiros na sua quase totalidade os habitantes do Acre, o seu proceder lhes foi ditado pela condição triste que ficaram de perder sua pátria primitiva. Entre o Brasil e a Bolívia não podiam vacilar e já que não podiam ser brasileiros resolveram não ser bolivianos. Contudo, se o ato que praticaram pode trazer conse-

quências desastrosas à nação brasileira, o governo deste Estado, embora tenha que tragar uma dolorosa humilhação, cederá perante o que for conveniência da pátria submetendo-se a V. Exa. e de sua pessoa, aguardando a ressalva dos seus direitos.”

A república efêmera do sr. Luis Galvez durou 8 meses, tempo em que ele trabalhou incansavelmente provendo o Estado de todos os requisitos para que pudesse funcionar.

A primeira perturbação desse governo calmo e produtivo, que serviria mais tarde de modelo para Plácido de Castro, aconteceu quando habitantes da Cidade do Acre, ex-Puerto Alonso, tiveram conhecimento da expedição enviada pela Bolívia para retomar e reestruturar a alfândega e a administração do território.

E assim vários fatos se sucederam desacreditando a república que não tinha em verdade condições para se manter, o que aliás não era novidade para Luis Galvez. Contudo, em seus atos o presidente era o autêntico mandatário de uma nação livre e chegou a proibir a exportação da goma elástica enquanto durasse o estado revolucionário. E negava também aos navios brasileiros o trânsito pelos rios Acre, Xapuri e seus afluentes. Esse decreto no entanto era uma arma de dois gumes que acabou por ferir de morte o seu governo. Os seringalistas e comerciantes esperavam os meses de dezembro a maio, época das grandes enchentes, para enviarem os fardos de borracha para as praças de Manaus e Belém. E naquele ano de 1899 foi-lhes negada a comercialização do seu produto o que gerou descontentamento entre camadas que desde o início foram contrárias a Luis Galvez, acabando por contaminar a opinião pública.

Após várias peripécias, o governador Luis Galvez foi deposto por um grupo chefiado por Sousa Braga, que ocupou o seu lugar no Palácio Presidencial. O seringueiro contudo não tinha experiência nenhuma quer em administração, finanças ou política, e os patriotas Hipólito Moreira, Joaquim Vítor e Rodrigo de Carvalho logo convenceram-se que a direção do estado não se achava em mãos hábeis. O próprio Sousa Braga percebeu o valor e a hombridade de Luis Galvez ao entrar em contato com os negócios da república e dizia a seus íntimos “se Galvez quiser ser empossado novamente na presidência estou pronto a entregá-la, pois reconheço que ele é o cabeça de todo o movimento.” E foi o que aconteceu sem demora. Luis Galvez foi chamado de volta em janeiro de 1900, porém permaneceu menos tempo ainda nessa segunda fase.

O governo do sr. Campos Sales enviou ordens explícitas e severas a Ramalho Júnior para que tornasse possível a ocupação do território pela Bolívia sem tardança. Foi preparada uma

expedição com vários navios comandada pelo tenente Armando Burlamaqui, composta de 100 soldados e 12 oficiais, que partiu de Manaus em fevereiro de 1900. A bordo do vapor Tocantins iam: capitão de corveta José Ramos da Fonseca, o cônsul Eduardo Otaviano e Lopo Neto, delegado do Amazonas. Ao chegarem à cidade do Acre procuraram o sr. Luis Galvez que já os esperava, envelhecido e enfraquecido pelo impaludismo. Acertaram as condições de rendição sendo que Galvez pediu apenas proteção e compensação financeira para os seus companheiros de luta. Alguns dias depois, Galvez seguiu com destino a Manaus, Belém e Recife de onde partiu para a Espanha, sua terra natal.

Passara novamente o Acre para mãos estrangeiras e os nossos patrícios sofreriam mais uma vez a opressão das autoridades bolivianas.

Quando tomou posse do governo amazonense o sr. Silvério José Néri, a questão do Acre teve outro alento embora, é claro, o chefe do estado a estimulasse sigilosamente. Logo Manaus encheu-se de boatos sobre uma próxima expedição que iria libertar os brasileiros dessa terra já tão sacrificada. E realmente um grupo constituído por elementos como Orlando Correia Lopes, João Barreto de Menezes, filho de Tobias Barreto, Efigênio Sales, mais tarde governador do Amazonas, Epaminondas Jácome, primeiro governador do Acre unificado, Vítor Francisco Gonçalves e outros partiram na expedição denominada Floriano Peixoto, a caminho do Acre, em dezembro de 1900. Não tiveram o êxito que esperavam, pois os seus organizadores não entendiam dos mistérios da guerra, sendo como eram homens de letras e leis. Daí ter sido chamada um dia de "expedição dos poetas" pelo líder Plácido de Castro.

2. O RIO ACRE EM 1902

Com o fracasso da Expedição Floriano Peixoto no início de 1901, chegou a paz tão esperada pelos bolivianos. A região passou a viver em função do trabalho nos seringais e o posto aduaneiro de Puerto Alonso funcionava em perfeita ordem. Nesse ano, a Delegação da Bolívia obteve uma renda enorme proveniente de direitos cobrados sobre borracha, sernambi e caucho. Um milhão de bolivianos na moeda do país andino.

Previa-se, além disso, que com a abertura de alfândegas no rio Iaco e no Alto Purus, o tesouro da Bolívia teria um aumento da receita de 4 milhões anuais, só na exportação gumífera. Assim, o panorama de tranqüilidade no rio Acre dava aos nossos vizinhos a idéia de que o **imperium** do seu país na vasta área amazônica estava se consolidando.

Puerto Alonso era administrado pelo comando militar cumulativamente, devido à viagem do Delegado André Muñoz para La Paz. O comandante era Pedro Salazar e o novo Delegado Carlos Torrico tinha ido se tratar em Manaus, pois adoeceu poucos dias depois de ter chegado ali. Defendia o lugarejo o “Batalhão Defensores do Acre”. Contudo, as doenças endêmicas faziam muitas baixas entre civis e militares e a impressão dos bolivianos era melancólica quanto ao clima e ao desconforto da região, que os brasileiros toleravam bem melhor.

A certa altura, entretanto, tiveram receio pela segurança de Puerto Alonso, desguarnecido de força em condições de eficiência. E o governo da Bolívia enviou para lá o “Batalhão Terceiro da Linha” que se compunha de 150 praças, sob a chefia de Manuel Canseco. Foram mais de 60 dias de marcha forçada de La Paz ao Acre. Chegaram no dia 17/9/1901, o que permitiu o regresso dos cansados componentes do “Batalhão Defensores do Acre”. Aos homens de Manuel Canseco porém viria juntar-se em maio de 1902 o “Batalhão Cochabamba”, cujo efetivo era de 100 homens, entre oficiais e praças. Com tais providências o governo boliviano pensava manter em ordem o território.

Daí se depreende, portanto, que em 1901 o espírito revolucionário parecia inteiramente dominado. Os componentes da última insurreição estavam trabalhando, produzindo borracha. Rodrigo de Carvalho, que não tinha seringal, fora ao Rio de Janeiro para tratar da saúde e ali, por intermédio de amigos influentes, conseguiu uma audiência com o sr. Presidente da República, o grande Campos Sales, a quem pediu a intervenção federal no caso do Acre. A resposta foi negativa, mas o presidente lhe declarou também que de modo algum permitiria qualquer ameaça à integridade física dos brasileiros lá radicados. Era seu dever zelar pela segurança e o direito de nossos patrícios, mesmo em território estrangeiro, uma vez que o Acre pertencia à Bolívia por força de tratado internacional. As palavras de Campos Sales confirmavam a conduta invariável do governo, já expressa muitas vezes pela Chancelaria do Brasil.

Rodrigo de Carvalho entendeu que não adiantava continuar insistindo com as autoridades federais. Seria clamar no deserto, como observou o historiador Leandro Tocantins. Em virtude disto, ele voltou a Manaus, onde tentaria obter do governador Silvério Néri auxílio para uma nova revolução. Contudo esse político já se expusera bastante na desastrosa interferência dos “poetas” no Acre, sem qualquer vantagem, e estava na verdade em posição embaraçosa perante o governo federal. Não pôde, assim, ajudá-lo como desejaria. De qualquer forma, porém, achou meios de exaltar a atitude dos acreanos rebeldes, escrevendo

em sua mensagem ao legislativo dia 15/1/1901 bonitas palavras que ficaram na história daquele grande estado:

“Homens que, arriscando a vida, conseguiram construir habitação, construir um lar, fundar uma propriedade em territórios inexplorados que possuíam como pedaços da pátria, a cujas leis eram obedientes, não se podem conformar a ver, de um momento para outro, perdidos todos os seus esforços inteligentes, passando a leis diversas em estranha pátria. Honra a esses bravos! Paz à memória dos que pereceram!”

Mas a borracha do Acre continuava a transitar livremente pelo porto de Manaus, segundo estipulava a legislação brasileira, e lembrava todos os dias o valor financeiro do território perdido. Com isto a idéia de reavê-lo estava sempre presente no pensamento do governo amazonense e o comércio se mostrava altamente interessado em que seus planos vingassem. Foi deste modo que no fim de 1901 Silvério Néri descobriu um meio engenhoso de lançar cabeça de ponte no território adversário. Caquetá, um seringal distante poucos minutos da linha Cunha Gomes, seria excelente posto de observação e talvez base de operações futuras. Alegando então que passava por Manaus borracha amazonense como originária do Acre boliviano, o governador mandou instalar uma coletoria estadual em Caquetá e designou Rodrigo de Carvalho para seu responsável.

A despeito dos protestos da Legação Boliviana, Rodrigo de Carvalho que era tido por eles como flibusteiro chegou ao local e instalou a repartição fiscal e arrecadadora do estado do Amazonas. Tinha sido instruído para ter o máximo cuidado e muita discrição nos seus atos, por isso fez visitas de cortesia às autoridades de Puerto Alonso e com elas iniciou relações de boa vizinhança. Seu trabalho ficou muito facilitado pelo gênio expansivo e cordial do coronel Manuel Canseco e, então, ele pôde realizar inúmeros contatos no **pueblo**, recolhendo informações e revendo velhos companheiros de revolução como Joaquim Vítor, Hipólito Moreira e Pedro Braga, que chegaram a formar um círculo amistoso na própria Delegação Boliviana.

Rodrigo de Carvalho, ao mesmo tempo em que procurava infundir confiança nos andinos, desmentindo-lhes os receios, equacionava os projetos revolucionários com Joaquim Vítor, proprietário do seringal do “Bom Destino” a montante de Puerto Alonso, e excepcional base de comunicações no rio Acre acima, porque um varadouro largo na floresta ligava-o a Caquetá, evi-

tando a passagem fluvial pelo porto aduaneiro dos bolivianos. Era necessário unir os proprietários brasileiros no Acre para forçar a Bolívia a sair de uma vez daquelas plagas de fala portuguesa. E para tanto Rodrigo de Carvalho mostrava-lhes planos e fazia-lhes promessas, baseado no governador Silvério Néri, do Amazonas, a quem já tinha escrito solicitando tudo que era necessário. Uma lancha, alimentação para 150 homens durante 30 dias, cunhetes de bala com 15.000 tiros cada, 120 rifles com 30.000 cartuchos, sabres e ambulância. Esse fornecimento — ele assegurava — desembarcaria em Esperança sem ninguém perceber o disfarce.

Apesar de tudo, os planos de rebelião não passavam de desejos manifestados em conversa de Rodrigo de Carvalho com os proprietários do rio e através de cartas ao governador do Amazonas. Vários elementos das insurreições anteriores já estavam propensos a aceitar a jurisdição boliviana como fato indiscutível, o que esfriava os ânimos em toda a extensão do Acre. Se o nosso Governo Federal mandar a Marinha de Guerra devolver o território à Bolívia, que podiam fazer os acreanos? E a presença do cônsul J. Carneiro de Mendonça em Puerto Alonso, não seria mais um fato para fazer desacreditar na idéia de incorporação daquelas terras à comunidade brasileira?

A notícia de que em breve chegaria ali o novo Delegado da Bolívia, sr. Lino Romero, vinha completar o desencanto, porque não havia meios materiais para a revolta, o adversário se firmava cada vez mais na vasta área e o moral dos brasileiros não era o mesmo de um ano atrás, com a dispersão agora dos revolucionários que estavam em Belém e Manaus ou produzia borracha para depositá-la nos barrancos a partir de dezembro, quando esperavam os gaiolas.

Este era o ânimo que imperava na região do rio Acre em 1902, em cujo dorso, no dizer de um estudioso, se desenrolariam os fatos principais do movimento revolucionário que o libertariam em definitivo das mãos bolivianas.

Como era o meio físico e a vida social?

Havia um número maciço de seringais brasileiros, com exceção apenas de três propriedades no alto rio que pertenciam à firma boliviana R. Suarez. Seria longo enumerá-los, como aparecem na grande obra de Leandro Tocantins intitulada “Formação Histórica do Acre”.

Puerto Alonso conservava o aspecto material da época do aventureiro espanhol Luís Galvez, acrescido apenas de mais algumas barracas de paxiúba. No ex-“palácio” de Galvez, o presidente meteórico da efêmera República Independente do Acre, morava o Delegado da Bolívia e funcionava lá também o secre-

tariado. A população que nunca passou de 300 pessoas, variava constantemente com a chegada ou partida de militares ou vai e vem de seringueiros da região. Segundo o auditor de guerra José Manuel Aponte, havia lá na época da safra de borracha, entre os meses de dezembro e maio, uma grande mistura de línguas e povos. Muito comum ouvirem-se o português, que era a fala da maioria, o espanhol, o inglês, o holandês, o grego, além de dialetos das regiões de onde provinham os soldados bolivianos: aimará, quíchua, chiriguano, chiquitano e movina.

E neste meio de tanta gente diferente e estranha em busca da borracha, existiam dois fantasmas aterradores: o impaludismo e o béri-béri, que faziam muitas vítimas, surpreendendo mesmo os velhos moradores em um ano de vazante anormal. Nunca o rio descera tanto como em 1902 e os oito meses de verão, de maio a dezembro, foram terríveis. Por isso José Manuel Aponte anotou em um livro de 1903: “Esses oito meses foram de agonia e morte para todos os habitantes de Puerto; e ainda em outras partes do rio houve, pelas barracas dos centros, uma mortandade assustadora.”

Nosso cônsul J. Carneiro de Mendonça constatou ao chegar esse quadro de tristeza e desolação em Puerto Alonso e por certo temeu transformar-se em uma das vítimas das endemias. De outro lado, com as inúmeras queixas e reclamações contra irregularidades da Delegação da Bolívia, os funcionários brasileiros constataram, através de sindicância, que existia muita razão para isto pois as autoridades bolivianas, além da sua incompetência, agiam sempre de má fé, deixando de despachar os papéis e quando o faziam era determinando divisões as mais absurdas e ilegais.

Permanecia no povoado uma camarilha de astutos aproveitadores que à sombra da Delegação da Bolívia usufruíam vantagens com despachos oficiais. Doze advogados bolivianos eram hábeis e ferrenhos defensores de interesses escusos, quando apareciam seus clientes em liquidações de casas comerciais brasileiras ou nos inventários.

Segundo o nosso cônsul, Aponte fez em pouco tempo grande fortuna com essa exploração vergonhosa e uma série de irregularidades constantemente se praticava por autoridades sob a sua jurisdição. Quando brasileiros de condição modesta reclamavam direitos, lembrando a presença do cônsul Carneiro de Mendonça, a resposta vinha fácil e sem hesitação: “nada tinham a ver com isto, pois os brasileiros lá residentes eram filhos adotivos da Bolívia e deveriam reger-se exclusivamente por suas leis.”

O aventureirismo campeava também — é preciso que se di-

ga — do lado dos brasileiros. Vários proprietários, com as facilidades que obtinham na Delegação da Bolívia, estavam inclinados a aceitar sem discussão o regime andino. Mesmo entre os revolucionários mais extremados ocorriam fatos lamentáveis. Haja vista que o cônsul J. Carneiro de Mendonça, assim que desembarcou ouviu de Joaquim Domingos Carneiro, então vice-cônsul, algumas revelações pesadas à cerca de elementos da insurreição, todas confirmadas pelo depoimento de Joaquim Vítor.

Era natural que tudo isto ocorresse, pois sempre foi assim em todas as conquistas dos desertos e regiões primitivas, onde os homens primavam pela ambição de ganho, falta de escrúpulos, desejo de liderança nos grupos e intensa busca de prestígio social. E de tal modo o povo encarava os fatos, que criou um símbolo para esse amoralismo na chamada Ilha da Consciência na embocadura do rio Negro, porque as pessoas quando seguiam para o Acre — diziam — lá deixavam as suas virtudes para apanhá-las de novo quando voltavam para a civilização.

A própria religião católica foi envolvida pelas forças pagãs daquele meio semi-bárbaro. O padre Leite — famoso por muitos aspectos — era um exemplo vivo das concessões mais estranhas e protescas. Ele interpretava a seu modo os Evangelhos e ia pelo rio comerciando de modo curioso e pinturesco as coisas sagradas. Pároco em Lábrea, no rio Purus, todos os anos no começo do inverno — isto é das águas — pegava o primeiro navio que subisse até Xapuri. Atrás dele iam três batelões onde o sacerdote se instalava quando chegava àquela vila. Principiava então uma interessante peregrinação: o padre descia o rio parando em cada barracão para “fazer colheita de espórtulas de casamentos e batizados que eram contratados no ano anterior para que todos estivessem prevenidos financeiramente.”

Pelo que se sabe, nas suas visitas pastorais padre Leite Barbosa rezava missa a 100 ou 300 mil réis, conforme as posses do proprietário do barracão, sempre com prédicas contra o casamento civil. Depois corria a sacola de esmolas para a construção da igreja de Lábrea. Se alguém desejasse algum batizado, o preço baixava para 100 ou 200 mil réis, concedendo também o sacramento aos filhos de casais unidos apenas pelas leis do país, mas com uma ressalva nas certidões: filhos naturais — dizia ele — porque o pároco não reconhece o ato civil.

Quando a cerimônia era de casamento revestia-se de alguma pompa a fim de justificar o preço de 500 mil réis. Por menos ele até poderia fazer, porém com um pormenor: sem a bênção nupcial. E se não havia dinhelro ou o que o substituisse — diz a

crônica da região — aconselhava regime de economia, transferindo para o ano seguinte as graças dos sacramentos.

Havia, também, na companhia do vigário ousado e cinematográfico como alguns pastores protestantes do Oeste americano, um conjunto musical dos mais pitorescos. Era a “orquestra do padre Leite” muito popular em todo o rio. Quatro empregados seus, munidos de instrumentos, punham-se a tocar depois dos officios religiosos em bailes barulhentos, obedecendo a um sistema original: cada par tinha o direito de dançar dez minutos pagando ao pároco 10 mil réis. Com tudo isto, ninguém escapava ainda da sacola de esmolas do padre, que implorava a caridade sob qualquer pretexto cristão. O homem sozinho era uma empresa naqueles imensos sertões da borracha.

Nessa vasta área, Puerto Alonso e Apurí constituíam os polos de atração para os seringueiros, quando as chuvas de dezembro a maio impediam os trabalhos na selva. Com a pausa anual, alguns aproveitavam para ir a Belém ou Manaus e outros, com menos disponibilidade financeira, procuravam gastar dinheiro ali mesmo nas duas vilas do Acre. Para os bolivianos isto não era bom, porquanto com frequência perturbava-se a ordem com jogo e bebidas, ocorrendo conflitos o que prejudicava de certo modo a pacificação política do território, quando eles só tinham um objetivo: “bolivianizar o Acre”.

3. SURGE UM LIDER: José Plácido Ferreira de Castro

Rodrigo de Carvalho, que subterraneamente fez surgir um novo movimento revolucionário no Acre, reunindo forças e opiniões desde quando instalou o posto fiscal de Caquetá, sabia que tudo poderia ir água abaixo por falta de um chefe. Quem poderia ser o líder do movimento? Entregá-lo aos que fracassaram em rebeliões anteriores seria condená-lo a morrer no nascedouro e ele próprio não se sentia com qualidades para isto, embora excelente conspirador e obstinado opositor da jurisdição boliviana naquela região.

E os seus companheiros atuais? — poderiam indagar. Nenhum possuía — esta a verdade — qualidades para o difícil posto de comandante. Faltavam a todos conhecimento das artes bélicas e, além disso, as atitudes inconvenientes na insurreição passada, incompatibilizavam-nos para a direção da arrojada empresa.

Por outro lado, estavam perdidas as expectativas de vir o Governo da União realizar um acordo com a Bolívia, no sentido de permanecer o Acre explorado e habitado por nossos patrícios, quando se revelou nesse longínquo 1901a latitude precisa do

rio Javari. Técnicos brasileiros e bolivianos, por força do Protocolo de 30 de outubro de 1899 e dirigidos por Luís Cruls, do Observatório Nacional, e Don Adolfo Ballivian, representando La Paz, puseram fim ao assunto, plantando um marco de ipê na fonte do rio, aos 28 de agosto de 1901. O desvio era tão pequeno em relação à latitude estabelecida por Cunha Gomes, que em nada influiria na situação das terras produtoras de goma elástica. Continuariam bolivianas da mesma forma.

Em fevereiro de 1902, o agente fiscal de Caquetá fez uma viagem a Manaus para se avistar com o governador Silvério Néri. Queria expor-lhe pessoalmente a intenção dos proprietários nacionais do rio, que não viam outra saída: era necessário fazer quanto antes novo movimento libertador, com a ajuda do Estado do Amazonas. Essa viagem foi decisiva, porque aí o Acre encontrou um homem providencial, chamado por alguém de “o homem do destino”. Embora quase desconhecido, vivia integrado ao meio amazônico por razões profissionais e não permanecia de todo estranho, como seu observador, aos lances políticos e militares da questão do Acre.

Ele se chamava José Plácido Ferreira de Castro, filho de S. Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul, e pertencia a uma família de militares. O bisavô tinha participado da conquista das Missões, o avô pertencia às fileiras do exército e o pai tomara parte na batalha de Tuiuti. Ficou órfão muito cedo e teve de se empregar para sustentar a si, sua mãe e 5 irmãos. Depois de trabalhar em uma loja de armarinhos na cidade natal, transferiu-se para Bagé a fim de aprender o ofício de relojoeiro, mas como lhe ardia o amor das armas, acabou assentando praça no 1º Regimento de Artilharia de Campanha como segundo cadete e matriculou-se depois na Escola Tática do Rio Pardo. Já estava no posto de 2º sargento quando voltou a servir em sua antiga unidade de artilheiros, a fim de esperar matrícula na Escola Militar de Porto Alegre, sonho de muitos jovens que aspiravam à carreira de oficial do exército nacional. Quando ele cursava esse estabelecimento, aconteceu a revolta da Armada contra Floriano Peixoto e os alunos, oficiais e praças ofereceram-se para defender a causa florianista. Ele foi um dos poucos a se declarar contra a incorporação dos alunos, porque isto significava a suspensão dos trabalhos na escola e o fim do seu projeto de conquistar logo os galões de oficial. Quando lhe apresentaram o manifesto em que os corpos docente e discente da Escola Militar pediam ao governo federal autorização para juntarem-se às tropas regulares, simplesmente se negou a assiná-lo. Logo veio a ordem de engajamento e a casa de ensino ficou vazia. Plácido

de Castro foi preso e agregado a um Corpo de Transportes em Bagé.

Depois de dois anos de luta, em que Plácido de Castro demonstrou bravura e devotamento, a revolução terminou com a paz de Pelotas em 1895. O antigo cadete ocupava então o posto de major das colunas federalistas. Razões íntimas pouco conhecidas levaram o guerreiro a recusar um benefício dado por Prudente de Moraes a todos os seus companheiros.

Em 1896 ele está no Rio de Janeiro como guarda de 2ª classe do Colégio Militar, sendo promovido no ano seguinte ao cargo de inspetor de alunos, onde permaneceu menos de um ano, por ter pedido a sua exoneração.

Certo amigo, querendo ajudá-lo ofereceu-lhe emprego nas Docas de Santos e ele foi para lá na esperança, entretanto, de seguir até o Amazonas, tão logo pudesse, a fim de tentar a sorte como muitos outros. A borracha fortalecia os orçamentos da República e a amazônia vivia então dias de grande prosperidade. Aconteceu que Orlando Lopes e Gentil Norberto, dois gaúchos amigos, acenaram-lhe de Manaus com empreitadas lucrativas para demarcar terras nos latifúndios da seringa. E com muitas esperanças no coração o ex-cadete chegou à capital do Amazonas em 1899, viajando em seguida para o rio Purus, como agrimensor devidamente licenciado. É nessa ocasião que passa pela foz do Pauini a Expedição Floriano Peixoto. O sul-riograndense era hóspede da proprietária do Seringal Boca do Pauini, dona Quitéria Sobreira, uma cearense destemida, e viu com pesar a pouca valia militar da empresa. Convidado pelo seu coestadua-no Orlando Lopes, recusou participar dando como motivo precário estado de saúde. Na verdade o **Solimões** com aqueles milicianos desajeitados não iria muito longe no que pretendia... Era o seu pensamento.

Por tudo isto, o jovem agrimensor de 29 anos era o homem certo — como os fatos o comprovariam mais tarde — para chefiar a revolução do Acre. Possuía uma notável fé de ofício, com muitas lutas em campos de batalha. Comedido em suas maneiras. Sóbrio e discreto nas palavras. Averso às intimidades e com um ar enigmático de gaúcho de fronteira. Tudo o indicava para a espinhosa tarefa no espírito de Rodrigo de Carvalho, enquanto este sonhava com nova rebelião. Ao chegar a Manaus soube que Plácido de Castro estivera no Ceará e em breve deixaria a capital do Amazonas em direção ao Juruá, onde pegara uma empreitada.

Rodrigo de Carvalho queria entregar-lhe o comando do movimento e foi à sua procura, acompanhado de José Galdino Assis Machado e Joaquim Alves Maia, proprietários de certa im-

portância no vale do rio Acre. O gaúcho ouviu os cavalheiros em silêncio, depois pediu 3 dias para dar uma resposta, tendo em vista que não poderia resolver nada sem antes ponderar os compromissos de agrimensor no Juruá.

Decorrido o prazo combinado, quando o procuraram de novo já tinha resolvido positivamente. Aceitaria o comando com algumas exigências que não admitiam discussão: caso não as aceitassem seguiria para o Juruá. Suas condições preliminares eram estas:

- 1º — a não interferência do governo de Silvério Néri no movimento;
- 2º — a formação imediata de uma Junta Revolucionária, que se dissolveria ao romperem as operações de guerra, ficando centralizados na pessoa do comandante-chefe todos os poderes civis e militares;
- 3º — a bem da disciplina, todo aquele que faltasse aos deveres da campanha ou aos compromissos assumidos seria sumariamente passado pelas armas.

Suas condições foram aceitas e Plácido de Castro mudou os projetos de agrimensura no Juruá para os de revolucionário no vale do rio Acre. Com isto o movimento passou a ter um chefe capaz de conduzi-lo à vitória final sobre os destacamentos bolivianos, fazendo com que os governos do Rio de Janeiro e de La Paz entrassem de futuro num acordo favorável às pretensões dos verdadeiros conquistadores da região.

Rodrigo de Carvalho combinou com Plácido de Castro um encontro no local das futuras lutas e voltou a Caquetá, onde dois fatos novos iriam trazer-lhe o desassossego.

O primeiro foi a chegada de Don Lino Romero a Puerto Alonso, no dia 3 de abril daquele 1902, acompanhado de pessoal numeroso. Espírito arguto e enérgico tinha uma missão: conter definitivamente os impulsos de independência acreana, fazer cumprir as leis bolivianas e preparar o ambiente para transferir a administração fiscal do Acre ao **Bolivian Syndicate**. Um consórcio de capitalistas anglo-americanos. Para isto tinha os meios indispensáveis: homens, armas e munições.

O segundo fato alarmante era a abertura pelos bolivianos do varadouro em direção a Iaco, onde pretendiam instalar de imediato uma aduana. Esse caminho atravessara o seringal Porto Central para chegar às margens do rio Antimari, em terras aquém da linha Cunha Gomes, e, por isso, no solo do Amazonas.

O coletor estadual protestou contra o prosseguimento dos trabalhos e o fato serviu, como evidente invasão de terras brasi-

leiras, para criar em Manaus clima favorável aos nossos patriotas do Acre. E como isto talvez não bastasse, Don Lino Romero baixou uma série de atos discricionários que intranquilizavam e traziam em constante revolta os acreanos. Aumentou os impostos sobre mercadorias importadas, provocando alta geral nos preços. Gravou a exportação da borracha e impôs uma taxa de captação, medida em valor monetário ou em 2 dias de trabalho público. O órgão oficial **El Acre** publicou instruções severas marcando prazo de 6 meses para o registro dos seringais, sob pena de perda dos direitos sobre as propriedades, que passariam a devolutas.

Como os seringais tinham se formado na base da primeira posse e domínio, naquele azáfama de produzir borracha só prevaleceram a coragem pessoal, a Winchester 44 e a peixeira dos nordestinos. Ninguém se lembrou de saber até onde iam as divisas dos latifúndios. Assim a exigência de Don Lino Romero era descabida e impossível de ser cumprida em prazo tão curto.

O objetivo inconfessado — sabia-se então — era vender terras à **Sociedade Gomera Boliviana** e ao **Bolivian Syndicale** e crevia tópicos e artigos contara os brasileiros. para isto contavam com a cobertura do jornal **El Acre** que escrevia tópicos e artigos conta os brasileiros.

De outro lado, se não houvesse moeda ou borracha para o recolhimento de taxas no povoado, agora com o nome de Puerto Acre, as taxas eram recolhidas em mercadorias: farinha, arroz, feijão, açúcar, charque, bolacha, café, sabão, querosene, fósforo, pólvora e chumbo. Tudo de maneira arbitrária.

Rodrigo de Carvalho, que tinha no brasileiro Farani, tesoureiro em Puerto Acre, um excelente agente de ligação, acompanhava de perto os acontecimentos revoltantes que fermentavam a opinião pública dos milhares de brasileiros fixados naquele território.

4. A REVOLUÇÃO

Plácido de Castro, que vinha se dedicando desde 1899 exclusivamente aos afazeres de agrimensor, acompanhava entretanto os acontecimentos políticos e armados dos acreanos. Homem formado à sombra das bainetas, tinha interesse especial em todos os lances, embora não acreditasse na forma e nos meios que os chefes do movimento empregavam. Por isso já se referira à Expedição Floriano Peixoto como empresa de poetas...

A sua correspondência com os revolucionários a partir de 1900 evidencia um espírito próximo ao estágio das ações descobertas. Emitia opiniões, aconselhava medidas, criticava o governo federal e a "conduta criminosa" do governo do Amazo-

nas, que se servia da flotilha para negociar com os revolucionários. Estava informado de tudo.

Dois anos depois, em abril de 1902 ele subiu o Purus no vapor **Tamanduá** com o fito de por em execução o “choque de armas” e os “sons de clarins” que previra a Joaquim Vítor. Em Caquetá encontrou-se com Rodrigo de Carvalho e marcaram os dois a data para deflagrar a rebelião: 14 de julho. Atacariam o Puerto Acre na data histórica da França e a mesma em que Luís Galvez Rodrigues de Arias tinha proclamado a efêmera República Independente do Acre, em 1899. Em seguida esteve em Bom Destino e ali trocou idéias com Joaquim Vítor, dando os últimos retoques no plano da revolução. Depois disto Plácido de Castro continuou viagem até o seringal Vitória, de José Galdino, onde aguardaria a data marcada com os companheiros de ideal, trabalhando como agrimensor naquela propriedade.

Embora não tenha perdido tempo em sua jornada ao Alto-Acre, quando sondou o ânimo das pessoas mais influentes no rio em caso de um movimento armado, pelo menos em Xapuri — agora denominado **Mariscal Sucre** — ficou nele um grande desalento pela indiferença dos seus homens de maior projeção. Plácido de Castro iniciou seus trabalhos no Seringal Vitória, com certo desânimo quanto à ajuda de que necessitava para os seus planos. Em verdade, pouca gente acreditava na insurreição de que falava o jovem gaúcho.

Um fato novo, porém, veio mudar a opinião dos cidadãos de Xapuri, que tinha então um intendente boliviano: Juan de Dios Barrientos. Jornais chegados de Manaus trouxeram nos primeiros dias de junho o contrato da **Bolivian Syndicate**. O agrimensor Paiva Melo, com os periódicos na mão falou aos conselheiros municipais para solicitar-lhes que, em nome da dignidade brasileira, renunciassem aos cargos, como protesto ao arrendamento do Acre a uma companhia anglo-americana. A renúncia se deu coletivamente e Paiva Melo foi ao Seringal Vitória comunicar o fato a Plácido de Castro, que entretanto estava no meio das matas balizando terras e só veio a saber de tudo no dia 23 de junho. A sua reação nós encontramos nestas linhas dos seus “Apontamentos”:

“Em 23 de junho chegaram-me às mãos alguns jornais que noticiavam como definitivo o arrendamento do território acreano e estampavam o teor do contrato, então firmado entre a Bolívia e o **Bolivian Syndicate**. Era uma completa espoliação feita aos acreanos.”

Guardou os instrumentos de trabalho e seguiu no mesmo dia para a margem do rio Acre. Seu objetivo era alcançar Bom Destino a 259 milhas, por isso não parou em Xapuri, onde passou silenciosamente deslizando a sua canoa, protegido pelas sombras da noite.

No percurso, ele incitava os proprietários de barracões a unirem-se na luta pela libertação do território, ameaçado agora de se tornar “pasto de apetites internacionais.” Pior do que a Bolívia seria o jugo asfixiante do poderoso sindicato.

Em Bom Destino reuniu-se a Joaquim Vítor e com ele seguiu pelo varadouro até Caquetá, onde seria marcado, em memorável encontro, o verdadeiro início da revolução. Estavam presentes vários proprietários de seringal e ali se constituiu uma Junta Revolucionária composta de Joaquim Vítor da Silva, José Galdino de Assis Marinho e Rodrigo de Carvalho. Plácido de Castro foi aclamado comandante-chefe das operações militares, sendo que a junta se dissolveria tão logo iniciassem as manobras de guerra, para evitar dualidade de chefia. Com um particular, quem fugisse à disciplina, obediência e outras combinações seria imediatamente fuzilado.

Como era impossível iniciar o movimento no dia 14 de julho, por falta de armamento e munição, escolheram o 6 de agosto, que de qualquer forma era simbólico também: dia da independência da Bolívia. Por último, acertaram o local onde deveria irromper a revolução. Embora Plácido de Castro escolhesse Puerto Acre, talvez para golpear a cabeça em primeiro lugar, a maioria optou por Xapuri e ele aceitou a decisão.

Quando terminou a reunião, Rodrigo de Carvalho fez dezenas de cartas-circulares aos “concidadãos do rio Acre” informando-os de suas deliberações em Caquetá. Entre outras coisas dizia que finda a guerra Plácido de Castro chamaria a Junta Revolucionária para formar o governo, aclamando ou elegendo seu presidente um elemento revolucionário e proprietário no Acre.

Depois que Plácido de Castro e Rodrigo de Carvalho já estavam durante muitos dias em Boca do Acre, aguardando armas, munições, instrumentos de guerra e alimentos — pois os navios de Purus não entravam naquele rio devido à falta de água — afinal chegou ali a lancha **Hiran** com novidade: Gentil Norberto vinha subindo o Purus com armamento e um pelotão da polícia do Amazonas, que o governo havia mandado a pretexto de garantir o posto fiscal de Caquetá.

Plácido de Castro regressou àquele posto depois de encontrar Gentil Norberto e seus homens no rio Purus. Viajou em canoa rio Acre acima porque tinha um plano audacioso: passaria pelo reduto boliviano a fim de medir-lhe as defesas, enfronhar-se

da topografia do **pueblo** e conhecer os recursos humanos dos adversários. Seria apenas — para as autoridades da Bolívia — um agrimensor em trânsito, apesar dos papéis comprometedores que levava. Saltou em Puerto Acre e foi levar seus cumprimentos a Don Lino Romero.

A palestra foi amável e o tratamento polido entre os dois. Plácido de Castro desejava licença das autoridades para trabalhar e como seu nome não constava entre os suspeitos, conseguiu o que pleiteava. Só não quis pernoitar no povoado, embora convidado para isto.

Prosseguiu viagem, parando aqui e ali nos seringais de patrícios simpáticos à causa, com o fim de recrutar homens e obter promessas de ajuda em dinheiro e alimentos. A 4 de agosto ele se aproximava de Xapuri. A essa altura mandou emissário por terra para avisar José Galdino, no Seringal Vitória, que reunisse o pessoal para a luta. O homem chegou 12 horas em sua frente e quando lá desembarcou o comandante-chefe viu a presteza com que as ordens foram cumpridas. Eram 33 seringueiros e no dia 5 todos rumaram para Xapuri.

De madrugada, quando desembarcaram cada qual foi subindo o barranco para atacar em três frentes os pousos das autoridades bolivianas. Raiava o dia da comemoração da independência política da Bolívia: 6 de agosto. E em vez de salvas e cornetas festivas, como previa a programação oficial, o próprio Plácido de Castro nos conta o que sucedeu:

“Tudo correu como eu havia determinado. Penetrando na Intendência — onde estava Juan de Dios Barrientos — e de lá retiramos umas carabinas e dois cunhetes de balas; em seguida, chamei-os em voz alta. O Intendente, mal acordado ainda, respondeu: **Es temprano para la fiesta**, ao que lhe respondi: **Não é festa, sr. Intendente, é revolução!** Levantaram-se, então, o Intendente e os demais, sobressaltados.”

A primeira providência do chefe da revolução foi insistir no recrutamento de homens. E no dia seguinte reuniu-se em assembléia com o povo em casa de Falk, um judeu francês, para expor a situação do Acre, arrendado a um consórcio de capitalistas internacionais, o que era um perigo à segurança do Brasil e ao bem estar de todos os acreanos.

Houve discursos inflamados e 45 assinaturas foram colhidas, inclusive a de Plácido de Castro que tirou várias cópias da ata mandando rio abaixo, inclusive ao governador boliviano de

Puerto Acre, para que ninguém fraquejasse ou se arrependesse depois de comprometido com a assinatura no livro.

Nessa memorável reunião, foi proclamado o Estado Independente do Acr e — em tudo por tudo igual ao de Luis Galvez, cuja organização seria aproveitada — debaixo de grandes aplausos e — conta o guerrilheiro patrício — içou-se a sua bandeira “ao som da marcha batida, pois já havia um corneteiro entre nós, e todos se descobriram respeitosamente.”

Acabada a cerimônia, iniciou o adestramento dos seus comandados, seringueiros bisonhos na maioria mas de grande coragem pessoal, chegando em uma semana a ter 150 homens na vila Xapuri, recebendo treinamento militar.

No dia 20 de agosto, o comandante da rebelião baixou manifesto explicando também aos bolivianos residentes no Alto Acre a situação do território e os acontecimentos de Xapuri, onde considerou **Nicolas Suarez & Cia.** como inimigos e convidou os demais a se juntarem sob a bandeira do Estado Independente.

A operação de Xapuri terminou com o exílio das autoridades bolivianas: o intendente Juan de Dios Barrientos, o advogado José Gutierrez, dois comissários de polícia e alguns civis e militares. Receberam ordem de marchar por terra até o rio Iaco e aí tomaram embarcação que os levou para Manaus, sem que Don Lino Romero pudesse socorrê-los ou incorporá-los à milícia de Puerto Acre.

E a vila Mariscal Sucre voltou a se chamar Xapuri.

5. O FIM DA LUTA ARMADA

Depois de tomar Xapuri, Plácido de Castro entregou-se de corpo e alma ao treinamento dos seus homens, com a colaboração de alguns militares que se engajaram na coluna.

Foi infeliz — devido a uma emboscada — no primeiro encontro que seus comandados tiveram com as tropas regulares do general Rosendo Rojas, que vinha guiado por Antônio Português, padeiro no lugar denominado Volta da Empresa. Os acreanos perderam 22 homens e tiveram vários feridos, enquanto morriam apenas 10 praças da Bolívia e 8 receberam ferimentos. Isto pareceu ao comandante Rosendo Rojas uma vitória, sendo o fato comemorado ruidosamente. Baixou manifesto ao povo do Acre difamando e injuriando o chefe das tropas brasileiras e este, por sua vez, deu-lhe uma resposta cheia de revolta.

A luta prosseguiu com sério revez para o cel. Manuel Canseco à frente de 100 homens, quando atacou o seringal “Bom Destino” e isto lhe valeria mais tarde um julgamento severo em La Paz. Era considerado o Bonaparte da Bolívia.

Com os vai-e-vens das guerrilhas, Plácido de Castro foi aos poucos assenhorando-se da situação, lutando em três frentes, fuzilando traidores e investindo com coragem e decisão para cima dos inimigos, até que graças aos combates de surpresa — em que ele era mestre desde o Rio Grande do Sul — faltava apenas Puerto Acre para cair sob suas armas. Tinham-se passado pouco mais de cem dias de operações militares e o fim se aproximava.

Os brasileiros, comandados por Plácido de Castro, tinham cercado o **pueblo** e estavam a 80 metros, aproximadamente, da primeira linha de fortificações da vila, quando ao sinal de bandeira branca Don Moisés de Santivañez foi ao encontro do caudilho propondo-lhe um armistício temporário para o sepultamento dos mortos. Com a sua costumeira agilidade mental, o chefe das forças acreanas pressentiu que algo de anormal existia na proposta e respondeu imediatamente: “Neste momento estamos discutindo a sorte dos vivos e mais tarde trataremos a dos mortos, que não ficarão insepultos.” A luta continuou durante a noite, reduzindo a sua intensidade pela madrugada e ao amanhecer os brasileiros foram surpreendidos com nova bandeira branca na praça do povoado. Era 24 de janeiro de 1903 e os andinos fizeram a sua primeira proposta de paz, pretendendo impor condições que foram repelidas pelo comandante-chefe das nossas forças, que embora cortês foi incisivo: comprometia-se apenas a garantir a vida dos bolivianos e dar-lhes passagens até Manaus.

Depois de algum tempo Dom Moisés de Santivañez, que era emissário dos chefes das tropas em combate, retornava ao posto de Plácido de Castro acompanhado de D. Lino Romero, para assinarem o documento de capitulação, nas bases estabelecidas pelo líder gaúcho.

O documento foi assinado na praça de Puerto Acre, em 24/2/1903.

6. CONCLUSÕES

Para terminar um assunto de tamanha importância quanto à vastidão da área conflagrada, o envolvimento de milhares de brasileiros, a obstinação e o sofrimento de vários líderes e patriotas, durante algumas décadas, bem como quanto ao que representa hoje o Acre para a comunidade nacional, nós devemos observar que:

- I — merece destaque inicial, por questão de justiça e reconhecimento de todos nós, a presença naquela região desde 1877 de grandes levas de nordestinos humildes que

- para lá se transferiram tangidos pelas constantes secas do seu Estado: eles foram o início e a razão de tudo;
- II — precisa ser lembrado em todas as ocasiões, como peça importante na Questão do Acre, o nome do piauiense cel. Gregório Taumaturgo de Azevedo, que em 1895 deixou de realizar a implantação dos marcos divisórios, para não prejudicar 18.000 brasileiros que já se encontravam além do paralelo de 10º e 20';
 - III — Luis Galvez Rodrigues Arias não pode ser esquecido pela sua notável contribuição à causa do Acre, porque embora de nacionalidade espanhola, soube compreender os nossos ideais e lutar pelo direito dos acreanos como se fosse um deles, estabelecendo ali um Estado Independente — ainda que efêmero — com o fito de anexá-lo posteriormente à pátria brasileira, o que em verdade veio a acontecer depois;
 - IV — entre as autoridades que mais colaboraram com os patriotas do Acre, contra a vontade do governo federal muitas vezes, devemos lembrar os nomes dos governadores do Amazonas: Ramalho Júnior e Silvério Néri, que vivendo o problema de perto tudo fizeram pela independência daquela área;
 - V — não podem ser esquecidos também os proprietários de terras e líderes políticos da região, como Joaquim Vitor, José Galdino e Rodrigo de Carvalho, cuja obstinação e capacidade de luta iniciaram ou fortaleceram todas as rebeliões do território, até que a quarta revolução lhes trouxe a desejada independência;
 - VI — papel especial coube em tudo isto ao gaúcho José Plácido Ferreira de Castro, cuja formação militar e excepcionais qualidades de liderança tornaram possível a vitória final com a integração do Acre à comunidade brasileira;
 - VII — mas nada disto teria chegado a bom termo tão cedo, sem dúvida alguma, caso o Barão do Rio Branco, nomeado Ministro das Relações Exteriores do Brasil, no governo de Rodrigues Alves, não tivesse entrado em cena no momento exato em que prestigiou oficialmente os acreanos, tornando a sua causa a causa do Brasil.

Com a campanha vitoriosa do Acre, encerrada pelo Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903, o nosso país ficou engrandecido sob todos os aspectos, sendo que geograficamente ele cresceu em cerca de 190.000 km². Isto corresponde a uma área de florestas da melhor qualidade, toda ela presumivelmente petrolífera e tão extensa quanto qualquer destes estados: Ceará, Pernambuco, Paraíba ou Rio Grande do Norte.

De outra parte, aquele tratado oferecia à Bolívia as seguintes compensações: 1º — 2 milhões de libras esterlinas; 2º — e o compromisso, aliás realizado, da construção da estrada de ferro Madeira — Mamoré, que facilitava o comércio entre as duas nações e permitia ao país andino o acesso às águas do Atlântico.

Senhoras e senhores.

O Tratado de Petrópolis foi uma das maiores vitórias da diplomacia brasileira, porque sem prejudicar a Bolívia reuniu sob o Pavilhão Nacional milhares de brasileiros que não desejavam continuar estrangeiros na própria terra. Esse tratado consagrou definitivamente o Barão do Rio Branco, porque todas as resoluções, arranjos e acordos preliminares partiram somente dele. Foi uma obra de geógrafo, historiador, diplomata e político sagaz. O próprio Rio Branco o considerou a sua obra-prima.

Quando houver neste país um Panteão para abrigar os grandes heróis nacionais, ali deverão repousar os restos de todos os que escreveram na Amazônia esta notável página de civismo, a fim que sejam conhecidos e louvados pela posteridade.

Era o que tínhamos a dizer.

FONTES:

- 1 — **Formação histórica do Acre (3 v.)**
Leandro Tocantins
Editora CONQUISTA — Rio, 1961
- 2 — **Barão do Rio Branco (2 v.)**
Álvaro Lins
Editora José Olympio — Rio, 1945
- 3 — **Enciclopédia Delta Larousse**
Edição de 1972

A OPORTUNIDADE DE UMA JUSTA HOMENAGEM

Luiz Gonzaga de Faria

O grande naturalista brasileiro, Pio Correia, há um século vinha ao mundo, como um predestinado valor humano.

Através de sua vida de pesquisador incansável, de estudos e de trabalho, acabou por enriquecer a cultura brasileira com a mais valiosa obra já publicada no seu gênero, em todo o mundo, o Dicionário de Plantas Úteis do Brasil, como um tratado específico sobre a flora tropical.

Agora, para comemorar a passagem do centenário do nascimento desse devotado e eminente cientista, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal decidiu reeditar esse trabalho monumental, como uma significativa oferenda à cultura nacional e reconhecida homenagem ao autor.

E isto porque, a importância da finalidade para que foi criada essa instituição é grande e, no conjunto de seu vasto programa de atividades e de atribuições, se enquadra uma responsabilidade quase que de salvação nacional, que é a da recuperação e proteção de nossa flora, já abruptamente aniquilada e irracionalmente devastada em amplidão imensa de nossas áreas geográficas, em todos os quadrantes do nosso mapa.

O mais importante e imediato objetivo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal é o de encontrar meios racionais e recursos técnicos para restituir a muitas de nossas outrora exuberantes regiões zonais, a riqueza florestal que lhes enriquecia e embelezava os quadros naturais de seu primitivo panorama tropical.

Cada dia que passa, segundo a fala das estatísticas, mi-

Ihões de unidades de nosso patrimônio fitológico, são criminosamente abatidas em todo o território nacional, em troca de vil e aparente compensação econômica, como vem acontecendo com o mogno, em Goiás, com a imbuía, o cedro e o pinheiro no Paraná e em Santa Catarina, a sucupira e outras madeiras-de-lei no Espírito Santo, nada comentando aqui sobre o pau-brasil, que constituiu o primeiro e histórico lastro econômico dos primórdios do Brasil colonial e hoje é séria raridade nos recessos de nossas matas.

Essa continuada devastação de nossas matas, à revelia de planejamento e sem o rigor da técnica, motiva a calamitosa transmutação de nossas magníficas áreas florestais em exauridas paisagens, em quadros pungentes de natureza empobrecida, em verdadeiros desertos plasmados pela mão do homem.

Como consequência dessa ação danosa, os rios perdem consideravelmente seu volume d'água, os minadouros secam, surge violenta e agressiva mudança climatológica, a produção do oxigênio baixa seu potencial, os micros organismos do solo arável morrem, a fauna emigra e, então, aparece o quadro desolador do desequilíbrio ecológico com suas consequências mortíferas.

E é precisamente nestas horas em que o Brasil tem sido o palco sombrio desse drama, em que o ponto alto é a devastação continuada e irracional de sua magnífica flora, caracteristicamente tropical, que o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, num gesto patriótico e altruístico, bem enquadrado em suas atribuições, tomou a decisão irreversível de reeditar o Dicionário de Plantas Úteis do Brasil, de Pio Correia, procurando mostrar aos brasileiros responsáveis os tesouros que há no texto dessa obra.

Divulgando-a ao máximo, trazendo seu imenso lastro de conhecimentos à própria comunidade popular, procurando conscientizar a compreensão do povo a respeito, retratando fielmente o que é a nossa flora, ensinando o que ela realmente representa como riqueza e o que ela significa para a grandeza do Brasil, é a forma mais eloquente e expressiva de homenagear seu grande autor à passagem do centenário do seu nascimento.

É uma consagração justa e revestida de altos méritos ao lado de um sinal de alerta muito oportuno e compreensível.

A propósito dessa homenagem ao grande Pio Correia, ele mesmo se ressentiria, se não se evocasse o nome de seu maior colaborador e companheiro de anos e anos de trabalho, o Professor Leonam de Azevedo, também naturalista e pesquisador, que participou ativamente na equipe do grande Mestre, elaborando esse trabalho.

Ao Prof. Leonam de Azevedo também o Brasil presta suas homenagens.

“Alea jacta est”.

Brevemente o Dicionário de Plantas Úteis do Brasil estará novamente publicado e a bibliografia cultural do Brasil, com mais essa jóia, enriquecendo os seus escrínios.

Para a reedição dessa obra, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, após estudos minuciosos e acurados e o planejamento prévio necessário em tais casos, chegou à conclusão final de como procederá a reedição.

O trabalho será reeditado em seis volumes, contendo cada um 800 páginas.

Haverá no todo do texto desses volumes 11 mil ilustrações e a verba líquida e certa será de 878 mil cruzeiros.

O povo brasileiro, através de sua compreensão, de sua inteligência e de sua cultura, reconhecerá agradecido ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal essa grandiosa realização, trazendo à comunidade mais essa poderosa arma de defesa dos tesouros de nossa flora, no presente, e como um legado aos direitos da posteridade.

FRANCISCO FERREIRA DOS SANTOS AZEVEDO
(BIBLIOGRAFIA)

Humberto Crispim Borges

- 1875** — A 14 de abril nasce na cidade de Goiás, filho de Francisco Ferreira dos Santos Azevedo e de dona Rita Brandão Ferreira.
- 1876** — Em Arraias, morre-lhe o progenitor.
- 1881** — Inicia o curso primário.
- 1885** — Ingressa no Liceu.
- 1890** — Inscreve-se nos preparatórios de Inglês, História e Geografia do Brasil.
- “ — Assenta praça no Exército, torna-se 2º cadete e é encaminhado para o Rio, a fim de matricular-se na Escola Militar.
- 1891** — Deixa as fileiras e retorna a Vila Boa.
- 1892** — Como suplente de praticante, é admitido nos Correios e Telégrafos.
- 1893** — Desejoso de prosseguir os estudos, alcança transferência para a repartição dos Correios da Capital paulista.
- 1895** — Em dezembro, sem pertencer ao corpo discente da Escola de Minas (Ouro Preto), faz, de acordo com o decreto nº 9.827/1887, exames das seguintes matérias, no dito estabelecimento: Português, Francês, Geografia Aritmética, Álgebra, Geometria Plana e no Espaço, Trigonometria Retilínea, Desenho Linear Geométrico, Desenho Topográfico (Planimetria, Nivelamento, Agrimensura, Prática de Campo e redação das respectivas Memórias) e Legislação de Terra, obtendo aprovação na turma de agrimensores.

- 1895** — Extrato do Livro de Registros da Escola de Minas, à página 42: “No dia 17 de dezembro de 1895, o Dr. Aquias Medrado expediu o título de agrimensor ao cidadão FRANCISCO FERREIRA DOS SANTOS AZEVEDO, nascido a 14 de abril de 1875, em o Estado de Goiás, de conformidade com o decreto número 9.827, de 31 de dezembro de 1887. Estava o título assinado pelo Dr. Aquias Medrado, diretor da Escola de Minas. Pagou 12\$650. Foi este título remetido ao Exmo. Sr. Dr. Bernardino de Campos, Presidente do Estado de S. Paulo, para ser entregue ao titulado, depois de ser por ele assinado, em presença do mesmo Presidente, visto estar ele atualmente naquela Capital, e isto de conformidade com o art. 297 do Código comum às instituições de ensino superior, aprovado pelo decreto nº 1.159, de 3 de novembro de 1891. Escola de Minas, 17 de dezembro de 1895. (a) — Feliciano Frade — o amanuense.”
- 1896** — A 11 de março chega à Capital de Goiás, sendo logo nomeado agrimensor da Diretoria de Instrução, Terras e Obras Públicas.
- 1897** — Publica **As Datas do Descobrimento da América e do Brasil, Segundo o Calendário Gregoriano.**
- 1899** — Casa-se com a senhorita Virgínia Carvalho.
- 1901** — É contratado professor de Inglês do Liceu.
- 1903** — Afasta-se do cargo que exercia no Estado e é nomeado lente de Geografia do Liceu. — O Presidente do Estado concede-lhe o auxílio de 600\$000 — lei nº 246 — para impressão da Carta de Goiás, na escala de 1:200.000
- 1904** — Torna-se membro do Conselho de Educação do Estado. — Requer concessão para pesquisas de minérios nos rios Água Limpa, Vermelho, Itapirapuã, Tesoura, Peixe, Crixás-mirim, Crixás-assu e Santa Maria, que vertem no Araguaia.
- 1905** — Além de Geografia, leciona Mecânica e Astronomia no Liceu. — Sua carta de Goiás, editada em 1904, é duramente criticada por Henrique Silva, no “Lavoura e Comércio”, de Uberaba.
- 1907** — É nomeado lente de Geografia para a Escola Normal — decreto nº 1.885.
- 1908** — Torna-se membro da Comissão Organizadora da Representação do Estado na Exposição do 1º Centenário da abertura dos portos brasileiros ao comércio estrangeiro.

- 1909 — Eleito deputado estadual, em virtude da Revolução que depôs o Presidente do Estado — Miguel da Rocha Lima, é depurado.
- 1910 — A 15 de fevereiro “A Imprensa”, de Vila Boa, estampa o seguinte anúncio:

“Brevemente aparecerá

**O ANUÁRIO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E DESCRITIVO
DO ESTADO DE GOIÁS**

para o ano de 1910

Livro Utilíssimo

o0o

Editado pela Livraria Século XX e organizado por Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, que teve como auxiliares Antônio Félix Curado, Abílio Wolney, Dr. Borges dos Santos, José Sidraque da Cunha, João Honorato Pinheiro, Júlio Nunes, Benedito Barbo, padre Pedro Fraga, Modesto Moreira Ribeiro, Lupicino Antônio de Araújo, Herculano Meireles, Dr. Humberto Martins Ribeiro, Alonso Félix de Sousa, Justo de Oliveira, José J. Veiga, J. Bonifácio e Luís do Couto. Será ilustrado com várias gravuras e enriquecido com artigos das mais competentes penas de Goiás, desenvolvendo o vasto programa bem expressivo do título. Terá o formato do conhecido Almanaque Garnier, do Rio, trazendo uma redução da bem organizada Carta Geográfica, do opulento Estado que lhe dá o nome.

PREÇO 5\$000

Pedidos dirigidos à casa editora Livraria Século XX
UBERABA — ARAGUARI — GOIÁS.”

- 1910 — Em maio, dá-se o lançamento da obra anunciada acima.
- 1911 — Deixa a cadeira de Geografia no Liceu, passando a lecionar Matemática.
- 1913 — Por força do decreto nº 3.438, é declarado lente vitalício e inamovível do Liceu. — Edita **Páginas Áridas**, com uma carta de Henrique Marize, sobre o ano inaugural da Era Cristã.

- 1915 — É encarregado do expediente da Secretaria da Instrução, Indústria e Obras Públicas.
- 1918 — O senado estadual concede-lhe um auxílio para imprimir o **Novo Método de Interpretar as Quantidades Negativas** e o executivo, com o argumento de que a “Imprensa Oficial” tem condições de editar o trabalho, vota o projeto. — Faz parte da Comissão de Festejos do 1º Centenário da cidade de Goiás.
- 1919 — Dá a lume **Considerações Gerais Sobre as Quantidades Negativas**.
- 1920 — Recebe o título de sócio do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas — SP.
- 1921 — Remete ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro dados referentes a Goiás — limites, superfície, população, flora e fauna —, para constarem do **Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**, a ser lançado nas comemorações do Centenário da Independência do Brasil. — Assume a direção do Liceu — decreto número 7.125.
- 1930 — Deixa a direção do Liceu e assume a Escola Normal.
- 1933 — A 15 de junho torna-se cofundador do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
- 1938 — É nomeado diretor da sucursal do Liceu, na cidade de Goiás.
- 1939 — A 29 de abril surge como membro fundador da Academia Goiana de Letras, cabendo-lhe a cadeira nº 18, patrocinado por Olegário Herculano Pinto da Silveira.
- 1942 — Aos 17 de janeiro é homenageado por seus ex-alunos, amigos e admiradores, com um jantar no Automóvel Clube de Goiânia, discursando na ocasião os seguintes oradores: Dario Délio Cardoso, Osvaldo Rosa e Albateo Caiado de Godói. — Afasta-se da direção do Liceu (sucursal). — E a 15 de novembro, aos 67 anos de idade, falece em Vila Boa.

OUTRAS INFORMAÇÕES

1. O Dicionarista.

Oito anos depois de sua morte, em 1950, a Companhia Editora Nacional lançou o seu notável trabalho — **Dicionário Analógico da Língua Portuguesa**.

2. Descendentes.

Filhos: José, Joaquim, Emanuel, Ivan, Pedro, Paulo e João.
Filhas: Maria, Rita, Messias e Terezinha.

3. Apreciações.

a. De Vítor de Carvalho Ramos:

“O professor Ferreira, como nós, seus alunos, o chamávamos no Liceu, foi um goiano de raro mérito como educador, cartógrafo e matemático.”

b. De José Batista da Luz:

“Ao apresentarmos o **Dicionário Analógico da Língua Portuguesa**, sentimo-nos no dever de dizer algumas palavras a respeito de seu autor — o Prof. FRANCISCO FERREIRA DOS SANTOS AZEVEDO, que dedicou largos anos de sua vida à organização desta obra, cujos originais mereceram entusiásticos elogios de vários membros da Academia Brasileira de Letras, tendo mesmo o Acadêmico Múcio Leão publicado a respeito substancioso artigo no “Jornal do Brasil”... Sucede-nos não poucas vezes, como já dissemos, tanto no falar como no escrever, faltar-nos a palavra precisa com que exprimir exatamente uma idéia, quando esta idéia possui dezenas e dezenas de palavras afins com as quais podemos expressá-la; outras vezes, faltam-nos palavras com que evitar repetições sempre desagradáveis.

Foi para remover estas constantes dificuldades que o Prof. FERREIRA DOS SANTOS dedicou inúmeros anos de sua vida ao trabalho paciente de pesquisar, colecionar e ordenar ideologicamente palavras e expressões de nossa língua, bem como algumas expressões estrangeiras de largo uso, latinas principalmente. Em seu trabalho, o autor adotou a classificação das palavras segundo o sistema de Pete Mark Roget, por ser o método mais racional e o que mais facilidade apresenta na expressão das idéias...”

c. De Irani Alves Ferreira:

“Possuidor de admirável e polimorfa cultura, dotado de caráter peregrino, reto, inamoldável, talhado para professor, o grande mestre fazia, também, de sua cátedra, que dirigiu longos anos, sempre com a mesma sabedoria, com o mesmo grande

amor, com a mesma inimitável dedicação, uma escola de magníficos exemplos, que o tornaram uma figura altamente respeitável da sociedade e do magistério goiano..."

NOTAS DA DIREÇÃO:

Linhas acima, o oportuno e magnífico trabalho do já renomado escritor goiano, Humberto Crispim Borges, trazendo à publicidade a síntese biográfica do grande mestre que foi o Prof. Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, lança no espaço a primeira clarinada prenunciando uma deliberação que o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás já tem consolidada na sua agenda para o ano de 1975: a comemoração condigna da passagem do centenário de nascimento desse glorificado educador goiano, que ocorrerá a 14 de abril.

Esse acontecimento revestir-se-á da mais expressiva significação para o povo goiano, quando será reverenciada a memória daquele que, durante quase meio século de verdadeiro apostolado, entregou-se de corpo e alma à educação e formação intelectual da juventude de sua terra.

Nimbado pela aureola da gratidão e da saudade, o Prof. Ferreira, como um patriárca beneditino no sacerdócio do ensino, consagrou-se como um símbolo nos escalões dessa jornada.

Na mocidade, logo após sua colação de grau, enveredou-se pelas atribuições da profissão que escolheu: a de agrimensor, nela prestando relevantes serviços ao Estado e a iniciativas privadas que o buscavam, dado seu elevado senso de responsabilidade e integridade profissional.

No campo cultural era um espírito irrequieto e incontentável.

Além dos conhecimentos imprescindíveis que sua profissão lhe jungira pela imposição de sua técnica, ampliou consideravelmente seu domínio cultural, pois pelos estudos e pelos livros tinha a devoção de um fanático incorrigível.

O velho e tradicional Liceu de Goiás, instalado pelo Barão de Ramalho a 23 de fevereiro de 1847, o mais antigo estabelecimento de ensino do Brasil depois do Colégio Pedro II, foi para o Prof. Ferreira um verdadeiro santuário de trabalho.

Nesse glorioso Educandário, que se focaliza como uma estrela de primeira grandeza nos anais da História de Goiás, o Prof. Ferreira foi um lente quase enciclopédico, tendo nele

lecionado, segundo a legislação da época, Algebra, Geometria, Trigonometria, Astronomia, Geografia e ainda Inglês, Português e Mecânica.

A antiga Escola Normal Oficial, hoje Instituto de Educação, e o Colégio Santana, das abnegadas Irmãs Dominicanas, tiveram, anos a fio, na pessoa ilustre do Prof. Ferreira, como mestre e conselheiro, uma das colunas de garantia do sucesso educacional que lhes coroavam as atividades, consagrando-lhes fama e justa nomeada.

Não se limitou apenas às atividades do ensino e às de sua profissão de agrimensor, porém, desdobrou-se acendradamente em muitos outros campos de trabalho.

Em 1904, por exemplo, elabora, prepara e trás a público seu famoso mapa do Estado de Goiás, precisamente numa hora em que o nosso Estado estava à mingua de uma carta geográfica atualizada, para a época.

É autor de diversos trabalhos de cunho científico além de outros sobre a Geografia e História de Goiás.

Sua obra porém, de maior notoriedade, é o Dicionário Analógico da Língua Portuguesa, publicado após sua morte.

Como homem e como cidadão, no seu meio e no seu tempo, foi o Prof. Ferreira um autêntico valor humano no seu convívio social, como amigo incondicional de seus amigos e, sobretudo, como um exemplo edificante de pai de família — dessa família a que ele soube dar a mais bela formação espiritual, nobreza moral e expressão intelectual.

Elegante no porte, lhano no trato social e extremamente atento para com os que procuravam, era o Mestre Ferreira por demais estimado e respeitado por todos.

Embora sóbrio no seu “modus vivendi” e austero nas suas atitudes, o Prof. Ferreira trajava com esmero e era tido e havido como um dos homens mais elegantes dentre seus contemporâneos.

Todavia não era ele um asceta e nem um estóico: nos seus vagares, sobretudo quando na intimidade de seus amigos mais chegados, dava azo à sutileza de seu espírito e à sua veia humorística, não escondendo de ninguém o quanto gostava de um anedotário sadio, especialmente quando tinha pela frente um Luiz do Couto, um Pedro Gomes ou o famoso Padre Maneco Macedo.

A vida do Prof. Ferreira foi um livro aberto — um grande livro de sabedoria e de ensinamentos nobres.

O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, de que ele foi um dos fundadores, já vem programando a comemoração

da passagem do centenário de seu nascimento, com a participação do mundo intelectual, do meio social e, particularmente, dos educadores.

Essa comemoração, pela eloquência de sua expressão cívica, será mais um marco histórico que o Instituto plantará na legenda de sua memórias.

TRÊS ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS

Antônio Theodoro da Silva Neiva

I — Que é o homem: animal ou Deus?

Esta interrogação ocorre à nossa mente, quando pensamos na fragilidade do homem, como ser vivo e, nas suas extraordinárias grandezas, como ser racional.

Contemplado, em suas fragilidades, o homem suscita dó ou piedade; contemplado, em sua racionalidade, suscita orgulho.

Por isto é que dizia Pascal: “É perigoso mostrar, demasiado, ao homem, quanto se assemelha aos animais, sem fazê-lo ver, ao mesmo tempo, sua grandeza (1). De outro lado, pertence a Hegel esta eloquente cogitatio, que Karl Marx gostava de repetir: “Ainda o pensamento criminoso de um malfeitor possui mais grandeza e nobreza do que os prodígios dos céus” (2).

Efetivamente, o homem possui um corpo sujeito às leis físico-químicas; atua, como as plantas: nutrindo-se, crescendo, reproduzindo-se, debilitando-se, morrendo; age, como os animais, através da sensibilidade interna e externa, tendendo para os objetos que os sentidos percebem, movendo-se para os tomar e deles gozar.

Entretanto, há qualquer coisa, no homem, que não se encontra, nem nos seres inanimados, nem nas plantas, nem nos animais, por mais perfeitos que sejam.

Não é ele, apenas, um mamífero bípede e bímano, dotado de estação vertical.

Não é ele, apenas, um animal reflexivo e falante.

Não é ele, apenas, um animal que se enfeita e se veste.

Não é ele, apenas, um animal que ri e chora.

Não é ele, apenas, um animal religioso ou metafísico.

O homem, como animal, é superior a todos os animais a que impõe sua soberana vontade. Deus disse: façamos o homem à nossa imagem, conforme à nossa semelhança; e domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre todo o réptil que se move sobre a terra (3). E superior é, não pela ligeireza de seus pés, ou pela força de seus braços, ou por sua beleza, porquanto muitas outras criaturas o superam nestes aspectos.

Ele se superioriza pela sua faculdade criadora da cultura.

No mundo natural, a cultura é um tipo singular de fenômeno que representa o mais alto nível da emergência evolutiva.

Na terminologia de Spencer e Kroeber, a cultura é superorgânica (4). Emerge do mecanismo psíquico do homem, mas não está na estrutura orgânica deste.

A cultura é a totalidade das coisas criadas pelo homem; é o conjunto de bens materiais e não materiais por ele criados, a fim de adaptar-se ao ambiente e aí sobreviver.

Porque o homem, sendo mais fraco, fisicamente, do que muitos animais, possui, contudo, este poder criador da cultura com a qual domina não só aqueles, mas também a natureza inteira.

Nisto reside a singularidade do ser humano, singularidade que o faz uma criatura ímpar, no seio da criação.

A capacidade cultural do homem é consequência da complexidade e plasticidade do seu sistema nervoso.

Somente no homem, o sistema nervoso atingiu o grau de complexidade e adaptabilidade que permite a criação e conservação da cultura através do raciocínio complexo, da posse de uma memória ampla para a fixação de detalhes e, do uso de símbolos verbais: a linguagem.

E, aqui, é necessário frisar que seria um erro oriundo de auto-adulação, no dizer de Adamson Hoebel, supor que não há traços de capacidade criadora de cultura, abaixo do nível humano (5).

Nossos parentes próximos, entre a família dos primatas, são capazes de inventar novas formas de comportamento para a solução de certos problemas simples propostos em Psicologia animal ou experimental.

Aparentemente, eles são capazes também de raciocinar, em níveis muito elementares.

As experiências de Wolfgang Köhler demonstraram, pela primeira vez, a engenhosidade e inteligência dos chipanzés, nos processos de ligar varetas umas às outras, empilhar caixas e abrir ferrolhos, a fim de atingir seus objetivos, que são, em geral, bananas.

Além disso, acha-se, hoje, perfeitamente determinado que os chimpanzés podem aprender, uns dos outros, as novas descobertas e invenções de um membro de seus grupos.

A transmissão da descoberta se dá por imitação (6).

Um padrão de comportamento novo e aprendido é partilhado pela sociedade de chimpanzés. É um elemento de cultura nascente.

Porém, nem os chimpanzés, nem quaisquer outros primatas, são capazes de ir além das descobertas e invenções mais rudimentares.

E o que é mais importante: são prejudicados pela amplitude limitada de sua memória.

A acumulação de invenções para formar um corpo de materiais de cultura está além de sua capacidade. E isto por sua incapacidade de expressão por meio da linguagem simbólica.

Ora, a cultura tem por características: a invenção, a comunicação e a vulgarização social, segundo Warden (7).

Por tais fatos, podemos dividir as sociedades animais em dois tipos: 1) sistemas bio-sociais; 2) sistemas sócio-culturais.

Nos primeiros, que incluem os animais, os padrões de comportamento são fixados pela hereditariedade.

Nos segundos, são fixados pela cultura.

Resulta das considerações expendidas, a seguinte resposta ao tema deste estudo: O homem é um animal, que cria cultura, porque é dotado de espiritualidade.

Por isto, diz São Paulo, na célebre Primeira Epístola aos Coríntios: "Não sabeis que vosso corpo é santuário do Espírito Santo, que habita em vós?" (8).

Por isto, o homem opera, via da inteligência e das faculdades espirituais, verdadeiros portentos.

Haja vista a descida, há pouco tempo, da primeira nave espacial, feita pelo homem, primeiramente na lua e depois no vizinho planeta Vênus.

Não será isto obra de um gênio divino?

Eis, em consequência, que o homem se define como animal que possui estação vertical, mãos alforriadas da locomoção, linguagem articulada e razão, sendo capaz de criar cultura.

II — QUE É CULTURA?

Vem-me ao espírito a imagem de um campo agrícola revolvido pelo arado na esplêndida antecipação das searas.

E, também, aquelas palavras poéticas do imortal antropólogo dinamarquês Kaj Birket: "A cultura assemelha-se a uma árvore, uma árvore de lenda em que cada galho se distingue do

vizinho, cada flor possui uma cor e um perfume próprios e cada fruto, um sabor especial.

Toda esta riqueza se formou, naturalmente.

Cada cultura e cada povo tem um caráter particular.

Mas todos os galhos brotam do mesmo tronco e se nutrem da mesma seiva.

Se os galhos se partem e se separam do tronco, as flores murcham" (1).

Diz o sábio que os galhos brotam do mesmo tronco e se nutrem da mesma seiva.

Em verdade, numerosos são os contextos culturais, que brotam, como galhos do mesmo tronco, nascido da natureza humana.

A seiva de que se alimentam é o anelo de criar, de conhecer, de decifrar, que é inerente ao homem.

Criar, conhecer e decifrar para sobreviver, tanto no sentido material, como no espiritual.

Há, em nosso âmago, uma perene inquietude, uma palpitante surpresa, uma eterna insaciedade e um poder extraordinário de auto-superação, que nos transformam em seres metafísicos, seres que se acrescentam à natureza: "homo additus naturae", justamente por havermos sido dotados de algo extrínseco à "physis", isto é, de algo que se chama consciência ou espírito.

Por isto, a galhada da árvore cultural dá flor e fruto de aroma próprio e de sabor "sui generis", pois a cultura é tanta como tantos são os aspectos somáticos da humanidade.

A palavra cultura origina-se do verbo latino "colere", que significa cultivar, instruir; e, do substantivo "cultus", cujo sentido é cultivo, instrução (2).

Foi lexicografada pelos grandes dicionaristas portugueses com o sentido concreto de cultura da terra, das plantas e de criação de animais.

De modo comum, todos lhe registraram o sentido abstrato, como cultivo das letras e das ciências, ou estado de quem possui desenvolvimento intelectual (3).

No alemão, a palavra Kultur, oriunda do francês "culture", vulgarizou-se, na segunda metade do século XVIII, amortalhando três sentidos principais: 1) estado contrário à barbarie; 2) libertação do espírito, no tocante a preconceitos; 3) distinção ou finura de maneiras (4).

Os filósofos teutônicos emprestaram ao termo diversos sentidos.

Para Herder, Kant e Schiller, cultura é bem comum dos povos.

Humboldt a define como estudo desinteressado das ciências e das artes e Goethe, como conjunto de conhecimentos, costumes e tradições particulares de uma coletividade.

A palavra civilização, lexicografada por autores franceses e portugueses, respectivamente, nos séculos XVIII e XIX, foi definida por Antônio Morais da Silva, como adiantamento, progresso e desenvolvimento do estado social e, aproveitada por Spengler para caracterizar uma fase final do desenvolvimento humano, cujo início seria chamado cultura.

Na filosofia pessimista do notável filósofo germânico, cultura e civilização seriam duas fases opostas do processo de desenvolvimento social, análogas à virilidade e decrepitude, no processo de transformações biológicas.

Cultura seria o verão de uma raça. Civilização, o inverno (5).

Entre escritores ingleses, cultura significa domínio do homem sobre si, enquanto civilização, domínio sobre o mundo exterior.

Inverteram-se até os termos desta afirmativa, considerando-se cultura a supremacia do homem sobre a natureza e, civilização a do homem sobre si próprio.

Ainda para alguns, cultura constitui um fenômeno nacional: cultura francesa, grega, etc; e civilização, um fenômeno internacional: civilização do Ocidente ou do Oriente, etc (6).

Outros afirmam que cultura exprime obras e conquistas de cunho intelectual, enquanto civilização é aperfeiçoamento moral, é formação do caráter, é aprimoramento do coração e da vida afetiva de um povo.

Nem faltam os mais ignorantes que cortam o nó górdio, equiparando os dois termos, na identidade de uma perfeita sinonímia, como bem disse Leonel Franca (7).

Entretanto, há um sentido científico que pulsa nestas palavras, fazendo cessar a orgia hermenêutica.

Deve-se aos antropólogos ingleses da seção antropológica do Museu da Universidade de Oxford: Tylor e Balfour; e aos antropólogos americanos do Museu de História Natural: Wissler, Lowie, Kroeber e outros — a definição científica de cultura, que, antropologicamente, outra coisa não significa, senão um modo de vida social, abrangendo elementos materiais e espirituais (8).

Informa Arbousse Bastide que o termo cultura conquistou, na língua anglo-americana, foros de cidade, por prender no seu contexto, idéias de fatos materiais e não materiais.

Na França, esta diretriz foi combatida, por turbar a noção de cultura, no seu sentido restrito, que é o de preocupação com

as artes e as ciências ou com as mais altas criações do espírito (9).

Há, portanto, uma definição dos termos cultura e civilização, nos moldes do que se poderia denominar concepção clássica francesa e alemã.

Aqui se dilata o âmbito conceitual de civilização e se estreita o de cultura, embebendo-se nesta a idéia de interesse pelas ciências e artes e, naquela não só a de técnica ergológica e mecânica, como a dos traços intelectuais, morais e jurídicos da sociedade humana (10).

Em última análise, cultura, em Antropologia, é a totalidade das criações humanas; e civilização, o aspecto superior da cultura.

Não há povo sem cultura.

Toda sociedade, tendo um certo modo de vida, possui cultura.

E todo indivíduo — diz um mestre — é mais ou menos culto, como portador que é da cultura de seu grupo (11).

Estas considerações são extensivas à humanidade inteira, viva ela na cidade ou no campo, na taba ou na caverna.

Se não há povos incultos, nem todos são civilizados.

Os selvagens e bárbaros possuem cultura e não civilização.

Retifique-se, pois, a expressão o Pe. Leonel França, quando escreve, no excelente livro “A Crise do Mundo Moderno”: “Assim falamos hoje das civilizações dos povos primitivos, da civilização do Bumerang, etc.”

Retifique-se, porque tais povos possuem apenas cultura (12).

Aponte-se, ainda, a eiva da impropriedade antropológica em que o ilustre jesuíta incorreu, definindo civilização, etnologicamente, como um complexo de instituições sociais, econômicas e políticas, que caracteriza a vida de uma coletividade, em qualquer das fases de sua evolução histórica (13).

Sublinhe-se que sendo estágio elevado de cultura, a civilização não pode ser encontrada em quaisquer fases da evolução histórica de uma coletividade, como escreveu o erudito sacerdote, mas tão somente, nas fases superiores da referida evolução.

Há numerosas definições de cultura.

Clássica é a de Tylor — cientista da Seção Antropológica do Museu da Universidade de Oxford.

Diz ele: “cultura é um todo complexo que inclui os conhecimentos, as crenças, a arte, a moral, as leis, os costumes e todas as demais disposições e hábitos adquiridos pelo homem, como membro de uma sociedade (14).

Esta definição é vencida, antiga e prolixa.

Há outras, modernas, pequeninas e expressivas: para Herskovits, cultura é a porção aprendida da conduta humana (15); para Lowie: é um conjunto de tradições sociais (16); para Linton: é a herança social (17); para Hoernes: é aditamento feito à natureza pelo homem (18); e, finalmente, para o grande antropólogo brasileiro, Artur Ramos: cultura é a soma total das criações humanas, tudo que o homem faz ou produz, no sentido material ou não material (19).

A criação cultural é um apanágio do homem, que se diferencia do animal por intermédio dela.

Este não tem poder de realizá-la, pela incapacidade de comunicar, simbolicamente, suas experiências.

Só o homem é capaz de fazê-lo.

A despeito de sua reduzida potencialidade cerebral, o animal é capaz de inventar, aprender, inovar e transmitir as próprias experiências.

Mas o faz em grau limitado, pela ausência da linguagem simbólica.

Esta é privativa de nossa espécie.

Por seu intermédio, o homem acumula experiências, que transmite às novas gerações.

Tal faculdade específica de comunicação faz do homem — segundo Kroeber, um animal que condensa o tempo e o ultrapassa, através da influência que exerce sobre os semelhantes (20).

A massa de comportamentos, hábitos, técnicas, idéias, valores e coisas aprendidas e transmitidas é que constitui a cultura, que, por ser totalmente aprendida, se chama herança social, em contraste com a herança biológica.

Uma se realiza através da célula, outra, através da aprendizagem, pelo simbolismo da linguagem.

Há varias modalidades de cultura, a saber: implícita, explícita, comportamental ou real e adaptativa.

A implícita é invisível, a explícita é manifesta, a comportamental é efetiva e a adaptativa é ajustável.

Para que possamos compreender estes interessantes fenômenos, formulemos algumas ligeiras considerações: sendo criação, isto é, produto, a cultura abrange três tipos de fenômenos: os materiais, os cinéticos e os psíquicos.

Os fenômenos materiais são os representados pelas coisas: cadeira, giz, avião, geladeira, casa, etc.

Os cinéticos, pela conduta: aprender inglês, trabalhar, amar, tocar piano, falar a verdade, etc.

Por fim, os fenômenos psíquicos se representam pelas idéias, pelos conhecimentos, pelos valores.

Os fenômenos materiais constituem os aspectos abertos ou manifestos da cultura.

Os psíquicos, os aspectos encobertos, ou não manifestos (21).

A cultura explícita representa-se pelos aspectos manifestos; a implícita, pelos encobertos.

E a cultura real ou comportamental?

Alguns antropólogos denominam o comportamento real dos indivíduos, em sua tradição cultural, de cultura real ou comportamental, por oposição à cultura normativa ou ideal.

A conduta de um indivíduo, em perfeita consonância com o costume adotado, diz-se cultura normativa ou ideal.

Uma sociedade é tanto mais harmoniosa e bem configurada, quanto mais a cultura real ou comportamental se aproxima da cultura normativa ou ideal (22).

Consideremos, agora, a cultura adaptativa.

Há um fenômeno interessante estudado por William Fielding Ogburn — eminente sociólogo americano, que lhe deu o nome de “cultural lag” ou demora cultural, que consiste no seguinte: estando a cultura sujeita a um processo permanente de mudanças, que envolve, desigualmente, seus aspectos abertos e encobertos, isto é, sua parte material e espiritual — observa-se que estas não se mudam, homogeneamente, de forma simultânea.

Desenvolvem-se: o instrumental, a utensilhagem, a tecnologia e também a super estrutura jurídica, religiosa, artística ou ideológica.

Mas semelhante desenvolvimento não é sincronizado. Retarda-se a marcha da cultura espiritual em relação á da material ou vice-versa.

Há um hiato, um atraso no ritmo de transformações ou de mudanças entre os dois setores da cultura.

O resultado da ausência de sincronismo, de paralelismo ou concomitância nas transformações, é o desajustamento social.

Vejamus como se manifesta o fenômeno através de um exemplo de Ogburn.

Figuremos a indústria e a educação.

Uma mudança na indústria exigiria ajustamentos em forma de mudança, no sistema educacional.

Quando se verifica um atraso entre as mudanças ocorridas, ou seja, quando a indústria se tranforma e o sistema educacional não se modifica, há um desajuste determinante de problema social, pois a mudança na indústria, sem a necessária adapta-

ção do sistema educacional, impossibilitará a habilitação dos jovens à vida profissional.

Uma das tarefas do Estado, combatendo tais resultados indesejáveis, é empreender o ajustamento das diversas partes da cultura, em ritmo de crescimento não sincronizado, e também o da população às condições materiais da vida (23).

Aquela parte da cultura que deve ser ajustada a outra chama-se cultura adaptativa.

A tônica desta fenomenologia é o fato de que as mudanças, nos aspectos abertos da cultura, precedem comumente às transformações dos aspectos não manifestos, isto é, a cultura adaptativa muda-se mais lentamente do que a cultura material, o que vale afirmar que as transformações desta provocam mudanças naquela.

Alguns elementos da cultura não material, "exempli gratia": regras relacionadas à tecnologia, constituem "in totum" cultura adaptativa.

Outros, como a religião, ou institutos como a família, são adaptativos apenas em parte.

As conclusões que se deduzem são as seguintes: rapidez maior das mudanças da cultura material em relação às da cultura não material; precedência daquelas sobre estas; maior intensidade cumulativa da cultura material do que da espiritual; mais celeridade na difusão das invenções da cultura material e mais pronta aceitação das mesmas; influência mais eficaz das mudanças da cultura material sobre a cultura espiritual do que o reverso.

Muitas outras considerações de inquestionável valor, poderíamos tecer, acerca de tão maravilhosos fenômenos antropológicos. Ficarão, todavia, para outro estudo.

Terminemos este com as seguintes: Quando se analisa a cultura, aprende-se a ter fé nos destinos do homem e a crer neste.

Seus teoremas, seus postulados, suas leis e seus princípios tornam patente a confortadora realidade do progresso social, que consiste num aprendizado da melhor maneira de agir e de viver, trazendo, conseqüentemente, mais eficiência de controle ou de poder sobre a natureza física, sobre a natureza humana e sobre as relações sociais.

Isto documenta e robustece nossa esperança no futuro de paz, de amor e de belezas, que foi prometido ao homem, no sublime sermão da montanha: "Bem aventurados os que choraram, porque serão consolados; bem aventurados os mansos,

porque herdarão a terra; bem aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão fartos (24).

III — MUDANÇAS CULTURAIS

Quando se pensa nas transformações pelas quais passou a vida humana, desde a fase em que o homem habitou as cavernas, como hirsuto troglodita, lavrando o sílex e exprimindo-se por grunhidos, até os dias gloriosos da era dos “sputiniks”, pode-se, antes de tudo, imaginar o que sejam mudanças culturais e qual seja a significação destas para nosso destino, neste planeta. Pode-se também falar de mudanças sociais num sentido lato, significando a mesma coisa que mudanças culturais. Kingsley Davis, em seu livro “A Sociedade Humana”, emprega as expressões “transformação cultural” e “transformação social” com o mesmo valor semântico das anteriores (1). Rigorosamente considerada, a epígrafe mudanças culturais tem maior latitude conceitual que mudanças sociais, porquanto aquela, sendo mais abrangente, envolve esta, que, por muitos títulos, ficaria mais ajustada à enunciação dos fenômenos pertinentes à estrutura social, como estado, governo, leis, classe, família, etc. A primeira, refere-se a mutações da cultura, ou na cultura; e sabemos que cultura é a totalidade das criações humanas, tanto no aspecto material, como no espiritual, ou não material. Característica das sociedades humanas, únicas capazes de elaborar produtos culturais e, por isso mesmo, chamadas sócio-culturais, a cultura compõe-se de itens, traços e complexos (2), que se combinam, de conformidade com um padrão ou forma, estendendo-se este por uma área geográfica que se denomina área cultural. A cultura diz-se integrada, quando todos os seus itens, traços e complexos se ajustam entre si, pondo-se de acordo com as premissas ou postulados existenciais e normativos do contexto e formando um todo harmonioso e equilibrado. Não cabe, neste artigo, ventilar teorias explicativas da origem da cultura, ou dos motivos que levam o homem a criar os artefatos culturais. Lembremos, de passagem, a conhecida tese funcionalista: “Quando o ser humano ensaiou determinado ato, para a satisfação da sua primeira necessidade, e chegou à conclusão de que o mesmo era ou não bom — adquiriu um primeiro conhecimento, estabeleceu o ponto inicial de uma cultura” (3). Por aí se vê que a cultura está, segundo Malinowski, fundamentalmente ligada às necessidades. Porque se o conhecimento resultou das experiências empreendidas para satisfazer àquelas, é incontestável que a cul-

tura, como sistema de conhecimentos, tem por determinantes as necessidades. Diz a velha parêmia: a necessidade é a mãe da invenção. Mercê das tentativas, ou da experiência direta, os conhecimentos individuais, conquistados através dos erros e dos acertos e transmitidos às novas gerações, foram aumentando e constituindo o patrimônio cultural do grupo. Três características importantes da cultura foram aí assinaladas: a aprendizagem, o crescimento cumulativo e a transmissibilidade social. Sublinhemos: todo o conteúdo da cultura é produto da aprendizagem, cresce por acumulação e se transmite socialmente de uma geração a outra. É, na característica do crescimento cumulativo, que vamos extrair o tema das mudanças culturais. Nada mais adequado para magnificar a singularidade das associações humanas do que elas. Se pela cultura, tais associações extremam-se, diferenciando-se dos agrupamentos de seres irracionais conhecidos com o nome de sistemas bio-sociais, pelas mudanças, aquelas florescem e se aperfeiçoam, conquistando um domínio extraordinário sobre as forças da natureza. Entretanto, não se pode olvidar que as mudanças, possuindo o condão de erguer o homem dos mais primários aos mais excelsos estágios de cultura, podem também provocar desajustamentos e perturbações individuais e sociais, de que são exemplos frisantes: a marginalidade, os hiatos ou decalagens, as enfermidades, os delitos, as greves e prejuízos vários. Mais ainda: evidenciam elas que o homem, conforme diz o Professor Vicente Celso Quaglia, é um ser essencialmente criador e um animal por excelência transformador (4). Ainda mais: constituem elas, sob diverso ponto de vista, empolgante documentário da carreira evolutiva da nossa espécie. Entretanto, em geral, não podem explicar-se por qualquer das fórmulas, ou teorias do desenvolvimento histórico. Nem os estágios unilineares de Tylor, nem o difusionismo de Schimidt ou Boas, nem o configuracionismo de Sapir e Benedict, nem as leis dos três estados de Comte, nem o funcionalismo de Malinowski, nem a teoria da passagem do homogêneo difuso para o heterogêneo coordenado de Spencer, nem os teoremas do retrocesso ou da reversão das formas sociais de Taine, nem as mais modernas concepções evolucionistas de Steward ou White puderam explicar, de modo geral e definitivo, o curso das mudanças culturais, ou descobrir e prever a sua direção, porquanto, as mais das vezes, elas ocorrem, brusca e revolucionariamente, sem obediência a trajetórias regulares. Por isso, advertiu Lowie, em "Primitive Society": "Não existe nenhum caminho real que conduza à compreensão dos fenômenos culturais" (5).

Este pensamento do grande antropólogo americano, pode ser complementado por estoutro de Adamson Hoebel, professor de Antropologia da Universidade de Minnesota: “Nem tão pouco existe um caminho único, ainda que muitos possam parecer amplas avenidas, e outros, tortuosas sendas” (6). São ainda de Hoebel as seguintes palavras: “A marcha da evolução não segue uma curva uniforme” (7). “Que o processo da evolução — ensina J. Needhan — haja tido lugar de uma maneira contínua ou descontínua, é um problema que provavelmente não poderá resolver-se nunca, porque continuidade e descontinuidade são dois modos alternativos de expressão científica, nenhum dos quais é permanentemente vitorioso” (8).

Malgrado esta impossibilidade de exprimi-las através de leis genéricas, devemos lembrar o que afirmamos atrás: as mudanças culturais constituem verdadeiro documentário do progresso humano. Por seu intermédio, a humanidade, tangida por uma espécie de “élan de vie” bergsoniano, ou “telese social” de Lester Ward, pode avançar culturalmente, descrevendo, nesta grande marcha para o alto, uma trajetória espiralada em torno de um eixo vertical, cujo sentido é o infinito, assim como imaginou Raoul de la Grasserie, ou cujo sentido é um ponto sui generis chamado ômega pelo Pe. Teilhard de Chardin. Não há dúvida que esta operação de avanço ou de alteamento é um processo de evolução no sentido do melhor, porque, em última análise, evoluir é passar de um estado para outro, é mudar de forma, é transformar. Mas, passar, mudar e transformar, dentro daquele conceito filosófico que Ellwood emprestou à palavra progresso: passagem de estados menos perfeitos para estados mais perfeitos, de formas inferiores, para formas superiores; aprendizado da melhor maneira de agir e de viver; maior controle sobre a natureza humana e sobre as relações sociais; melhor ajustamento dos indivíduos entre si, na sociedade; e, do homem à natureza física (9).

Com tais considerações preliminares, tentemos um estudo das causas, ou determinantes das mudanças culturais.

Já se chamou cultura de sistema normativo do comportamento humano, eis que se pode falar de cultura normativa, ou ideal, como um conjunto de normas retrizes da conduta (10), e, de cultura real ou comportamental, como a conduta efetiva dos indivíduos. Esta pode variar desde um perfeito ajustamento à norma até um ligeiro desvio e total oposição a ela. Quando há, num contexto de costumes, frequência dominante de certo padrão de comportamento, este se denomina modal.

Assim, 70% da população goianiense, tomando refeição às

11 horas e 30 minutos, afirma-se que este comportamento é modal. Quando se observa a conduta das pessoas, nota-se uma variação individual relativamente ao padrão de conduta, ou norma sacionada pelo grupo. Nem o indivíduo, isoladamente considerado, executa, rigorosamente, a mesma coisa, sempre da mesma maneira. Se o tabagista, por exemplo, consome, por hora, meia dúzia de cigarros que ele próprio confecciona, o ato de confeccionar o primeiro não é, exatamente, idêntico aos atos subsequentes de confeccionar os demais. Cada ato tem uma fisionomia singular, que se traduz no maior ou menor esmero com que se realiza cada operação específica. Serve o exemplo para mostrar que o grupo, elaborando uma norma de conduta e estabelecendo uma sanção para a garantia de sua vigência, admite, paralelamente, uma margem de variabilidade na sua execução, em aras às diferenças individuais ou personalíssimas. Entretanto, além desta margem de variabilidade, a conduta individual pode ser fulminada com a sanção, quando representa desvio intolerável da norma. Nesta amplitude, que vai da conduta ideal até a margem tolerável do desvio, pode situar-se a conduta modal. Além daquela margem, e na razão em que a conduta se afasta do paradigma, o sujeito da mesma pode considerar-se boêmio, ou esquisito, ou mau, ou delinquente, ou louco (11).

Pode considerar-se também um inovador, se sua conduta toma o lugar de outra, superando-a em vantagens. Por isso, diz Herskovits: "Quanto mais próximo é o gênero de comportamento particular do indivíduo das formas normativas, menos marcado com relação ao de seus companheiros. Não existem duas pessoas, nem mesmo entre as que não façam a menor objeção à sua cultura, que executem a mesma operação, ou concebam a mesma crença aceita, em termos idênticos. É a amplitude de desvio permitida o que assinala e distingue a complexidade de uma cultura, num determinado aspecto com relação a outro. Em sua totalidade, a amplitude de desvio permitida é um índice de homogeneidade ou heterogeneidade cultural" (12).

O ilustre professor da Northwestern University mostra, no trecho em referência, dois fatos importantes: primo, que as culturas são tanto mais complexas quanto maior número de alternativas possuem; secundo, que as variações culturais brotam, espontaneamente, como efeito da estrutura da natureza humana. Abordaremos adiante o fato das alternativas.

Quanto ao segundo, registremos mais uma lição de Herskovits: "Admitir — escreve o sábio antropólogo — que em

nenhuma cultura ocorra que todos os membros de um grupo reajam da mesma forma a uma situação determinada, é dizer simplesmente que a variação é um universal na cultura. Isto significa que se deve ter em conta a variabilidade, por imperfeito que seja o instrumento para medi-la, em todos os estudos de cultura" (13). Ao que desejamos acrescentar: entre todos os povos do planeta. De outro lado, se correlacionarmos a cultura com as necessidades, como mandam os funcionalistas, iremos verificar que o homem está sempre reagindo a uma necessidade básica ou derivada, e conseqüentemente, buscando recursos para satisfazê-la, vale dizer, elaborando produtos culturais com que atendê-la. Tal fato faz com que a cultura esteja em perpétuo dinamismo. Não há culturas estáveis, porque as únicas, inteiramente estáveis — diz Herskovits — são aquelas que estão mortas (14).

Toda cultura viva — escreve Oswaldo Cabral — é susceptível de passar por alterações na extensão e na forma de sua estrutura. Ou aumenta com o acréscimo de novos elementos e complexos, ou diminui, pela perda de outros, que já não exerçam função, ou se aperfeiçoa, ou se degrada, mas não pode é permanecer inalterável' (15).

Quanto às causas ou fatores das mudanças culturais, costumam os autores dividi-las em dois grupos: causas internas e causas externas. As internas são a descoberta e a invenção; e as externas, as trocas e os empréstimos.

Descoberta — ensina Ralph Linton — é todo acréscimo de conhecimentos; invenção, toda nova aplicação de conhecimentos (16). Não cabe neste trabalho, onde devemos ser sintéticos, o debate sobre os vários sentidos que se emprestam aos vocábulos descoberta e invenção. Fiquemos, agora, com as noções ministradas por Ralph Linton, com o seguinte complemento: quando o homem encontra alguma coisa que já existia, mas que não havia sido, anteriormente, percebida — faz uma descoberta, tanto por simples acaso, como em conseqüência de experiências; quando combina vários elementos culturais já conhecidos e constitui traço ou complexo novo, faz uma invenção. Donde se conclui que a descoberta pode ser casual ou intencional. E ensina, acertadamente, Oswaldo Cabral: Estes elementos, assim conseguidos, por uma ou outra maneira, foram incluídos, na cultura do grupo, aceitos pelos componentes da sociedade, isto é, por todo o grupo ou parte dele, que os ajustaram aos demais elementos da sua cultura, de maneira a formar um todo equilibrado — e a isto se chama de integração cultural" (17).

Os funcionalistas professam que esta integração referida no trecho do ilustre antropólogo patricio, integração de elementos obtidos em qualquer das fontes apontadas, é de volume variável em cada grupo, por motivo da diversidade dos seguintes fatores: ambiente geográfico, capacidade humana e eficiência do grupo. Por estas razões, torna-se compreensível a diferença entre as culturas, apresentando os grupos humanos um desenvolvimento volúvel, alguns com uma cultura rudimentar, outros com uma cultura complexa, de conformidade com os problemas que tiveram de enfrentar para o estabelecimento de sua economia, de seu governo, de seu sistema educativo, de suas crenças, etc. Firmado em tais fundamentos é que Malinowski — o corifeu máximo do funcionalismo, pode afirmar: “Um padrão de vida cultural, contudo, significa que novas necessidades surgem, novos imperativos ou determinantes são inculcados no comportamento humano” (18).

Mas voltemos à questão das invenções e descobertas: alguns autores, como Félix Keesing e George Peter Murdock, costumam chamar de inovação aos processos acima mencionados. Keesing, em sua *Antropologia Cultural*, sugere que os atos iniciais de descoberta e invenção sejam denominados inovação primária, e os atos iniciais de adoção dessas invenções por outro sistema cultural recebam o nome de inovação secundária, ou inovação por transferência (19). Murdock refere-se ao fenómeno das inovações, focalizando-o de maneira a confirmar nossas considerações sobre a variabilidade da norma, ou comportamento padrão. “Uma inovação — ensina ele — pode denominar-se variação, quando representa ligeira mudança do comportamento habitual preexistente, pressionado por circunstâncias mutáveis” (20). E cita exemplos: Saias podem ser alongadas ou encurtadas (a mini-saia é típica); lendas populares podem crescer ou diminuir; cerimônias podem tornar-se mais ou menos formalizadas; tatuagens podem estender-se sobre uma área maior ou menor do corpo, etc (21). Murdock escreve, especificamente, sobre a invenção: “Quando a inovação implica na transferência de elementos de comportamento habitual de um contexto para outro, ou na sua combinação em novas sínteses, denomina-se invenção” (22). Tal entendimento é o mesmo de Ralph Liton, linhas atrás citado, e os exemplos ilustrativos são os seguintes: as inovações tecnológicas, como a invenção do avião, que implicou na síntese de elementos tais como asas de um planador, um motor de combustão interna de automóvel e a adaptação de uma hélice de navio. Operações idênticas de síntese verificam-se na esfera da cultura não mate-

rial, *verbi gratia*: plano de governo urbano com técnicas administrativas transferidas do campo dos negócios, ou das indústrias; formas sincréticas de culto religioso, etc. Murdock refere-se ainda às invenções paralelas, que ocorrem quando a cultura proporciona os mesmos elementos constituintes a muitos povos, tal como aconteceu com a invenção do telefone, cujo registro de patente foi solicitado, ao mesmo tempo, por Bell e Gray; e com a elaboração da teoria da seleção natural por Darwin e Wallace. Entre nós, podemos citar o caso da dirigibilidade do aeroplano, que foi contestada a Santos Dumont pelos irmãos Wright dos Estados Unidos. Murdock descreve um tipo de invenção por tentativa, que, frequentemente, ocorre, em épocas de crise, epidemias ou guerras. O mecanismo que caracteriza a invenção, em apreço, é o da aprendizagem por ensaios e erros, onde se podem obter elementos que apresentem pouca ou nenhuma continuidade com o passado. Numa carência de víveres poderão ser experimentados alimentos nunca usados, incorporando-se à dieta normal o que se mostrar mais nutritivo e saboroso; numa epidemia, procuram-se novos medicamentos; nas guerras, novas armas e novos recursos mecânicos, etc.

Estudemos as causas das variações culturais, que já foram mencionadas, isto é, os empréstimos e as trocas. Crismados por Keesing com o nome de inovação secundária, ou inovação por transferências, como já dissemos, os empréstimos e as trocas representam as mais importantes forças determinantes das mudanças culturais. Empréstimo é a passagem de traços ou complexos culturais de um grupo, classe ou sociedade, para outro grupo, classe, ou sociedade, que não os possuía e os adota. Esta definição pertence a Oswaldo Cabral, que assim esclarece o fenômeno: "No empréstimo, há sempre a considerar um grupo que cede um traço cultural que é seu, e outro que o recebe e o adota, seja para suprir uma nova necessidade, seja para substituir um elemento padrão, já existente, por outro, tido por melhor, ou mais eficiente (23). Os antropólogos difusionistas chamam aos empréstimos difusão, assim definida por Keesing: transferência de elementos de uma cultura para outra (24). Clark Wissler ressaltou a existência de duas modalidades de transferência: a natural, também conhecida como difusão voluntária ou espontânea, que se realiza por contactos naturais ou voluntários; e a organizada, que se realiza mediante um esforço objetivo e, às vezes, compulsório. Exemplos da primeira: uso do tabaco pelos brancos, adoção de modas estrangeiras noticiadas pelas revistas e pelo cinema, etc. Exemplos da segunda: imposição de usos, costumes, regime político, etc, ao

país vencido. Nessa matéria de exemplos, eis o que escreve Murdock, no tocante à cultura americana: "Sua linguagem vem da Inglaterra; seu alfabeto, dos fenícios; seu sistema numérico, da Índia; sua organização familiar e seu sistema de propriedade imobiliária, da Europa medieval; sua religião, da composição de elementos congregados oriundos, em grande parte, dos antigos hebreus, egípcios, babilônios e persas; seus cheques, da Pérsia; seu sistema bancário, de crédito, de empréstimos, de descontos, de hipotecas origina-se da antiga Babilônia, com elaborações modernas provenientes da Itália e da Inglaterra; sua arquitetura ainda é, em grande parte, grega, gótica, georgiana, etc.; seus sabores preferidos nos sorvetes, como a baunilha e o chocolate, são empréstimos do Aztecas do México, e eram desconhecidos dos europeus, antes da conquista de Cortez; o chá vem da Índia; o café, da Etiópia; o fumo, dos índios americanos; seus animais domésticos e suas plantas, quase sem exceção, são emprestados" (25).

E para admiração de todos que nos lêem, transcrevemos, textualmente, mais estas afirmações do citado e ilustre George Peter Murdock: "Caso um leitor americano faça uma lista rigorosa de tudo o que comer na próxima semana, a análise dessa lista, provavelmente, mostrará que um terço dos produtos já era cultivado na idade neolítica; que, pelo menos, dois terços eram produzidos ao tempo de Cristo; e será, realmente, surpreendente, se a lista contiver algo que não estivesse sendo cultivado, como alimento, em alguma parte do mundo, quando Colombo partiu para a América" (26).

Não é único este interessante inventário de empréstimos culturais. Segundo informa o aludido antropólogo, duvida-se de que exista só uma cultura que não deva, pelo menos, 90% de seus traços e complexos aos empréstimos. Se quiserdes tirar a prova, perlustrai as páginas da História. Nihil novi sub sole — diz Salomão, no Eclesiastes. Mas existe, sim, algo novo sob o sol: pois novo é todo invento, ainda que derivado da combinação de dois traços conhecidos, ou velhos. Aí está a inefável maravilha desvendada pela Antropologia: o homem criando objetos culturais, opera como a própria natureza, combinando coisas conhecidas para obter outras desconhecidas. O exemplo? Ei-lo: a televisão — coisa desconhecida, que resultou da combinação do cinema e do rádio — coisas conhecidas. Não é assim que faz a mãe natura? Vede: há, no planeta, pouco mais de uma centena de corpos simples. No entanto, quase infinita é a gama de compostos, resultante do quimismo combinatório. Em última análise, até nos elementos, a qualidade

promana de um processo quantitativo de cargas elétricas positivas ou negativas, isto é, de prótons e elétrons. Estes fatos, extremamente belos, em sua divina mecânica, sugerem a regra dialética da transformação da quantidade em qualidade, aproveitada pelo vigoroso espírito de Marx, na criação do materialismo histórico. Resta falar sobre as trocas. Que são elas? Responde Oswaldo Cabral: "Duas culturas vizinhas, em geral, emprestam-se, reciprocamente, os seus elementos constitutivos. Cada uma aceita da outra um certo número de elementos ou padrões — e isto é a troca" (27). Opera-se entre culturas diferenciadas, ainda que qualquer delas seja excessivamente rudimentar, tal como aconteceu, em nosso país, entre os portugueses, indígenas e negros, nos tempos coloniais; e, ainda hoje, acontece entre nós e os índios.

Neste caso, as trocas não terão nem o mesmo volume e nem o mesmo valor para as culturas em contacto. Uma delas dará e receberá menos. Quando as culturas são vizinhas, as trocas se operam, inicialmente, nas zonas periféricas tangenciadas, irradiando-se até a completa diluição das influências, nas zonas centrais, tal como ocorre no extremo sul do nosso país, onde os gaúchos e uruguaios se assemelham nos gestos, na linguagem, na medida do afastamento rumo ao centro do país. No estudo dos empréstimos e das trocas, além do tipo de contacto, da complexidade das culturas, do tamanho, da compatibilidade ou incompatibilidade dos grupos, importa considerar, ainda, os resultados dos contactos, a reformulação e a seletividade. Quanto aos resultados, podemos mencionar os seguintes: assimilação, acomodação e reação. Na assimilação, uma cultura absorve outra, desaparecendo todos os traços e complexos da cultura absorvida, que aceita os traços e complexos da cultura absorvente. Na acomodação, realiza-se um ajustamento externo, sem mudança substancial nos traços e complexos de ambas as culturas. Na reação, ocorre uma resistência, que se traduz numa atividade violenta de uma cultura contra a outra. A reinterpretação, também denominada reformulação por alguns autores, é, segundo Herskovits, o processo pelo qual antigas significações são atribuídas a elementos novos, ou pelo qual novos valores mudam a significação de formas antigas. Cita-se como exemplo de reinterpretação o sincretismo religioso (28). Os fenômenos resultantes do contacto entre duas culturas recebem o nome específico de aculturação ou transculturação, onde se processam trocas, empréstimos e reformulação de traços e complexos com os resultados acima definidos. Finalmente, a seletividade é o princípio pelo

qual inovações de várias procedências são aceitas ou recusadas por uma cultura. As inovações podem ser oriundas do interior ou exterior do contexto, que as aceita ou recusa. Exterior significa, neste passo, outros contextos culturais. Diz Herskovits que a seletividade explica as grandes variações, na maneira pela qual os povos em contacto se emprestam, mutuamente, elementos culturais, entrando em jogo toda uma série de fatores históricos para facilitar a aceitação, ou reforçar a resistência às inovações (29).

As mudanças culturais não ocorrem com a mesma intensidade em todos os contextos. Há culturas resistentes às variações, recebendo, por isto, o nome de estáveis ou conservadoras. Outras, mais susceptíveis a elas, são, em consequência, chamadas fluidas, em relação às estáveis. O conservantismo é tanto mais intenso, quanto mais intensa for a integração. A despeito desta, há sempre, em todo contexto cultural, certos setores, onde as mudanças são frequentes. São os focos culturais que foram estudados por Herskovits e por ele considerado, como um solo bem preparado para receber a boa semente, isto é, a inovação. Nos focos culturais, há o fervilhar de interesses e discussões em torno dos traços e complexos dominantes, o que motivou a seguinte observação de Herskovits: “a máxima variação nos costumes, evidenciada na máxima complexidade da forma, pode ser procurada nos aspectos focais de uma cultura, representando isto mudança cultural latente ou consumada” (30).

Finalmente, abordemos o fenômeno das alternativas versus mudanças. A cultura é definida, ora como um conjunto de criações humanas, isto é, de bens, ora como sistema normativo de comportamento. Bens ou normas foram produzidos para benefício de seu produtor. Em consequência, devem ser conhecidos e usados pelo homem. “É a posse da cultura comum — diz Linton — que origina a unidade psicológica da sociedade e permite aos seus membros viverem harmonicamente” (31). Entretanto, por sua imensidade, o conteúdo da cultura, cuja origem remonta à própria origem humana, não pode ser possuído e usado, concomitantemente, por todos os socius. A essa posse e a esse uso dos produtos culturais é que se chama participação dos indivíduos na cultura.

Há bens participados por todos os membros da sociedade: são os universais, v.g.: língua, padrões de vestuário e moradia, etc. Outros, participados por certa categoria de indivíduos: são as especialidades, v.g.: habilidades manuais, conhecimentos técnicos, etc. Outros, ainda, participados apenas por certos in-

divíduos: são as alternativas, v. g.: hábitos especiais, meios para alcançar os mesmos fins, etc. Tal sistemática reveste-se de grande importância para a fenomenologia da integração e da mudança. Todas as culturas apresentam um núcleo sólido integrado e estável, constituído pelos universais e especialidades; e uma zona fluida, desintegrada e mutável, constituída pelas alternativas. O núcleo fornece à cultura sua forma e seus padrões básicos, enquanto a zona fluida lhe dá a capacidade para crescer e acomodar-se. De que maneira? Explica Linton: "Se estudarmos qualquer continuum cultural, poderemos descobrir entre estas duas partes (núcleo e zona fluida) um processo constante de dá-e-toma, passando traços de uma categoria para outra. Os traços novos, começando como peculiaridades, ganham adeptos, sobem para o status de alternativas e, finalmente, ao alcançar reconhecimento geral, passam para o núcleo.

Os antigos, ao entrarem em competição com os novos, são arrastados para a zona das alternativas e, se forem inferiores, afinal desaparecem da cultura" (32). Do que foi exposto, surge uma conclusão: existe evidente proporcionalidade entre cada uma das partes da cultura (núcleo e zona fluida) e seu conteúdo total, variável em diferentes épocas. O ritmo mais acelerado de mudanças, liga-se a uma maior quantidade de alternativas. Se estas, tornando-se numerosas, sobrepujam os universais e as especialidades, pode surgir uma desorganização ou desintegração social. Os traços novos, isto é, as alternativas, disputam com os universais e especialidades o domínio do núcleo. Reduzindo-se este, pela vitória das alternativas, a cultura perde cada vez mais padrão e coerência. Fulminada a unidade psicológica pela diluição dos padrões básicos de comportamento, que se traduzem em idéias, hábitos, postulados básicos e existenciais, em suma, padrões que se representam pelos universais e especialidades — a sociedade se transforma num simples bando de indivíduos. As alternativas valem por mudanças e, quando estas são tumultuárias, põem em cheque a ordem social.

NOTAS REMISSIVAS

ESTUDO — I

- (1) Herbert Wendt, in *Tras las Huellas de Adan*, pág. 21
- (2) Erich Fromm, in *Conceito Marxista do Homem*, pág. 85
- (3) In *Genesis: I, 26, Bíblia Sagrada*
- (4) A. Adamson Hoebel, in *Homem, Cultura e Sociedade*, pág. 210
- (5) A. Adamson Hoebel, in *El Hombre en el Mundo Primitivo*, pág. 192
- (6) Ralph Linton, in *O homem: uma introdução à Antropologia*, pág. 82 a 97
- (7) Citado por Otto Klineberg, in *Psicologia Social*, pág. 44, 1º volume
- (8) S. Paulo, in *Primeira Epístola aos Coríntios: VI, 19 — Novo Testamento*.

ESTUDO II

- (1) Kaj Birket — Smith, in *História da Cultura*, pág. 5
- (2) Ângelo Domingos Salvador, in *Cultura e Educação Brasileira*, pág. 10
- (3) Fernando de Azevedo, in *A Cultura Brasileira*, pág. 20, volume I
- (4) Idem, *Ibidem*, Págs. 25 a 26
- (5) Oswaldo Spengler, in *A Decadência do Ocidente*, págs. 94 a 98
- (6) Pe. Leonel Franca, in *Crise do Mundo Moderno*, págs. 25 a 26
- (7) Idem, *Ibidem*
- (8) Fernando de Azevedo, in *A Cultura Brasileira*, pág. 21. volume I
- (9) Idem, *Ibidem*, pág. 23
- (10) Idem, *Ibidem*, págs. 26 a 27

- (11) Arthur Ramos, In Introdução à Antropologia Brasileira, págs. 6, volume I
- (12) Pe. Leonel Franca, in A Crise do Mundo Moderno, pág. 13
- (13) Idem, Ibidem
- (14) In Antropologia Cultural por Felix Keesing, pág. 49, volume I
- (15) Melville J. Herskovits, in Antropologia Cultural, pág. 40, volume I
- (16) Robert Lowie, in Antropologia Cultural, pág. 15
- (17) Ralph Linton, in O homem: uma introdução à Antropologia, pág. 96, 3ª edição
- (18) In Etnografia por Michael Haberlandt, pág. 13
- (19) Arthur Ramos, in Introdução à Antropologia Brasileira, pág. 6, volume I
- (20) Citado por Oswaldo Cabral, in Cultura e Folclore, pág. 39
- (21) Ralph Linton, in Cultura y Personalidad, pág. 51 — Breviário do Fundo de Cultura Econômica, versión española.
- (22) Felix Keesing, Antropologia Cultural, pág. 83 — volume I
- (23) In Sociologia por Vicente Quaglia, págs. 151 a 152
- (24) S. Matheus: V, 1-2, in Novo Testamento.
S. Lucas: VI, 20-26, Idem.

ESTUDO III

- (1) Kingsley Davis, A SOCIEDADE HUMANA, tradução de M. P. Moreira Filho, 1964, Pág. 370, tomo II, 1ª edição brasileira, Editora Fundo de Cultura S.A.
- (2) Ralph Linton, O HOMEM: UMA INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA, Tradução de Lavínia Vilela, 1959, Pág. 427, 3ª edição, Livraria Martins Editora.
- (3) Oswaldo R. Cabral, CULTURA E FOLCLORE, 1954, Pág. 48, 1ª edição, Editado pela Comissão Catarinense de Folclore na Imprensa Oficial de Florianópolis.
- (4) Vicente Celso Quaglia, SOCIOLOGIA (Princípios e Problemas), 1964, pág. 146, 1ª edição, Editora Obelisco Ltda.
- (5) R.H. Lowie, PRIMITIVE SOCIETY, 1920, pág. 107.
- (6) Adanson Hoebel, EL HOMBRE en el MUNDO PRIMITIVO. Tradução para o castelhano feita pelo Dr. Miguel Fusté, 1961, pág. 670 Ediciones Omega S.A. — Barcelona.
- (7) Idem, ibidem.
- (8) J. Needham, EVOLUTION (in Encyclopédia of the Social Sciences, — vol. 5, 1931), págs. 649 — 656.

- (9) Charles A. Ellwood, SOCIOLOGY. Principles and Problems, 1943, págs. 362-363, Editora American Book Company.
- (10) Felix M. Keesing, ANTROPOLOGIA CULTURAL, Tradução de José Veiga, — 1961, pág. 82, tomo I, 1ª edição, Editora Fundo de Cultura S.A.
- (11) Idem, ibidem.
- (12) Melville J. Herkovits, ANTROPOLOGIA CULTURAL, Tradução da Editora Mestre Jou, 1963, pág. 402, tomo II, Editora Mestre Jou.
- (13) Idem, ibidem.
- (14) Melville J. Herskovits, LES BASES DE L'ANTROPOLOGIE CULTURELLE, Tradução para o francês por François Vaudou, 1952, pág. 1ª edição, Payot Paris.
- (15) Oswaldo R. Cabral, CULTURA E FOLCLORE, 1954, pág. 78, 1ª edição, Editado pela Comissão Catarinense de Folclore, na Imprensa Oficial de Florianópolis.
- (16) Ralph Linton, O HOMEM — UMA INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA, Tradução de Lavínia Vilela, 1959, pág. 334, 3ª edição, Livraria Martins Editora.
- (17) Oswaldo R. Cabral, CULTURA E FOLCLORE, 1954, pág. 78, 1ª edição, — Editado pela Comissão Catarinense de Folclore, na Imprensa Oficial de Florianópolis.
- (18) Bronislaw Malinowski, UMA TEORIA CIENTÍFICA DA CULTURA, Tradução de José Auto, 1962, pág. 44, 1ª edição, Zahar Editores.
- (19) Felix M. Keesing, ANTROPOLOGIA CULTURAL, Tradução de Waltensir Dutra, 1961, Pág. 597, tomo II, 1ª edição, Editora Fundo de Cultura S.A.
- (20) George Peter Murdock, COMO A CULTURA SE MODIFICA (in Homem, Cultura e Sociedade de Henry L. Shapiro, 1966, pág. 296, Editora Fundo de Cultura, Tradução de G. Roberto Coaracy e Joanna E. Coaracy).
- (21) Idem, ibidem.
- (22) Idem, ibidem.
- (23) Oswaldo R. Cabral, CULTURA E FOLCLORE, 1954, pág. 90, 1ª edição, — Editado pela Comissão Catarinense de Folclore, na Imprensa Oficial de Florianópolis.
- (24) Felix M. Keesing, ANTROPOLOGIA CULTURAL, Tradução de Waltensir Dutra, 1961, pág. 598, tomo II, 1ª edição, Editora Fundo de Cultura S.A.
- (25) George Peter Murdock, COMO A CULTURA SE MODIFICA (in Homem Cultura e Sociedade, de Harry L. Shapiro, 1966, pág. 299, Editora Fundo de Cultura, Tradução de G. Roberto Coaracy e Joanna R. Coaracy).

- (26) Idem, ibidem.
- (27) Oswaldo R. Cabral, CULTURA E FOLCLORE, 1954, pág. 92, 1ª edição, Editado pela comissão Catarinense de Folclore, na Imprensa Oficial de Florianópolis.
- (28) Melville J. Herskovits, LES BASES DE L'ANTROPOLOGIE CULTURALLE, — Tradução para o francês por Francisco Vaudou, 1952, pág. 259, 1ª edição, Payot Paris.
- (29) Idem, ibidem.
- (30) Melville J. Herskovits, ANTROPOLOGIA CULTURAL, Tradução da Editora Mestre Jou, 1963, pág. 365, Tomo II, Editora Mestre Jou.
- (31) Ralph Linton, O HOMEM — UMA INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA, Tradução de Lavínia Vilela, 1959, Pág. 298, 3ª edição, Livraria Martins Editora.
- (32) Idem, ibidem, pág. 309.

**O INSTITUTO HISTÓRICO MINISTRA CURSO DE ALTO NÍVEL
SOBRE EMPOLGANTE TEMÁRIO GOIANO**

Após longo ciclo de insólita inatividade, que lhe foi imposto por uma série de circunstâncias inesperadas, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás reponta hoje, redivivo, retemperado espiritualmente e plenamente restaurado das condições de inoperância em que se encontrava.

Agora, em plena forma e fortalecido no seu quadro social, volta ao que foi nos tempos áureos de seu passado, debruçado no miradouro donde novos panoramas se descortinam, pronto para novas caminhadas triunfais, entrando de corpo inteiro no campo de suas atribuições culturais e de suas atividades intelectuais.

Numa visão mais ampla e com maior segurança de ação o Instituto, acompanhando o ritmo dinâmico da vida atual, tomou a deliberação firme de sair do seu recinto fechado de trabalho e oferecer oportunidade cultural de maior amplitude a setores que não participam de seus quadros internos.

Numa das reuniões ordinárias dos membros que integram sua alçada diretora, essa sugestão feliz provocou debates construtivos e aflorou aprimorada das conclusões a que chegaram.

Um curso intensivo, de alto nível cultural, sobre palpitante temário eminentemente goiano, seria oferecido a interessados intelectuais, como uma contribuição do nosso Sodalício à sede de saber da mocidade dos dias de hoje.

Essa deliberação tomou corpo, transvasou-se em resolução, sendo plenamente homologada.

Após a consolidação desse prólogo, cogitou-se logo, em linhas gerais, de como seria ministrado esse curso, qual seria o seu programa, sua estrutura, seus fundamentos e, principalmente, pensou-se sobre a composição do quadro de professores que constituiria a viga mestra desse monumento que iria se edificar.

Preliminarmente cogitou-se da figura de base dessa organização, isto é, de um coordenador experimentado e à altura desse cometimento.

Sob o aplauso unânime de todos foi escolhido e credenciado o nome do Prof. Ático Vilas Boas da Motta, mestre de renome e intelectual cujo valor já deixou longe as nossas fronteiras.

Aceitando essa quase imposição, o agora ilustre Coordenador não perdeu tempo e assumiu o comando da luta. O planejamento do curso a ser ministrado foi elaborado com critério e inteligência, e as primeiras providências foram tomadas.

O local escolhido foi o salão nobre da própria sede do Instituto.

Trata-se de um salão amplo, bem arejado e iluminado, mobiliado e com o necessário equipamento para promoções de tal natureza, tendo capacidade para conter sem aperturas uma assistência média de cem pessoas.

Outro problema que o Coordenador tinha pela frente era o temário e a organização do quadro de professores, levando em conta o fator horário, o fator tempo e, sobretudo a possibilidade dos convidados aceitarem o convite.

Conhecedor profundo do nosso mundo intelectual, o Prof. Ático, sereno e tranquilo, removeu as barreiras encontradas pelo caminho e dentro em pouco tudo estava ajustado e a contento do Coordenador.

Uma equipe brilhante e responsável de 14 intelectuais renomados, em sua grande maioria professores universitários, formava o quadro que se responsabilizou pela execução dessa nobre missão cultural.

Abaixo, os nomes desses mestres e o respectivo assunto escolhido por eles e por eles ministrados em forma de conferências-aulas.

Basileu Toledo França — A Literatura Oral em Goiás; Pe. Luiz Palacin — A Época do Ouro em Goiás; A. G. Ramos Jubé — A Poesia Goiana; Domingos Felix de Souza — As Instituições Jurídicas em Goiás; Maria Augusta Santana Moraes — Mo-sáicos de História Goiana; Ático Vilas Boas da Motta — O Folclore Goiano; Moema de Castro e Silva Olival — Estrutura da Literatura Goiana; Brás Wilson Pompeu de Pina — A Imprensa em Goiás; Lena Castelo Branco Ferreira Costa — As Comuni-

dades Goianas; Luiz Gonzaga de Faria — Goiás nos Quadros da Geografia Humana; Nancy Ribeiro de Araújo e Silva — Evolução da Educação em Goiás; Dalísia E. Martins Doles — As comunicações fluviais em Goiás; José Lopes Rodrigues — Erros e Enganos na História de Goiás; Belkiss Spenciére Carneiro de Mendonça — A Música em Goiás.

Esse temário eminentemente goiano justificou plenamente a denominação do curso: CURSO DE CULTURA GOIANA.

Vindo ao conhecimento do público, através da Imprensa, o chamamento para as inscrições dos interessados, o interesse demonstrado foi considerável e altamente animador.

A procura de informações na Secretaria, sob a responsabilidade da Profa. Aída Felix de Souza foi constante, e as indagações sobre horário, número de horas exigidas para cada disciplina ou tema, sobre o tempo de todo o período de trabalhos — tudo isso é um comprovante auspicioso do quanto de interesse houver por essa promoção cultural.

Infelizmente a absoluta impossibilidade de um horário que contentasse ou satisfizesse o interesse de todos, foi a causa da debandada clamorosa de uma verdadeira legião de candidatos altamente interessados.

Fez-se o que foi possível para se levar avante essa primeira experiência sobre realizações de tais natureza, do mais alto interesse do Instituto.

Finalmente em outubro teve início essa realização, com quase quarenta candidatos inscritos e com as aulas ministradas regularmente nos seus horários, o que seria prolongado até fins de dezembro, como foi previsto.

Tudo decorreu dentro da maior normalidade, com aproveitamento, com o máximo de interesse por parte dos alunos e louvada a grande responsabilidade dos professores, que desinteressadamente deram o primor de seu desvelo intelectual pela nobre causa que filiaram.

Terminado o ciclo previsto e predeterminado de 100 horas de aulas ou de conferências, houve o encerramento do curso com aplausos de todos que dele participaram.

Foi uma vitória brilhante e altamente animadora, incentivando novas arrancadas, novos investimentos de inteligência e de cultura a bem de Goiás e do Brasil.

Ao encerrar-se o curso, houve simples e tocante solenidade cívica, realizada no mesmo local onde se verificou seu funcionamento.

O Prof. Ático, como Coordenador, em comovida oração, fez um ligeiro relato do ocorrido, em suas linhas gerais, agradecen-

do a todos que de qualquer forma colaboraram para o êxito desse cometimento cultural do Instituto Histórico de Goiás.

O Prof. Colemar Natal e Silva, Presidente do Instituto e seu eminente fundador, naturalmente emocionado pelo brilho alcançado por essa primeira etapa intelectual no gênero, promovida pelo Instituto, usou da palavra e disse do muito que o nosso Sodalício pretende realizar nesse mesmo campo de trabalho cultural, para os dias do futuro, certo da continuada colaboração da comunidade intelectual de nossa Terra.

Também usou da palavra o poeta Nunes Bittencourt, digno representante do Secretário de Educação e Cultura que, com significativa eloquência, manifestou seu pensamento a respeito dessa jornada cultural e do muito que ela representava para a coletividade goiana.

Finalmente a aluna Walderez Loureiro Miguel, escolhida pelos de sua turma para o pronunciamento final, com eloquência e elegância fez o seu discurso que abaixo segue e poria termo à expressiva solenidade que ali se realizava.

“Há três meses um anúncio, pela imprensa, divulgava à comunidade local a feliz e arrojada iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás: O 1º Curso de Cultura Goiana.

Sensibilizado por esse empreendimento, um grupo heterogêneo na formação profissional, área de trabalho, sexo, idade e estado civil, adentrou-se pelos umbrais desta casa e, por ela, começou a redescobrir Goiás.

O eminente professor Basileu T. França, ao nos trazer a Literatura Oral — substituta das produções literárias para o povo que não lê — ofereceu-nos, sem dúvida, uma fonte inesgotável para melhor compreendermos e amarmos nossa gente.

Nossos historiadores Pe. Palacin, Maria Augusta, Nancy e Dalísia — doutores em História de Goiás — com que maestria nos fizeram percorrer nossa terra, desde os idos do período colonial, até as primeiras décadas que se sucederam à proclamação da República. Assim, fomos introduzidos, por Pe. Palacin, no ambiente da mineração goiana, onde tomamos conhecimento da produção e da produtividade do trabalho escravo, da sociedade, do governo, da administração da época e, finalmente da própria decadência do período.

Através de apurada análise desenvolvida pela Profª Maria Augusta S. de Moraes, apreendemos a implantação da República em Goiás. Fomos, gradativamente, nos familiarizando com todo o processo político desencadeado no Estado.

No campo da Educação, caminhamos com a Professora Nancy R. de Araújo Silva, desde as aulas régias, passando pelo ato adicional de 1834. Chegamos às Reformas da Instrução Pú-

blica, sem deixarmos de conhecer a metodologia dos nossos primeiros professores, a ação dos administradores de ensino, assim como a influência de educadores mineiros, paulistas e também franceses à cultura goiana.

O próprio entusiasmo da Prof^a Dalísia Elizabeth M. Doles face à navegação do Tocantins e Araguaia, nos contagiou sobremaneira. Com que ardor e luta acompanhamos Couto de Magalhães, nas suas gestões junto ao governo, nos estudos de viabilidade para o funcionamento da navegação a vapor em Goiás.

Um outro expoente, no campo da história veio apresentar-nos o desenvolvimento das Comunidades Goianas, enfocando o florescimento dos nossos arraiais e vilas, a cidade colonial, as grandes metrópoles e a dicotomia entre pioneirismo e conservadorismo. Acabamos de nos referir à competente Prof^a Lena Castelo Branco Ferreira da Costa.

Para grata surpresa nossa, veio até nós, apoiado em exaustiva pesquisa sobre os erros e as contradições de nossa História o renomado historiador e poeta prof. José Lopes Rodrigues.

Durante uma semana a fonte poética de Goiás jorrou pelo Instituto. O canto de nossos poetas, suas obras, suas escolas chegaram até nós pelo mestre e grande poeta Prof. A. A. Ramos Jubé.

Num apelo constante o jurista e professor Dr. Domingos Félix de Souza conclamou seus alunos à pesquisa sobre vários ângulos das Instituições Jurídicas de Goiás. Seu trabalho é valioso subsídio aos estudiosos no assunto.

E, a sabedoria do povo entrou pelo Instituto. O fato folclórico foi caracterizado e a contribuição de diferentes elementos étnicos nos mostrou quão rica é a cultura de nossa terra. E, por uma dessas maravilhosas coincidências, que só o ser humano pode conhecer, aquele que nos quer ver como apóstolos, sendo baiano, aqui, radicou-se e nos dá vivo testemunho apostólico de amor a nossa gente, de amor a nossa cultura. Como nos tem dado o melhor de si o Prof. Ático Vilas Boas!

Magistralmente, trazido, pela Prof^a Moema de Castro e Silva Olival, o enfoque estruturalista da literatura goiana. Assim compactuando com os grandes mestres da linguística, como Saussure, Chomsky fomos introduzidos no "mecanismo do julgamento linguístico." Pela técnica da transposição da oralidade, apreendemos melhor nossos regionalistas, sobretudo o grande Bernardo Élis e sua "integração total, da fala estilizada no contexto narrativo."

Nosso conhecidíssimo e dileto Prof. Luís Gonzaga de Faria, depositário de grandes conhecimentos sobre a Geografia Humana, no curto espaço de nossa convivência trouxe-nos im-

portantes hipóteses de trabalho face à Geografia Humana em Goiás: Goiânia, como fato geopolítico; as formas de cultura e gênero de vida; os grandes estabelecimentos humanos; a alimentação em Goiás e seu habitat.

Mas, neste concerto da cultura goiana não podia faltar a presença de um maestro. Assim, o talentoso Prof. Brás W. Pompêu de Pina Filho, aqui veio reger uma das grandes peças de seu repertório: a história da Imprensa em Goiás. Se ficamos conhecendo infinidades de jornais publicados em nosso Estado, vimos também a imprensa como força política, econômica e sócio-cultural.

Como falar em concerto se a partitura musical não se fizer presente? Ela chegou. Imagem viva da música. É a própria musicalidade. D^a Belkiss: como o tempo foi infinitamente curto para podermos conhecer seu importante trabalho na pesquisa da música em Goiás! Como nos fez curiosos para, novamente, debruçarmos sobre tão fascinante tema da nossa cultura!

Prezadíssimo Prof. Colemar, neste instante, desejamos parabenizá-lo, não só pela realização do 1º Curso de Cultura Goiana, mas também, por estar dentre aqueles homens que captaram o sentido de seu tempo e lugar na história. Sua atuação, sua dedicação à frente do Instituto comprova nossa afirmativa.

D^a Aída, como servidora do nosso Instituto tem muito de maternal — Uma dedicação contínua, vigilante, incansável; uma disposição renovada a cada dia. Fomos, pouco a pouco, descobrindo sua pessoa, seu jeito de ser. Fomos cativados. Ataram-se os laços.

Colegas, como é bela nossa festa!

Não haverá despedidas. Prof. Ático, por exemplo, só vai, ali, na Bahia. Já volta.

Em março, todos nós, professores e alunos, temos um encontro marcado, aqui, no nosso Instituto. Nova etapa. Nova experiência. Novos pesquisadores.

E assim o Instituto vai prosseguindo sua imensa e grandiosa tarefa: despertar e preparar valores para trabalhar na grande messe cultural de Goiás.

1º CURSO DE CULTURA GOIANA
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS
1974

Encerramento do Curso. Na mesa vê-se o Presidente do I.H.G.G. — Prof. Colemar Natal e Silva. Da esquerda para a direita vêem-se: o editor José Modesto Oriente, o escritor Eli Brasiliense, D. Genesy de Castro e Silva (representante da Academia Feminina de Letras) Prof. Bras Pompeu de Pina, Prof. Luis Gonzaga de Faria, Prof. Ático Vilas Boas da Mota, Prof. Basileu Toledo França, Poeta Nunes Bittencourt (representante do Secretário da Educação e Cultura de Goiás), Prof. José Lopes Rodrigues, Profª Nancy Ribeiro de Araújo Silva e Dr. Fenelon Teodoro dos Reis (diretor do Forum Heitor de Moraes Fleury).

**A REAL SITUAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE GOIÁS RETRATADA EM
MEMORANDUM PELO SEU PRESIDENTE**

Na reunião ordinária do dia 17 de setembro do ano que ora finda, após o expediente normal, o Presidente do Instituto, Prof. Colemar Natal e Silva, com a palavra, leu, comentando cada um de seus itens, um substancioso relatório sobre tudo que ele realizou realmente a bem do Instituto, em mais esse ano de sua gestão.

O Prof. Colemar, como é do conhecimento de todos, tem um carinho especial e uma verdadeira devoção pela casa que fundou, em 1933, ainda na antiga Capital, com a participação e integração de um autêntico pugilo dos mais renomados valores intelectuais de então.

Com o zelo e escrupulo que lhe caracterizam os atos, o Prof. Colemar, nesse relatório, rico de comprovantes, desce a minúcias que impressionam, expondo a seus pares o estado em que realmente encontrou o Instituto Histórico e mostrando sua atual condição, não somente no campo das cousas materiais mas ao mesmo tempo a situação de dar total desempenho a suas atribuições de ordem cultural e intelectual.

Linhas abaixo segue, discriminadamente, o memorandum apresentado aos membros do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, pelo seu ilustre Presidente:

— Primeiro trabalho: reaparelhamento do prédio, com reforma quase total do telhado, substituição de algumas calhas e solda de outras, embuçamento das cumieiras e substituição de grande número de telhas.

- Reforma total do forro, quase todo destruído pelas chuvas.
- Substituição da instalação de luz, colocação do relógio e mais a caixa de distribuição.
- Pintura do prédio, por dentro e por fora.
- Sinteco em todas as salas
- Reforma e equipamento do mobiliário antigo e do cedido pelo Professor Basileu Toledo França.
 - Obtenção, de lages de Pirenópolis do seu transporte sem onus pela Prefeitura construção do passeio, também pela Prefeitura.
- Aquisição dos pavilhões nacional e estadual e compra de um porta bandeira.
- Obtenção, através de representação, da doação de uma estante de aço, pelo Banco Agropecuário e de um grande cofre, para guarda de documentos, pelo Banco do Estado de Goiás.
- A doação de uma cadeira nobre para a Presidência, pelo sócio do Instituto, Dr. Altamiro de Moura Pacheco.
- Organização dos serviços de secretaria e de portaria.
- Requisição de funcionários que já estão em plena atividade na sede do Instituto em número de quatro: Esther Barbosa Oriente, Maria da Glória Scartezini A. Coutinho, Isabel Pimenta Ribeiro e Aída Felix de Sousa.
 - Contratação de serviços de um servente: José Aparecido Cardoso.
- Aquisição de livros próprios para organização do protocolo e expediente regular.
- Organização do arquivo e documentação histórica, por ordem cronológica, por Esther B. Oriente e Maria da Glória S. de A. Coutinho.
- Remessa de ofício-circular a todas as prefeituras com a oferta dos números 1 e 2, da revista.
- Circular às editoras, solicitando livros para a biblioteca.
- 1º expediente do Instituto no desempenho de sua função específica de guardião de nossas tradições e defesa do patrimônio histórico, contido na representação dirigida à Câmara Municipal, reivindicando a manutenção de números nas ruas, evitando sua troca por nomes, muitas vezes inexpressivos. A Comissão que deu em mãos do sr. Presidente da Câmara a referida representação foi composta pelos membros do Instituto Prof. Luiz Gonzaga Faria, Prof. José Lopes Rodrigues e Prof. Basileu Toledo França, imediatamente recebida e atendida por aquela autoridade, após a exposição sobre o caso.

- O Instituto pleiteou e conseguiu, através do vereador Prof. Trajano Guimarães, um ato legislativo de proibição a mudança de números para nomes em ruas tradicionais, já agora adotado por lei.
- Aquisição de uma caixa postal.
- A deliberação de realizar um curso de cultura goiana, isto é, sobre temas eminentemente goianos, para maior e mais ampla divulgação de assuntos vinculados à nossa cultura e ainda de pouca penetração no domínio público. O referido curso está em plena articulação para ter seu início no próximo mês de outubro.

PELA PESQUISA

Colemar Natal e Silva

Um dos aspectos mais relevantes, no campo das atividades dos estudiosos, na atualidade dos nossos dias, é a preocupação pela pesquisa, tornada, com justa razão, elemento de suma importância para o aperfeiçoamento cultural.

Nem se compreende que não fosse assim.

É que a pesquisa, propriamente dita, só veio a adquirir a feição atual, à medida que o seu maior alcance foi melhor compreendido na área pedagógica.

Graças, principalmente ao que se pode chamar “espírito universitário” sob o influxo da reforma da universidade — o binômio ensino-pesquisa, — adquiriu foros de diretriz, definida com mais precisão e muito mais amplamente compreendida.

Nota-se, hoje, não apenas por parte de nossos estudantes, mas, também por parte dos professores, enfim, de todos os que buscam base sólida para os seus conhecimentos, uma séria preocupação pela pesquisa.

Assim tinha que ser. Assim deve ser.

No entanto, o maior entrave, é a ausência de elementos que possam orientar a pesquisa.

Justamente porque a documentação, ou seja, a preocupação de documentar, não teve, por longo tempo, a medida de seu imenso valor.

Se a pesquisa, para todos os ramos do saber, é deveras relevante, que dizer dela, na área dos estudos históricos?

Em nosso Estado, então, as suas fontes são muito escassas, de difícil acesso e, mesmo quando encontradas, são dispersas,

fragmentárias, às vezes pouco elucidativas, por falta de conca tenação.

Há dias, na faina de completar as anotações para a publicação do 3º volume da História de Goiás, cujos dois primeiros volumes publicamos em 1935, resolvemo rever o nosso arquivo.

Lá encontramos, dentre outras coisas preciosas, a monumental obra “A formação dos grandes Estados” de Lavissee et Rambau, hoje raríssima e outra preciosidade bibliográfica, ambas a mim oferecidas por um dos maiores historiadores que o Brasil já teve — Capistrano de Abreu: bibliografia goiana — considerada, por ele, nas anotações que encontramos “das mais importantes para o conhecimento da história de Goiás”.

E é esta bibliografia que desejo oferecer, na sua íntegra, aos nossos estudiosos.

Ela abrange estudo, por cientistas estrangeiros de alto nível, relativos à formação geológica, etnografia dos indígenas do rio Xingu, estudos interessantíssimos da flora e muitos outros.

Essa bibliografia é um desfilar de celebridades, hoje diríamos especialistas nos ramos do saber, aos quais dedicaram toda sua vida, num conhecimento profundo, metodizado, objetivo, obtido no próprio meio, ou seja no campo de estudos:

é Paulo Ehrenreich — Antropologisch; é C. E. e Ch. Kerremaus;

é Carolo Muller, é Fr Krause, é C. E. Helmayr, é H. Singer, é William C. Burchell, F. Taubert, não se falando em muitos já conhecidos, como Taunay, Oscar Leal, Virgílio de Melo Franco, Frei Rafael Tuggia, general Cândido Xavier de Almeida e Sousa, Paul Walle, além dos mais conhecidos como Couto Magalhães, Sizenando Peixoto, José Manuel da Silva Oliveira, Silva Braga e Urbano do Couto, além de outros.

Para maior elucidação dos estudiosos passamos a caracterizar os principais cientistas mencionados na bibliografia:

BIBLIOGRAFIA GOIANA

Entre as mais importantes contribuições para o conhecimento do hinterland, de Goiás, particularmente apareceram, nestes últimos anos, as seguintes, catalogadas pelo inteligente livreiro-editor Sr. Tancredo de Paiva:

ANONIMO — The eron ou The Duro Goldfields in-Goiás-Brasilian Muning Review, March, 105, vol. II nº 3 Rio de Janeiro.

— “A região carbonifera está situada na Serra do Duro que se prolonga ao N. com outra denominação até o Maranhão. A Vila de São José do Duro está nas vizinhanças de São Miguel das Almas. Schiestos Meta-

morfológicos constituem a formação geológica. O ouro ocorre em veios de quartzo com ouro visível. Foram assinalados 28 corpos de minério.

ARROJADO LISBÃO — BIBLIOGRAFIA

PAULO EHRENREICH — ANTHROPOLOGISCH Atualien über die Urbewohner Brasiliens Braunschweig, 1897, 4º, 168 p. e 39 estampas in-Globus vol. 72, 1891, nº 9.

“Esta obra é destinada a completar as publicações de C. von den Steiner sobre a etnografia dos indígenas do rio Xingú, na parte relativa ao lado físico-anropológico. Foram especialmente as viagens que o autor fez na região dos rios Araguaia e Purús nos anos de 1887-1889 que forneceram o material para essa obra. O autor trouxe a Berlim 3 esqueletos, 8 crânios e grande número de medições feitas em pessoas vivas. Foram tiradas vistas fotográficas de numerosas pessoas que em 30 estampas excelentes e numerosos clichês estão reproduzidos. Das tribos visitadas em Goiás, Mato Grosso e Amazonas foram 184 indivíduos examinados e medidos”. (Ihering, Rev. Museu Paulista).

CH. KERREMAUS — Voyages de Mr. E. Gounelle au Brésil-Memoires de la Soc. Entomolog. de Belgique, tomo VI, Bruxelles, 1897.

“... estudou as Buprestidae das quais obteve boa coleção também de Goiás pelo explorador Sr. Ch. Pujol...” Idem.

COROLO MULLER, Briologia Serrae, Itatiaie, Minas-Geraes-Bulletin de L'Herbier Boissier, vol. VI, 1889 e 18-126.

“Contem a descrição dos musgos coligidos... e Goiás pelo Sr. E. Ule Idem.

FR. KRAUSE — Tausmakeu-nach bildemgen von mitlerem Araguais in-Jarhrb, des Stadt Mus. Vol. III, 1908.

KRAUSE Indianische Kultur; illustrierte Zeitung Vol. 135 Leipzig.

“São sem dúvida as duas tribos mais interessantes do Brasil que o Dr. Krause visitou, em 1908, as dos Carajás e as dos Caipos, os primeiros na Ilha Bananal do Araguaia e um pouco ao sul, estes ao Norte, perto de Conceição...” Ihering, Rev. cit.

KRAUSE, Uma viagem ao Araguais, in Rev. Ins. Hist.

C. E. HELLMAYR, Au Account of the birds coll by Mr. A.G. Baer in the State of Goiás in Nov. Zool Freing, vol. XV, 1908 p. 13, estudo das aves colecionadas por Baer.

KRAUSE Relatório sobre uma viagem de exploração ao Brasil Central (em alemão) in-Zeitschrift für Ethnologie, Berlim, 1909, p. 494-502.

“Sob os auspícios do Museu de Etnografia de Leipsig, o autor visitou em 1908 o Araguaia, penetrando no seu curso médio pelo lado do sul, via Santos, São Paulo, Uberaba, Araguay, Goiás e Leopoldina e descendo o rio até Conceição, de onde voltou pelo mesmo caminho...” — Goeldi, Museu Paranaense.

KRAUSE — Conceição do Araguaia-Globus, 1909, p. 299 303.

“Uma verdadeira monografia deste centro populoso, que deve a sua fundação e o seu desenvolvimento extraordinário à dedicação e ao gênio civilizador do inolvidável Frei Gil Vilanova”. Goeldi.

H. SINGER Von-Tocantins-Araguaia-Globus 1910.

“Este artigo dá um resumo do relatório da expedição que o Sr. Leon Thiery empreendeu em 1901 e 1902 e que foi publicado no “Mouvement Geographique”. A expedição tinha por fim principal estudar as condições de navegabilidade do Tocantins e do Araguaia”. Goeldi.

KRAUSE — Mascaras de dança do médio Araguaia (em alemão) Jahrb. des Stadt Museuns, Leipzig, 1908-1909, vol. III.

WILLIAM J. BURCHELL — The Colletion of Burchell in the Hope Departament. Oxford University Museum, vol. 13 Ann, Mg, Nat. Histo 1904.

“São interessantes apontamentos de viagem do notável naturalista e explorador inglês William J. Burchell, ha pouco reunidos pelo professor Ed. Paulton, da Universidade de Oxford. Burchell veio ao Brasil em 1825, em companhia de diplomata Sir Charles Stuart, e no ano seguinte empreendeu uma viagem a Goiás, onde esteve até meados de 1829, fazendo importante herbario e valiosa coleção entomológica. Entretanto por Catalão seguiu a antiga estrada real rumo de Meia-Ponte, onde permaneceu muitos meses hospede do comendador Joaquim Alves de Oliveira, o proprietário do primeiro periódico que se imprimiu em Goiás, a celebre Matutina, cujo material tipográfico era todo de madeira.

Da antiga cidade goiana Burchell dirigiu-se ao norte, procurando o Pará, pelo vale do Tocantins abaixo.

Foi o primeiro inglês que visitou a longinqua provincia — dela levando grata recordação e volumosas coleções de specimes da sua riqueza natural.

P. TAUBERT Beitrage zur Kenntniss der Flora der central-Brasilianischn Staats Goiás, etc. von E. Ule.

Sob o titulo publicou o falecido cientista P. Taubert o resultado da exploração botânica do Sr. Ernesto Ule,

que esteve em Goiás como membro da Comissão do Planalto, chefiada pelo dr. L. Cruls.

Em referencia ao trabalho de Taubert escreveu o ilustrado Sr. Hermann von Ihering: "Na opinião do sr. P. Taubert e de seus colaboradores raras vezes aparecem coleções como a de Ule, a qual forneceu uma riqueza surpreendente de espécies novas e interessantes".

O herbário de Ule foi coligido quasi todo dentro da área demarcada para o Distrito Federal, sendo importante a parte com que contribuiu a Chapada dos Veadeiros, onde se encontram altitudes superiores a 1.700 metros sobre o nível do mar — e as quais devemos considerar como as mais elevadas do Estado, pois excedem à dos Pirineus Goianos.

Esta importantíssima coleção botânica até ainda ha pouco se achava arquivada nos porões do edificio do Museu Nacional.

Contribuições recentes e de não menor valor para o conhecimento das terras goianas são trazidos nestes últimos anos pela importante revista alemã Petermanns Mittheilugen. Entre outras, as do dr. Wilhelm Kissenberth, que penetrou o norte de Goiás de S. Luiz do Maranhão até o Araguaia e por ele subiu até a região das cabeceiras, tendo vivido anos no meio de várias tribus indigenas, cujas linguas e costumes estudou (João Ribeiro).

W. Kissenberth que tivemos o prazer de conhecer pessoalmente, é assistente do Museu Etnográfico de Berlim, e acompanhou o botânico Dr. Philip Leutzelburg, Munich.

Extrato da historia da Cap. de Goiás ordenada pelo cirurgião mór José Manoel Antunes da Frota. N'O Patriota, vol. 3(1814 n 2 p. 25.

Memória sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notaveis da Capitania de Goiás. Ib. vol. 3º (1814) nº 4 p. 33 nº 6 p. 3.

Os caiapós. . . por Machado de Oliveira, in-Rev. Inst. Hist. 7.24 (1861) p. 491.

Anais da Prov. de Goiás por J.M.P. de Alencastre (1925-1824), ib ib, t. 27 e 28.

Informação fornecido para o relatorio do Diretor geral interino dos indios da provi. de Goiás ao exmo. Presidente. Aldeas existentes hoje na Prov. de Goiás (Por E. Vallée).

- 1º de Fevereiro de 1857. Original no arquivo do Inst. Hist.
- Viagem de Goiás ao Pará; Roteiro do dr. Rufino Teotônio Segurado. Rev. Ins. Hist. t. 10 (1848).
- Roteiro para os Martírios, indo em canôa pelo ribeirão de Goiás. Por Bartolomeu Bueno da Silva. Ib. ib t. VI, (1844).
- A Prov. de Goiás na exposição Nacional de 1875, por Alfredo de Escagnalle Taunay, Rio de Janeiro, Typ. Nac, 1876, in 4º peq.
- Corografia Histórica da prov. de Goiás, por Raimundo José da Cunha Matos, in Rev. Inst. Hist. t. 37 e 38.
- Informação acerca da navegação na prov. de Goiás (por E. Vallée). No arquivo do Inst. Hist. o original.
- Noticias das novas povoações de S. Pedro de Alcantara e S. Fernando, civilização da nação Macamocran, estrada para o Pará. No Patriota. 2ª série, nº 3 1813 p. 61).
- Memória estatística da Prov. de Goiás dividida pelos julgados das duas Comarcas e na forma de Elencho enviado pela Secretaria do Imperio etc. Por Luiz Antonio da Silva e Sousa. Rio de Janeiro. Typ. Nac. 1832, in-4º de 89 p.
- Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas da capitania de Goiás (Pelo padre Luiz Antonio da Silva e Sousa), in-Rev. Inst. Hist. Bras. t.
- Carta do Cap. mor João de Godoes Pinto da Silveira sobre a demarcação da Cap. de Goiás com a de Mato Grosso, Ib, t. t. VII 1845.
- Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas provincias de Minas Gerais e Goiaz, seguida de uma descrição corográfica de Goiaz, e dos roteiros desta Prov. às de Mato Grosso e S. Paulo. . . Pelo Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos Rio de Janeiro, Typ. Im. e Const. de J. Vileneuve. 1836. 2 vols. in 8º de XIX 268 p. I Fl. de Erratas — 349 p. I. fl. de erratas com 4 mapas corog. e est.
- Itinerário da cidade de Palma, em Goiaz, à cidade de Belém do Pará, pelo rio Tocantins, e breve notícias do norte da Prov. de Goiás (Por Vicente Ferreira Gomes), Aracaty, Typ. Social, 1861, in 8º do 25 p.
- Viagens pelo interior de Minas Gerais e Goiaz pelo dr. Virgilio M. de Melo Franco. Rio de Jan. Impr. Nac. 1888, in 8º do 180 p. I. fl. de Erratas.
- Breve reflexão sobre o meio eficaz de se remediar a decadencia da Cap. de Goiaz. In Rev. Inst. Hist. t 55.
- Itinerário feito pelo tenente-coronel Vicente Ayres da Silva, mo-

- rador na Vila de Porto Imperial, pelo rio Sono acima, desde a sua confluência, no Tocantins, lb, ib t 14.
- Lembranças de uma viagem ao norte (Pretenções à prova) Pelo Bel. Benjamin Franklin de Albuquerque Lima Rio de Janeiro, Typ. Globo. 1875. in 8º peq. de 88 p.
- Uma catequese entre os índios do Araguaia, Brasil Pelo Rev. Padre Estevão M. Galais. São Paulo, Escola Typ. Salesiana 1903, in-8º de 55 p.
- O Brasil Central (Estudos pátrios) pelo dr. Antonio Martins de Azevedo Pimentel, com um mapa, in — Rev. Inst. Hist. T. 68.
- Síntese histórica das tentativas feitas para a utilização, com vias navegáveis, dos grande rios que banham o Estado de Goiás, pelo Marechal Jeronimo Rodrigues de Moraes Jardim, in-1º Congresso de Hist. Nac.
- Subsídios para a historia da Cap. de Goiás (1756-1806), in Rev. Inst. Hist. t.
- Viagem à Comarca de Palma na Prov. de Goiás, pelo Bel. Virgilio Marins de Melo Franço. Rio, Typ. da Reforma, 1876, in-8º de 105 p.
- Viagem às terras goianas (Brasil Central) por Oscar Leal. Lisboa. Typ. Minerva Central, 1892, in-8º de 255 p. est. e 1 mapa.
- Mapa dos Indios Cherentes e Chavantes na nova povoação de Teresa Cristina, no rio Tocantins, e dos Índios Caraões da Aldeia de Pedro Afonso, nas margens do mesmo rio, pelo missionario apostólico Frei Rafael Tuggia In. Rev. Inst. Hist. t. XIX.
- Informações oficiais sobre as fronteiras das capitancias de Mato Grosso, Goiás e Pará com as possessões espanholas, in Rev. Soc. Geog. Rio.
- Explorações do rio Paraná e alguns afluentes pelo general Candido Xavier de Almeida e Sousa (1783-1786), in-Publ. do arch, em S. Paulo, vol. 44.
- Notícias curiosas sobre a geografia física do Brasil Central. Memória apresentada pelo dr. Martins de Azevedo Pimentel, in. Anais do 1º Congresso de Geografia do Brasil.
- PAUL WALLE Étates de Goiás et de Mato Grosso-Paris, Librairie Orientale et Americaine, 1912, in-8º de 57 p. est.
- Memoria sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notaveis da cap. de Goiás, por Custodio Pereira da Veiga. Vila Bôa, 30 de Setembro de 1818. in-fol. de 143 p. Existe copia no arch. Militar.
- Exploração no rio Araguaia, feita por ordem do dr. José Vieira Couto de Magalhães, Presidente da Prov. de Goiás, em

10 de junho de 1863, Rio de Janeiro. Typ. de Quirino Cia. e Irmão. 1864, in-4º de 41 p. p. 1 fl (B.N.).

Traz a assinatura MSS do autor o engenheiro Ernesto Vallée. Publ. no Rel. da Agricultura de 1865.

Viagem ao rio Araguaia, contendo a descrição pitoresca deste rio, precedida de considerações adm. e ecom. acerca do futuro da sua navegação — por Couto de Magalhães. Goiás, Typ. Provincial, 1863 in-8º gr. de 2 fl. 3-267-7 pp. Exp.: D. Antonia R. de Carvalho.

Exploração do rio Araguaia, por Franc. Sizenando Peixoto. V. A luz 21 (1873) pg. 75-76 e 82-83 (B.N.).

O rio Araguaia, relatório de sua exploração pelo major Engenheiro Joaquim R. de Moraes Jardim, precedido de um resumo histórico sobre sua navegação pelo Tte. Cel. de engenheiros Jeronimo R. de Moraes Jardim e seguido de um estudo sobre os índios que habitam suas margens, pelo dr. Aristides de Sousa Spinola. Rio de Janeiro, Typ. Nac. 1880, in-8º de 49 pp (B.N.).

Descrição do rio Paraná, por Manoel de Campos. Ib. ib. t. 1840.

Descrição sobre o estado atual da Navegação dos Rios Araguaia, Tocantins e Maranhão (e sobre o estado das minas de ouro da mesma Cap. de Goiás). (Por José Manoel da Silva e Oliveira) 1808. (B.N.).

Original, com assinatura ortogr. Cod. CCCXII(17-130), 4 ff. inn, 30X20.

Consta de indicações sumárias para navegação daqueles rios a primeira memoria e a segunda trata dos meios de tirar partido das riquissimas minas de ouro de que abunda a provincia: firma-se sobretudo na venda de escravos aos mineiros por parte do Estado.

A esta interessante bibliografia devida ao nosso colaborador sr. Tancredo de Paiva, podemos acrescentar nos títulos das seguintes obras que se referem ao Estado de Goiás:

A Bandeira do Anhanguera a Goiás, em 1722, com a reconstituição dos roteiros de José Peixoto da Silva Braga e Urbano do Couto, por Henrique Silva. — Rio 1917.

:Typ. Serra-Nova-Niterói.

A caça no Brasil Central. — Rio de Janeiro — 1898 — por Henrique Silva.

Poetas Goianos — Bagé — 1901 — por Henrique Silva Fauna Fluvial de Goiás, vol. I (bacia do Tocantins-Araguaia) — S. Paulo — 1905 — por Henrique Silva.

Indústria Pastoril (in-O Brasil), suas riquezas, suas indústrias — Rio de Janeiro — 1907 — por Henrique Silva.

Esboço Biográfico do Comendador Francisco José da Silva. — Rio de Janeiro — 1907 — por Henrique Silva.

Sumé e o destino da nação Goyá — Rio de Janeiro — 1910 — por Henrique Silva.

Contribuição para a Geografia Geológica do Brasil, “separata” dos Anais do 1º Congresso Brasileiro de Geografia (Geografia Biológica, Geografia Botânica e zoogeografia) — Rio de Janeiro — 1911 — por Henrique Silva.

Caças e caçadas no Brasil (com um prólogo pelo general Couto Magalhães) Edição da Livraria Garnier. — Paris — 1912. Por Henrique Silva.

A extinta Nação Goiás, in Anais do XIX Congresso de Americanistas — Londres — 1914, por Henrique Silva.

Perolas e conchas perlíferas do Araguaia. Rio de Janeiro. 1915. Por Henrique Silva.

Duas variedades novas de Eletroforide do Brasil — Rio de Janeiro — 1915 — por Henrique Silva.

O Pescador Brasileiro — S. Paulo — 1915 — (Edição de Chacaras e Quintais. Por Henrique Silva.

Memórias justificativas dos limites de Goiás com os Estados de Mato Grosso, Minas, Baía e Pará — por Henrique Silva.

Almanaque de Santa Luzia — 1920 — Organização por Evangelino Meireles e Gelmires Reis — Tipografia do Planalto, Santa Luzia — Goiás.

Almanaque Brandão — Tipografia Goiana.

Anuário histórico, geográfico e descritivo, organizado pelo agrimensor Francisco Ferreira dos Santos Azevedo.

Almanaque Caxoeirense — por Seabra Guimarães.

Ensaio de Corografia de Goiás, por Alcide Celso Ramos Jubé — 1919.

As Aguas termais de Caldas Novas pelo dr. Orozimbo Correia Neto — 1918.

Tocantins e Araguaia — por Manoel Buarque — 1919.

Roteiro do Maranhão a Goiás pela cap. do Piauí.

Cópia do vol. nº 141 Gabin 5º E. 9º do arquivo da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Não consta o nome do autor.

Conforme a Flóra Brasiliensis vol. I — oportunamente citado pelo valoroso biologista brasileiro A.C. Braid, são os seguintes

os botânicos que fizeram coleções e estudos nas diversas regiões do Estado.

GOIAZ

W.J. Burchelli 827 Catalão, Bomfim, Meia Ponte, Jaraguá.

GOIAZ CAPITAL

1828 Goiaz, Meia, Ponte, Cavalcante, Conceição, Natividade, Porto Nacional, Rio Tocantins, São José, Porto Franco, São João do Araguaia.

G. Gardner 1839 — Chapada de Mangabeira, Rio Riacho de Sucuriu, Almas, Morrinhos, Natividade.

1840 Arraial de Conceição, Serra de Santa Brida, Arraias São Domingos, Bôa Vista, Serra Geral, San Pedro, Riachão, N. Senhora d'Campinas, Pasquada, Rio Corrinhenho.

A.F.M. Glaziou 1894-95 — Serra do Pirineus, Meia Ponte, Corumbá, Chapadão de Veadeiros, Serra do Mocambó, Pouso Alto, Serra do Albano, Sa. de Lourenço Castanho, Sa. do Uruçuia, Serra de S. José, Morro Canastra, Mestre d'Armas, Cidade de Goiaz, Serra Dourada, Rio dos Indios, Serra de S. Pedro, Rio Vermelho, Serra dos Cristais.

P.W. Lund — 1833 — Estado de Goiaz — Catalão, Rio S. Marcos, Capelinha, Confusão.

K.F.P. von Martius 1818. Foz de S. Roque. Serra do Meio.

J.E. Pohl 1819-1820 Serra d'Ourado, Rio dos Indios, Rio de Bocaina, Meia Ponte, Serra das Caldas, Serra de Santa Cruz, Rio Corumbá, Rio San Marcos, Serra Bom Jardim, Bôa Vista.

L. Riedel 1833 Catalão, Chapadão de S. Marcos, Rio S. Bartolomeu, Rio São Marcos.

A. de Saint Hilaire 1819 Serra de Corumbá e do Tocantins, Meia Ponte Serra Dourada, Serra de Jaraguá.

E.H.G. Ule 1892-93 — Catalão, Entre Rios, Bonfim, Meia Ponte, Serra dos Pirineus, Fontes do Rio Corumbá & Maranhão, Rio Itiquira, Rio Tocantins, Serra dos Veadeiros, Serra Dourada.

H.A. Wendell 1844 Catalão, Bonfim, Meia Ponte, Serra Dourada, Rio Araguaia, Rio Tocantins, Serra da Rapadura.

A.C. Brade visitou em dezembro de 1936 Goiânia, a região da nova Capital do Estado de Goiaz.

BIBLIOGRAFIA GOIANA

Sob o título "Goiaz", o ilustre Sr. Afonso de E. Taunay acaba de reeditar dois dos mais interessantes trabalhos que ainda possuímos sobre o nosso Estado:

"Goiaz na Exposição Nacional de 1875" e o "Relicário dos Estudos da Comissão Exploradora dos rios Tocantins e Araguaia, apresentado pelo Major do Corpo do Estado Maior de 1ª classe Antonio Florencio Pereira do Lago, chefe da Comissão, Agosto de 1875".

No prefácio escreve o Sr. Afonso de Taunay:

"Havendo em 1872 sido eleito deputado por Goiaz a 15ª legislatura e em 1875 reeleito, entendeu o autor deste volume, como preito ao eleitorado que o havia delegado ao Parlamento escrever uma memoria analisando a contribuição da Província, que representa, a Exposição Nacional do Rio de Janeiro, preparatoria a do Brasil, no grande certame uníversal de Filadelfia, em 1876, comemorativo do primeiro centenario da Independencia dos Estados Unidos da America.

É esta memoria que hoje se republica em segunda edição, mercê do carinho com que os meus prezados amigos os Srs. Weiszflog Irmãos, se têm empenhado em oferecer ao publico brasileiro uma edição completa das obras de meu Pae, já hoje constantes de trinta e dois volumes.

Mereceu o estudo de Taunay largo apreço do público. Os exemplares que dela andam nas livrarias de obras brasileiras atingem preços significativos do empenho dos candidatos á sua posse. Frequentemente vem as suas paginas citadas na imprensa e em obras que se ocupam do grande Estado central. É um livro por assim dizer inedito, pois, que hoje tenho a honra de apresentar ao público brasileiro.

Em anexo a obra de meu Pae resolvi publicar valioso trabalho official referente a um dos maiores problemas de Goiaz e do Brasil Central — o estabelecimento da navegação franca dos dous imensos caudaes o Araguaia e o Tocantins. Subscrive um nome glorioso nos fastos militares brasileiros: o de Antonio Florencio Pereira do Lago, o heroico soldado que foi uma das mais notáveis figuras da campanha de Mato Grosso, sobretudo da Retirada da Laguna, e mais tarde prestou ainda, valiosissimos serviços ao Brasil, como proficiente engenheiro militar e sertanista afeito a todas as rudezas da vida.

E-me sobremodo grato associar nesse volume as obras de dous companheiros de armas, irmanados por uma amizade que jamais sofreu uma diminuição por pequena que fosse, e de que meu Pae, biografo de seu amigo, imenso se desvanecia.

É hoje raro este documento valioso, este relatório de Pereira do Lago, ao Governo Imperial, por quem foi publicado na Imprensa Nacional em 1876. Os que amam o estudo das cousas da nossa terra apreciarão certamente estas paginas de tão presente quanto indefeso servidor do Brasil que foi Antonio Florencio Pereira do Lago”.

S. Paulo, 3 de Setembro de 1931.

Afonso de E. Taunay

**O POVO GOIANO JÁ CONSAGROU A DATA DE
24 DE OUTUBRO**

Oscar Sabino Junior

A mudança da data comemorativa do aniversário de Goiânia, sobre nos parecer ociosa, não se justificaria, porque o 24 de outubro já constitui uma tradição popular. É por assim dizer uma regra de direito costumeiro, pois o povo já se habituou a festejar o aniversário da metrópole goiana naquela data. Ao ser lançada a pedra fundamental no centro geográfico da cidade, onde está edificado o Palácio de Governo, ficou assinalado um acontecimento significativo na história da nova capital, que se iniciava com o otimismo de uns e o ativismo de outros.

Fatos e acontecimentos ocorreram antes e depois — escolha do local (1933), organização e formação do Município (2 de agosto de 1935), mudança definitiva (23 de março de 1937), batismo cultural (5 de julho de 1942), porém, o 24 de outubro incorporou-se ao patrimônio popular e ficou gravado na sensibilidade de sua gente, passando a ser considerada a data marcante de sua história.

O 5 de julho (1942), a despeito de seu especial significado, representou, em suma, um ato solene e festivo para divulgar a obra e o seu coroamento. Em termos de realidade, a cidade nasceu realmente em 1933, desenvolveu-se, tomou corpo consolidou-se e, em 1942, já era um núcleo urbano organizado e com feições definitivas e próprias de uma pequena capital.

O ato inaugural, de evidentes fins promocionais, para dar conhecimento amplo ao País de uma nova metrópole que se implantava, planejadamente, no centro-oeste brasileiro, consistiu,

em última análise, num acontecimento cultural e social. Diferente do caso de Brasília, que foi inaugurada quando ainda inacabada, por razões de ordem eminentemente políticas, cuja mudança se efetivou, em caráter e termos definitivos, com a ação e atos dos governos que vieram depois.

A alteração da data comemorativa, como querem alguns, não teria razão de ser, nem mudaria a opinião de seus habitantes, que continuariam considerando sempre o 24 de outubro como a data-símbolo e mais importante da história de Goiânia.

**COMEMORAÇÃO DA INSTALAÇÃO DOS CURSOS JURÍDICOS
NO ESTADO DE GOIÁS
(Conferência)**

Cleomar de Barros Loyola

O INSTITUTO DOS ADVOGADOS DE GOIÁS, após dilatado período de inação completa, ressurgiu em 1974, sob a presidência de um dos idealistas que o fundaram em 1932.

A presença desse conceituado educador e jurista — Professor Colemar Natal e Silva — à frente desta Colenda Corporação dos Advogados, a que já dera, no passado, contribuição valiosa e brilhante, torna promissora a atividade cultural a ser desenvolvida nesta nova fase. A par do estudo de temas jurídicos, assume o Instituto dos Advogados de Goiás o compromisso de promover, impedindo que caiam no olvido, reuniões comemorativas de acontecimentos históricos, significativos aos que militam na nobilitante área do Direito.

Não quer a Diretoria do Instituto dos Advogados de Goiás, e nisto se empenhará, que a entidade, restaurada sob os melhores auspícios, viva uma existência simplesmente nominal, restrita ao livro de atas. Por isso, organizou, a fim de ser cumprido neste ano de 1975, cuidadoso calendário de promoções.

Para início do ciclo de palestras programadas, escolheu-se a data de hoje — 24 de fevereiro — quando se celebra a instalação do curso jurídico em Goiás.

Infelizmente, desacertou o Instituto na escolha de quem proferisse a palestra inaugural. Em meio de tantos colegas talentosos, com rica bagagem jurídica e literária, não se encontra explicação plausível para minha presença nesta tribuna, aonde só deveriam assomar bons oradores e mestres .

Aqui compareço, porém, resignado no cumprimento da ordem recebida, a despeito de convencido de minha inabilitação para o ofício com que fui honrado. Valerá meu esforço, e com isso me darei por pago, como exemplo de que, mesmo os mais obscuros e ineptos, não podemos recusar colaboração à entidade que há pouco ressurgiu entre nós, ainda que isso redunde, como ora sucede, em enfado para um auditório que bem merecia melhor sorte.

Meus senhores:

Não se tem feito justiça à data de hoje. Ela sempre passou *in albis*, relegada a injusto e completo esquecimento.

Nos meus tempos de estudante de direito, e supondo que o fato ainda ocorre atualmente, jamais a vi celebrada, reservando-se a festa, em que as homenagens e o júbilo da classe acadêmica se exprimiam, para o dia 11 de maio, aniversário da equiparação da Faculdade de Direito de Goiás.

Contudo, a mim me parece que, entre as duas efemérides históricas do curso jurídico neste Estado, a de hoje sobreleva aquela em importância e significação, porque é a que marca o advento, em terras goianas, da Academia de Direito.

A equiparação — 33 anos mais tarde — veio apenas complementar a obra, atribuindo valor nacional ao diploma aqui expedido, restringida que era a sua validade, até então, ao território estadual.

Creio não ser inoportuna pequena digressão sobre o evoluir do ensino superior no Brasil, nos primeiros tempos de nossa formação nacional.

Com a vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil, forçada pelas invasões napoleônicas, o futuro D. João VI, então Príncipe Regente, iniciou neste País uma obra educacional de vulto, caracterizada por nítida orientação pragmática. Percebe-se que o soberano português desejava dotar a nova nacionalidade de um cabedal de conhecimentos práticos e tecnológicos, imprescindíveis ao bem estar do povo e progresso da nação.

Fundou, em 1.808, a Academia da Marinha; em 1.810, a Real Academia Militar; Cursos de Cirurgia, Anatomia e Medicina, no Rio de Janeiro e na Bahia, entre os anos de 1.809 a 1.813; ensino de Economia na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1.808; de Agricultura em 1.812; de Química, em 1.817; de Desenho Técnico, em 1.818, criando ainda, em 1.816, a afamada Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios.

Pelas escolas fundadas deduz-se que D. João VI estabeleceu, como se diria hoje, uma escala de prioridades na qual

não entrava o bacharel em direito, visto que do ensino jurídico não cuidou.

É possível que temesse os advogados, sabendo-os às vezes contestadores, liberais, propensos às ideias libertárias difundidas pela Revolução Francesa e pregadas na Declaração da Independência Americana. Essas idéias constituíam risco sério para as cabeças coroadas, sendo prudente evitar os focos de sua propagação.

Somente a 11 de agosto de 1827, por ato do Imperador Pedro I, cinco anos depois da conquista de nossa independência política, é que se fundaram as duas primeiras Faculdades de Direito no Brasil, em Olinda e São Paulo, aquela transferida posteriormente para Recife.

Já não necessitavam os brasileiros ir a Coimbra, a fim de buscarem, em sua veneranda e famosa Universidade, o cobiçado diploma de bacharel em ciências jurídicas e sociais, privilégio só acessível, de resto, a uns poucos afortunados.

As Faculdades de Direito de Recife e São Paulo não tardaram a exercer, como se sabe, marcante influência na vida social, política e econômica da Pátria, a elas juntando-se mais tarde, na difusão dos mesmos resultados benfazejos, as congêneres fundadas em outras regiões brasileiras.

Goiás, no último quartel do Século XIX, era sertão perdido e longínquo, insulado pela situação geográfica e falta de meios de comunicação. Sua rudimentar economia refletia obviamente em seu povo.

Poucas famílias, mesmo aquelas de mais elevada qualificação social, podiam dar-se ao luxo de mandar os filhos ao estudo nos centros distantes.

A carreira de mais fácil acesso aos jovens goianos era a das armas. Assentavam praça em Vila Boa, na unidade militar ali então sediada, e paulatinamente, à custa de sacrifícios, estudo, atos de heroísmo, iam galgando os postos da hierarquia.

Raros — bafejados pela sorte — estudavam medicina, farmácia, odontologia, engenharia e, em maior número direito, frequentando as escolas de Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo.

Numerosos, entretanto, sem embargo de terem vocação viva para as atividades superiores, tinham que contentar-se com o emprego público humilde, as lides rura's ou do atrasado comércio.

O velho Liceu Goiano, fundado em 1846 pelo Barão de

Ramalho, dava-lhes adequada formação humanística, ministrando ensino nada inferior ao das metrópolis brasileiras do tempo. Possuía ótimos professores, dedicados e cultos.

O ambiente intelectual da velha capital era relativamente intenso, ativo, agitado por poetas e jornalistas de escol.

Natural que a gente goiana, de modo especial a rapaziada egressa do Liceu, ansiasse por uma Academia de Direito, ponto convergente, àquela época, dos que tinham a vocação das letras.

Dessa justa aspiração compartilhava o Governo, a braços com a escassez de elementos para ocuparem os cargos da magistratura e do ministério público, exercidos às mais das vezes por pessoas leigas.

Tinha-se que recrutar, sem direito a exame da respectiva folha corrida, qualquer bacharel que aportasse em nossa terra, tal era a carência de diplomados.

Além disso, os poucos goianos que se diplomavam em direito, rebentos ilustres de famílias que tinham prestígio político e social, se regressavam ao torrão natal, vinham animados de ambições largas, com o olho na política, que dá fama e conduz a posições gloriosas.

Deles nenhum queria ser juiz, promotor ou advogado da roça. E era natural. A advocacia continuava sendo ofício dos rábulas, às vezes hábeis chicanistas e manipuladores de formulários, mas vazios de essência jurídica.

Segundo opinião do historiador Zoroastro Artiaga, a iniciativa de lutar pela instalação de uma Academia de Direito em Goiás partiu de uma plêiade de senhoritas da velha capital, as quais "se constituíram em comitês para angariar assinaturas, obter recursos, e convencer os políticos da necessidade da medida".

Rendamos homenagens, pois, à mulher goiana por essa participação no acontecimento histórico, naquela quadra distante em que se lhe recusavam comezinhos direitos de cidadania, relegada que era às tarefas, do lar, exclusivamente.

Em 1898, estavam à testa da administração estadual o Vice-Presidente Bernardo Antônio de Faria Albernaz, cidadão austero e empreendedor. Seu Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, com grande influência nas decisões do Governo, era o jovem advogado Dr. José Xavier de Almeida.

Nascido no ano de 1871, em Vila Boa, o ilustre coestadua-no fez o curso secundário no Liceu de sua terra. Diplomado em 1894 pela Faculdade de Direito de São Paulo, regressou

sem perda de tempo à cidade natal, impondo-se aos contemporâneo pela inteligência, cultura e probidade.

O dr. XAVIER DE ALMEIDA viu-se atraído pela causa da criação da Academia de Direito, tornando-se o maior propugrador da idéia.

Em consequência, no dia 13 de agosto de 1898, era sancionada a lei nº 186, que criava na capital do Estado uma Academia de Direito, cuja instalação se daria quando o Governo julgasse conveniente.

Comenta, a propósito, o Dr. Abel Soares de Castro, em sua prestimosa obra "ORIGEM DOS INSTITUTOS JURIDICOS DE GOIAZ", editada em comemoração do 1º decênio da Equiparação da Faculdade de Direito de Goiás:

"Agora, consubstanciada em lei a grandiosa idéia, restava ao executivo estadual tomar as providências para a instalação da Academia de Direito. E tão elevados foram os propósitos dos que batalharam pela fundação do nosso primeiro instituto de ensino jurídico que a lei em referência, já a esse tempo, estabelecia como condição para matrícula na primeira série do curso, ser o candidato portador do curso de humanidades, ou dos exames gerais desses preparatórios, prestados de acordo com a legislação federal".

Todavia, entraves e dificuldades de toda ordem retardaram a instalação da Academia, somente concretizada cinco anos depois da lei que a criou.

Esse passo final deve-se também aos esforços e à energia do Dr. José Xavier de Almeida, agora Presidente do Estado.

Escolheu-se, para o significativo acontecimento, o DIA 24 DE FEVEREIRO DE 1903. Passados são 72 anos.

A solenidade, presidida pelo Chefe do Executivo, realizou-se no salão nobre do Liceu de Goiás, à rua Dr. Corumbá, com a presença das figuras mais expressivas do Executivo, Judiciário e Legislativo, bem como da sociedade local, as quais assinaram a ata documentativa do episódio histórico.

A data não foi estabelecida por mero acaso, mas por ser dia de gala nacional. Comemorava-se o duodécimo aniversário de nossa Primeira Constituição Republicana, motivo por que o Presidente do Estado, na oração que lhe coube proferir, declarou ser aquela solenidade uma homenagem à República, que prestava "interpretando os sentimentos liberais dos goianos".

Com palavras concisas e elegantes, o Presidente Xavier de

Almeida traduziu com muita visão o significado do advento da Academia de Direito e previu a sua projeção no futuro de Goiás.

Disse o estadista goiano:

“Se a Academia de Direito vai prestar o valioso serviço de tornar mais generalizado no seio do povo goiano o conhecimento dos preceitos jurídicos, menos precioso não será o seu concurso para a boa constituição do poder judiciário. Daqui a alguns anos o Governo encontrará na fina flor da mocidade goiana os bacharéis necessários para o preenchimento dos cargos de judicatura e do ministério público. Não terá de conter-se dentro do apertado círculo em que a atualidade o força a agir na seleção indispensável à boa composição do poder judiciário, obrigado a aceitar dos outros Estados, sem liberdade de escolha, pela falta de concorrência, os bacharéis que não puderam encontrar colocação em sua terra natal”.

Mais adiante acrescentou o dr. Xavier de Almeida:

“É certo que a Academia não tem a organização luxuosa dos institutos federais, porque a prudência na decretação das despesas estaduais lhe talhou modestos moldes, mais as disciplinas que constituem o seu curso habilitam quem as conhecer a ocupar, com as luzes necessárias, os cargos do ministério público e da judicatura e a exercer a advocacia”.

Os primeiros lentes da Academia foram os Desembargadores Luiz Gonzaga Jayme, Antônio Pereira de Abreu e Matias Joaquim da Gama.

Iniciando-se, em 1904, o funcionamento da segunda série, ingressaram no corpo docente o Desembargador Coriolano Augusto de Loyola e os Drs. Sebastião Fleury Curado e Vicente Miguel da Silva Abreu.

Estabeleceu-se, no corpo docente, interessante equilíbrio: 3 professores — Luiz Gonzaga Jayme, Sebastião Fleury Curado e Vicente Miguel da Silva Abreu — eram formados em São Paulo; zelavam pela reputação das Arcadas. Os 3 outros — Antônio Pereira de Abreu, Matias Joaquim da Gama e Silva e Coriolano Augusto de Loyola — provinham da Faculdade de Recife, pioneira e guardiã, igualmente, da cultura jurídica no Brasil.

A nossa Academia nascia, assim, face à origem dos seus

mestres, como que pelas mãos dos Cursos Jurídicos fundados em 11 de agosto de 1827.

Deu-se no dia 16 de dezembro de 1905 a formatura da primeira turma da Academia de Direito, colando grau os drs. Antônio Perilo, Artur Abreu Póvoa, João Cardoso d'Avila, Artur Pereira de Abreu, Mário d'Alencastro Caiado, Odorico Gonzaga de Siqueira, Rodolfo Luz Vieira, José Bernardino Rodrigues de Moraes, Sebastião Saturnino de Azeredo, Domingos Ferreira da Silva, Horácio José de Azevedo, João Marimbondo da Trindade, Airosa Alves de Castro, Coriolano L. Xavier Brandão, João da Costa e Oliveira e Pedro Pinheiro de Lemos.

A previsão contida nas palavras do Presidente Xavier de Almeida, segundo a qual dentro de pouco tempo o Governo encontraria na mocidade goiana os bacharéis necessários para o preenchimento dos cargos da judicatura e do ministério público, não tardou a confirmar-se.

Os primeiros bacharéis encaminharam-se quase todos para a magistratura. Não decepcionaram e nada ficaram a dever aos colegas diplomados fora, com estes ombreando na espinhosa função de dar a cada um o que é seu.

Basta lembrar que sete integrantes da turma histórica de 1905 chegaram ao cimo da carreira judicante, pois terminaram como membros do antigo Tribunal de Apelação.

Declino-lhes os nomes em preito de homenagem: Desembargadores Antônio Perilo, Mário d'Alencastro Caiado, Artur Pereira de Abreu, Rodolfo Luz Vieira, Odorico Gonzaga de Siqueira, Sebastião Saturnino de Azevedo e Airosa Alves de Castro.

Todavia, a instalação do curso jurídico, a 24 de fevereiro de 1903, significou tão só um marco, talvez o mais importante e decisivo, na luta pela implantação do ensino de direito em nossa terra.

Juncado de dificuldades sérias estava o caminho a ser palmilhado. Lutava-se contra o derrotismo e o desânimo. Tornara-se crônica a falta de recursos financeiros. Até mesmo os alunos escasseavam.

As rivalidades políticas, muito acirradas, interferiam danosamente.

Por isso, o curso jurídico neste Estado sofreu interferências.

Decreto de 1909 do Presidente Urbano Gouveia fechou a Academia. Um dos motivos: "a situação financeira do Estado era precária e sem esperança de melhoria próxima".

Em 1916, graças principalmente ao idealismo do Dr. Luiz Ramos de Oliveira Couto, poeta consagrado, ao tempo Juiz de Direito da comarca de Catalão, formado pela Academia de Direito de Goiás no ano de 1906, funda-se na cidade de Goiás a Faculdade Livre de Direito. No discurso inaugural, o dr. Luiz do Couto, externando a sua indignação contra os que botavam óbices ao empreendimento, assim alude à luta naquele instante vitoriosa:

“É uma página de irritação e de fogo contra os maus goianos, egoistas, que temiam a futura concorrência dos futuros colegas.” (obra citada do Dr. Abel de Castro, pág. 71).

Referida Faculdade, atingida em 1921 por séria crise no corpo docente, minado por dissensões insuperáveis, transforma-se na Escola de Direito de Goiás, permanecendo sob a direção do Dr. Agenor Alves de Castro, professor de medicina pública.

A Escola de Direito, entidade de caráter privado, ensinou até 1937, quando a encampou o Governo, sendo o respectivo corpo discente aproveitado na Faculdade de Direito de Goiás, já então gozando de equiparação federal.

Diante das divergências havidas em 1921 na Faculdade Livre de Direito, atrás mencionadas, provocando o afastamento de lentes respeitados e prestigiosos, entre os quais os Desores. Maurílio Fleury, Emílio Póvoa, Drs. Sebastião Fleury Curado, Augusto Jungmann e Mário Caiado, surgiu forte movimento para criação de outra Faculdade, a ser mantida pelo Governo Estadual.

O movimento fez-se vitorioso pela Lei nº 696, de 27-7-1921, sancionada pelo Presidente Eugênio Jardim. Instala-se a nova Faculdade sob a direção do eminente Desor. Emílio Francisco Póvoa, vulto valoroso de nossa magistratura e do magistério jurídico, e que também, após a aposentadoria, exerceu com brilhantismo a advocacia, quando presidiu a Secção de Goiás da Ordem dos Advogados do Brasil. Essa instalação aconteceu no dia 18 de agosto de 1921, sob os auspícios do Governo do Estado.

A Faculdade de Direito de Goiás funcionou somente até 1925, quando a subvenção estadual, com que se sustinha, foi transferida, em razão de questões políticas, à Escola de Direito de Goiás, estabelecimento rival dirigido pelo dr. Agenor Alves de Castro.

Vitorioso o movimento revolucionário de 1930, os antigos professores da Faculdade de Direito, quase todos adversários

do regime deposto, acharam azada a ocasião para reabertura do aludido estabelecimento. Assim, pelo Decreto nº 1336, de 10 de agosto de 1931, expedido pelo Interventor Pedro Ludovico Teixeira e referendado pelos Secretários Nero de Macedo Carvalho e Ignácio Bento de Loyola, suprimiu-se a subvenção da Escola de Direito, revertendo-a em proveito da Faculdade Livre de Direito de Goiás, fundada em 1921.

Dalí para cá não sofreu o ensino jurídico neste Estado novas interrupções. As lutas não cessaram, destacando-se a travada pela equiparação federal, alcançada em 11 de maio de 1936, a da federalização do instituto e, mais tarde, a da criação das Universidades.

SENHORES:

Parece-me desnecessário por em relevo a influência que na trajetória de nosso Estado, rumo ao seu grande destino, têm exercido os cursos jurídicos aqui fundados.

Basta um lanço de olhos sobre a sua magistratura e ministério público, nos últimos setenta anos. No quadro dos advogados, que, por este Goiás afora, vêm sustentando, gaillardamente, a luta pela justiça, pela preservação dos direitos da pessoa humana e prevalência dos princípios democráticos.

Veja-se a participação dos bacharéis em direito nas assessorias jurídicas, no desempenho dos mandatos legislativos e nos altos escalões administrativos, quando o seu trabalho, às vezes anônimo, é que assegura o êxito de grandes empreendimentos, dando-lhes disciplinação adequada.

Mais apropriado, entendo, seria destacar o papel que os Cursos Jurídicos representaram na evolução do Brasil. Não eram, — e é preciso que continuem a não ser, — apenas centros de formação de advogados, mas se constituíam em escolas onde se cultivavam também as atividades filosóficas, literárias, políticas, econômicas e sociológicas.

Dos cursos Jurídicos partiram as lutas pela abolição da escravatura e proclamação da República. Não houve grande causa, em nossa Pátria, que não empolgasse a alma do advogado e do acadêmico de direito, sempre engajados na luta contra qualquer tipo de opressão.

A fim de dar algum valor a este modesto trabalho, com que me honrou o Instituto dos Advogados de Goiás, quero a ele incorporar palavras do consagrado jurista-filósofo Professor MIGUEL REALE, proferidas em conferência pronunciada na Faculdade de Direito de São Paulo, em 11 de agosto de 1960:

“Pois eu quero proclamar, nesta manhã detinada à autocrítica, que nós juristas não temos motivos para volver ao passado melancólico olhar, de penitentes. Prevalecem, ao contrário, no tempo decorrido, razões de justa vaidade. Ajudamos, com efeito, a plasmar a nacionalidade brasileira assegurando-lhe as condições de liberdade de iniciativa e de respeito à ordem jurídica tão indispensáveis às transformações operadas em todos os planos da obra civilizadora realizada pelo Império e pela República; contrabalançamos ou mitigamos as tendências militaristas e caudilhistas que ainda perduram em outros Países da América Latina; rasgamos novos horizontes à cultura nacional, pelo sentido de universalidade que infundimos”.

E acrescentou adiante o conspícuo mestre paulista sobre o dever dos institutos de ensino jurídico:

“Ai das Faculdades de Direito que se convertem em meras Escolas de advogados: reduzem-se a um melancólico ejetor de falsos conhecedores da lei, porque escravos de fichas e formulários, perdido o sentido filosófico, o político e o sociológico que emprestam dignidade, ética e título científico à Jurisprudência. As Faculdades não surgem, nem se justificam apenas para fins de formação profissional. Tem elas a finalidade de formar advogados, e certo, mas advogados que tenham sido, antes de mais nada “juristas”, dotados de visão integral e concreta do Direito. Nada mais perigoso para a sociedade, sobretudo num momento como este, do que o advogado submerso em preocupações de ordem estritamente profissional, esquecidos de seus deveres de homem e de cidadão”.

Oxalá não seja esquecida nunca a importante advertência do professor Miguel Reale, a fim de que o advogado não decaia da posição a que se alçou, graças ao papel histórico que tem desempenhado no Brasil. Se grande foi a sua missão no passado, menor ela não é neste mundo conturbado em que vivemos. Erram os que, por amor à tecnocracia, apregoam o declínio de nossa profissão, porque, em verdade, Direito e Justiça são conquistas impercíveis do homem.

Enquanto houver Direito e Justiça, haverá também o seu servo: o jurista.

esta obra
foi integralmente
composta e impressa
em oficinas próprias da
editora oriente
gráfica do livro goiano ltda.
rua 82 nº 456 - fone 2-2906 - Setor Sul

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

— Fundado em 1933 e considerado de utilidade pública pelo decreto-lei n.º 2.593 de 21 de novembro de 1939.

DIRETORIA

Presidente: *Prof. Colemar Natal e Silva*
1.º Vice-Presidente: *Prof. Basileu Toledo França*
2.º Vice-Presidente: *Prof. José Lopes Rodrigues*
3.º Vice-Presidente: *Prof. Modesto Gomes*
Secretário Geral: *Prof. Luiz Gonzaga de Faria*
Tesoureiro: *Prof. Augusto da Paixão Fleury Curado*
Orador Oficial: *Dr. Altamiro de Moura Pacheco*

MEMBROS

1. Altamiro de Moura Pacheco
2. Antônio Theodoro da Silva Neiva
3. Ático Vilas Boas da Mota
4. Augusto da Paixão Fleury Curado
5. Basileu Toledo França
6. Claro Augusto Godoy
7. Colemar Natal e Silva
8. Eli Brasiliense
9. Euclides Felix de Souza
10. Gelmires Reis
11. Gilberto Mendonça Teles
12. Inácio da Silva Xavier
13. José Lopes Rodrigues
14. Luiz Gonzaga de Faria
15. Modesto Gomes da Silva
16. Waldir Castro Quinta

ENDEREÇO:

Rua 82, n.º 455 — Centro
Caixa Postal 1.002
74.010 — Goiânia — Estado de Goiás — BRASIL

